

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Ana Carolina Gouvêa Pinto Veloso

**COMO A ESCOLA É VISTA PELOS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO
DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO**

Belo Horizonte

2014

Ana Carolina Gouvêa Pinto Veloso

**COMO A ESCOLA É VISTA PELOS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO
DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Programa de Pós-graduação em Educação:
Conhecimento e Inclusão Social.

Linha de Pesquisa: Psicologia, Psicanálise e Educação.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Ricardo Pereira

Belo Horizonte

2014

Veloso, Ana Carolina Gouvêa Pinto

V443c

T

Como a escola é vista pelos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação / Ana Carolina Gouvêa Pinto Veloso, 2014.
100 f., enc.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.
Orientador :Marcelo Ricardo Pereira.
Bibliografia: f. 89-92.
Apêndices: f. 93-100.

1. Educação -- Teses. 2. Adolescência -- Teses. 3. Adolescentes -- Assistência em instituições -- Teses. 4.Psicanálise e educação -- Teses.

I. Título. II. Pereira, Marcelo Ricardo. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 370.15

Catálogo da Fonte: Biblioteca da FaE/UFMG

Ana Carolina Gouvêa Pinto Veloso

**COMO A ESCOLA É VISTA PELOS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE
MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO**

Dissertação de mestrado submetido ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Educação.

Prof. Dr Marcelo Ricardo Pereira (FAE/UFMG) - Orientador

Prof. Dra. Roselene Ricachenevsky Gurski - UFRGS

Prof. Dra. Raquel Martins de Assis - FAE/UFMG

Prof. Dra. Ana Maria Moraes Fontes - UFJF - Suplente externo

Prof. Dr André Márcio Picanço Favacho - FAE/UFMG - Suplente interno

Belo Horizonte, Agosto de 2014

AGRADECIMENTOS

Ao professor Marcelo Ricardo, com seus questionamentos e agradáveis momentos de conversa, com tanta paciência e generosidade. Pelas idas e vindas. Escrever uma dissertação de mestrado é uma rica experiência e nos propõe a cada tentativa buscar novas respostas. Tudo isso só foi possível diante das provocações tão pertinentes.

Aos professores doutores: Roselena Gurski, Raquel Assis, Ana Maria Fontes e André Favacho pelas contribuições nesta pesquisa.

Ao programa de bolsas Capes/REUNI pelo apoio financeiro.

Aos professores Sérgio, Geraldo, Júnia, Ana Galvão, Zélia, Manuela, Danusa, Teresa, Raquel e Sandra, pelos momentos de aprendizado na Educação em Revista. Estes momentos serviram de enorme aprendizado.

À Marina pelo ombro amigo, apoio nas horas mais difíceis e pelas riquíssimas trocas de idéias. Ao Gui pela ajuda nas conversações. Esta presença me ajudou nas reflexões e puderam me fazer chegar a algumas conclusões. Este apoio foi incondicional. Obrigada também pela leitura.

À Isabel pela oferta da escuta.

À Bruna e Camila, pelo ponta-pé inicial neste trabalho. Ao Dr. Ronaldo, Dra. Camila, Luciana Pedron e Elaine pela oportunidade profissional e em especial à Gisele por tornar possíveis os momentos de discussão e aprendizagem, mesmo diante de tantas turbulências...

À equipe do Santa Helena por dividir este momento comigo. Agradeço especialmente à Irani, Julio e Carlindo por me suprirem diante das ausências.

Às unidades socioeducativas de Minas Gerais, que mesmo com a orientação da Política Socioeducativa, podem me ensinar a cada dia sobre suas especificidades. Em especial ao Santa Terezinha que me acolheu no meu campo de pesquisa.

Aos adolescentes das medidas de internação, em especial aos que participaram das conversações. Pude aprender muito com vocês.

Aos meus pais, por sempre terem acreditado em mim e me ensinado a alcançar caminhos mais distantes. Aos meus irmãos. Em especial, ao Carlos, que mesmo diante de tantas ausências pôde entender para que eu chegasse até o fim e por compartilhar este sonho comigo. A você que muitas vezes renunciou os seus sonhos, para que eu pudesse realizar o meu, divido este momento de alegria.

RESUMO

Sob a perspectiva psicanalítica, o estudo tem por objetivo apresentar a função que a instituição escolar cumpre no momento em que os adolescentes recebem a medida socioeducativa de internação. A unidade pesquisada foi a primeira das oito existentes no município de Belo Horizonte. A escolha do tema teve origem nas questões oriundas da trajetória profissional da pesquisadora, revelando a necessidade de indagação da política pública, na tentativa de apresentar a visão dos adolescentes sobre a escola. Ao final da pesquisa foi possível analisar a relação entre o adolescente, autor de ato infracional, e a escola destinada ao cumprimento da medida. Com abordagem metodológica baseada na conversação e análises de conteúdo, entendemos que o lugar ocupado pela escola quando se está privado de liberdade tem valor quando se associa à possibilidade da finalização da medida.

Palavras-chave: Adolescência. Medida socioeducativa. Internação. Psicanálise e educação.

ABSTRACT

From a psychoanalytic perspective, the study aims to present the function that the academic institution at the time that adolescents are given the measure of socio hospitalization. The unit studied was the first of the eight existing in the city of Belo Horizonte. The theme originated in matters arising out of the professional career of the researcher, revealing the need to question the public policy in an attempt to present the perceptions of adolescents about school. At the end of the research was to analyze the possible relationship between the teenage author of offense, and the school for the fulfillment of the measure. Whith methodological approach based on conversation and content analyzes, we understand that the place occupied by the school when it is deprived of freedom has value when combining the possibility of termination of the measure.

Keywords: Adolescence. Socio-educational measures. Hospitalization. Psychoanalysis and education.

LISTA DE SIGLAS

CAO - Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Infância e Juventude
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEIP - Centro de Internação Provisória
CSE - Centro Socioeducativo
COEP - Comitê de Ética em Pesquisas
DIP - Diretoria de Informação e Pesquisa
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
FAE/UFMG - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais
FEBEM - Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor
FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
GT - Grupos de trabalho
LA - Liberdade Assistida
LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MSE - Medida Socioeducativa
NIPSE - Núcleo de Pesquisas de Psicanálise e Educação
PSC - Prestação de Serviço a Comunidade
SAM - Serviço de Assistência aos Menores
SAME - Superintendência de Atendimento às Medidas Socioeducativas
SAREMI - Superintendência de Atendimento e Recuperação do Menor Infrator
SEDH - Secretaria dos Direitos Humanos
SEDS - Secretaria de Estado de Defesa Social
SEE - Secretaria de Estado de Educação
SGD - Sistema de Garantia de Direitos
SGPL - Superintendência de Gestão das Medidas Privativas de Liberdade
SGAS - Superintendência de Gestão das Medidas em Meio Aberto e Semiliberdade
SINASE - Sistema de Atendimento as Medidas Socioeducativas
SUASE - Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 - A ADOLESCÊNCIA DA CONTEMPORANEIDADE E A RELAÇÃO COM O ATO INFRACIONAL	19
1.1O adolescente na contemporaneidade e psicanálise	19
1.2A adolescência na relação com o ato infracional	28
CAPÍTULO 2: O QUE É A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO?.....	36
2.1 A educação e a psicanálise	36
2.2 O breve histórico da justiça no Brasil: do menor ao sujeito de direitos.....	39
2.3 Sobre a medida socioeducativa de internação	44
2.4 Sobre as unidades de internação em Minas Gerais.....	51
2.5 O eixo escolarização na medida socioeducativa de internação	55
CAPÍTULO 3: COMO OS ADOLESCENTES VÊM A ESCOLA NA MEDIDA DE INTERNAÇÃO	59
3.1 Sobre os sujeitos da pesquisa:	61
3.2 Sobre as conversações	65
CONCLUSÃO.....	84
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	91
APÊNDICES	95

INTRODUÇÃO

A discussão sobre a temática da adolescência e as medidas socioeducativas, tem sido palco de um cenário atual onde muito se tem debatido sobre a eficácia da aplicação das medidas. Por vezes, nos deparamos com as discussões apresentadas pelo censo comum, abordando a impunidade aos adolescentes que cometem atos infracionais. O discurso social, abordado principalmente pela mídia, reforça a não responsabilização dos atos praticados pelos adolescentes que entraram pelo caminho da criminalidade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 122, reconhece a possibilidade de privação de liberdade ao adolescente autor de atos infracionais graves, pela reiteração no cometimento de outros atos ou por descumprimento de uma medida socioeducativa aplicada anteriormente. Contudo, há um questionamento quanto à criação de centros de internação, pelo aumento da criminalidade provocada por adolescentes, segundo os dados do Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Infância e Juventude¹. Este índice de violência impulsiona o Governo na direção de uma política pública que, além de confrontar um problema relacionado à segurança, favoreça um modelo de atendimento a adolescentes autores de atos infracionais, onde lhes sejam garantidos os direitos fundamentais delineados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

A existência de Centros de Internação e Internação Provisória integra alguns objetivos programáticos governamentais em Minas Gerais, cuja meta principal é a constituição de uma rede de atendimento integrado para além da simples privação de liberdade. Neste sentido, a pretensão é proporcionar ao adolescente autor de ato infracional, a responsabilização pelos seus atos, sua autonomia, competência pessoal e social, favorecendo os direitos de cidadania a serem exercidos.

O adolescente que comete um ato infracional, contrariando as regras de convívio terá que responder por seus atos, mas não através das penas do Código Penal de Adultos, e sim, através de um Código Específico, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Para este

¹Segundo dados do Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Infância e Juventude, 2014. Hoje os dados apresentam que em Belo Horizonte houve uma média de 9 a 10 mil casos de adolescentes pegos em flagrante no ano de 2013, tendo uma reincidência de 30 % nos casos. Dos 76,6% são adolescentes que possuem entre a idade de 15 a 17 anos, 42% abandonaram a escola e 18% concluíram o ensino fundamental. Dos apreendidos, 85% são do sexo masculino, 72,2% são pardos ou negros, 75,6% não trabalham, 24,5% tem pais falecidos ou desconhecidos, e 80% fazem uso de algum tipo de droga.

estatuto será aplicada uma das medidas socioeducativas, decorrentes de uma decisão judicial, como por exemplo, a medida socioeducativa de internação. Dela depende o processo judicial considerando três princípios: brevidade, excepcionalidade, respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Como podemos perceber, a medida necessita de um tempo que seja o mais breve possível, que seja ofertada aos casos excepcionais e que respeite a condição do adolescente.

Como previsto pelo ECA, em seu artigo 94, inciso X, as entidades que desenvolvem o programa de internação, tem a obrigação, dentre outras, de propiciar a escolarização e a profissionalização. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)², em seu artigo 5º preconiza que:

O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo. (LDB, 1996)

Neste sentido, a educação básica é um direito inviolável do sujeito. Ela deve ser oferecida em qualquer situação em que se encontre o educando, respeitando as suas necessidades e singularidades. A Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais, diante desta premissa, instituiu um convênio junto à Secretaria de Estado de Educação para que os adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação tivessem acesso à escolarização.

As medidas socioeducativas são permeadas por eixos socioeducativos. Dentre eles estão a família, a profissionalização e a escolarização. Dos eixos citados, o Sistema de Atendimento as Medidas Socioeducativas (SINASE), apresenta diretrizes regulamentares que orientam a unidade socioeducativa e que executam a medida de internação, apresentando direcionamentos a fim de atender as garantias de direitos estabelecidos aos adolescentes. Quanto ao eixo família, a unidade deve propiciar o fortalecimento dos vínculos familiares, quando este se apresenta fragilizado, envolvendo os responsáveis pelos adolescentes em um acompanhamento de corresponsabilidade. Quanto ao eixo de profissionalização, a unidade deve consolidar parcerias que possam garantir ao adolescente o direito à profissionalização e à proteção ao trabalho, observados os aspectos: “do respeito à condição peculiar de pessoa em

² BRASIL, LEI 9394, de 20/12/96.

desenvolvimento e capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho” (conforme art. 69 do ECA). No que tange ao eixo escolarização, a unidade deve consolidar parcerias com a Secretaria de Educação, oferecendo espaço adequado e organização da escola, propiciando ao adolescente, condições adequadas para a produção do conhecimento.

Políticas educacionais vigentes pela Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais asseguram o acesso e tentam viabilizar a permanência dos alunos na escola, na tentativa de diminuir a repetência e a evasão. Se por um lado a política se volta para uma permanência à escola, como será que os adolescentes vêm a escola?

Neste sentido, o presente projeto de pesquisa faz-se relevante a partir da necessidade de se compreender como a escola é vista pelos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Com isso, torna-se preponderante buscar entender o atendimento educacional e a temática adolescência, especificamente em conflito com a lei. A proposta de realização desta pesquisa na Linha de Pesquisa “Psicologia, Psicanálise e Educação” baseia-se em um contexto sócio-político em que estão inseridos os sujeitos da pesquisa. São adolescentes que cometeram atos infracionais graves ou reiterados atos, e receberam uma medida judicial de internação. As contribuições poderão ser partilhadas entre os campos das políticas de educação e das políticas de medidas socioeducativas no que tange especialmente à adolescência.

Esta pesquisa revela importância a partir da busca científica sobre o assunto relacionado à escola e adolescentes que cumprem medida socioeducativa. Destaco que após a busca de referenciais bibliográficos, verificaram-se alguns aportes teóricos dessa natureza, que abordam o assunto, principalmente sobre a relação estabelecida entre o adolescente e a instituição escolar. Para compreender a relevância de tal pesquisa o levantamento bibliográfico foi realizado principalmente no Portal da Capes. Com tal pesquisa, percebemos que a partir de 2003 iniciaram-se trabalhos de mestrado e doutorado sobre o tema das medidas socioeducativas. Em relação ao mestrado, até o ano de 2010, foram encontradas 11 (onze) dissertações. As pesquisas se concentraram nos estados do Sul, além de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Distrito Federal. As áreas que pesquisaram sobre o tema foram: 2 (duas) no serviço social, 2 (duas) na educação, 2 (duas) na psicologia, 2 (duas) nas ciências criminais, 1 (uma) na lingüística e 1 (uma) no desenvolvimento regional. Percebe-se que os autores ressaltaram a importância do caráter pedagógico das medidas, por se tratar do público

adolescente. Em quase todos os trabalhos o foco foi à medida socioeducativa de internação, sendo que em dois, investigou-se as medidas em meio aberto e em nenhum, as medidas de semiliberdade. Com relação às investigações de teses de doutorado com o mesmo tema, encontradas no Portal Capes, verifica-se que elas se iniciam no ano de 2006 até 2010, e contam com 13 (treze) teses. Dois novos estados iniciaram as pesquisas sobre o tema das medidas socioeducativas: Amazonas e Rio Grande do Norte. Portanto, os outros estados coincidem com as investigações do mestrado. As áreas que pesquisaram sobre o tema foram: 2 (duas) na educação especial, 3 (três) na saúde, 2 (duas) nas ciências sociais, 2 (duas) no direito, 1 (uma) na política social, 1 (uma) na sociologia, 1(uma) na linguística e 1 (uma) na teoria psicanalítica. Para complementação e aprofundamento do levantamento bibliográfico foi feita uma busca no portal da ANPED, nas 33ª e 34ª reuniões: Grupos de Trabalho (GT) 15 de educação especial e GT 20 de psicologia da educação, além de trabalhos que tivessem no título ou em palavras chaves a expressão *medidas socioeducativas*, *adolescentes infratores* e *adolescentes em conflito com a lei*. Contudo, em tais reuniões e GT's realizados em 2010 e 2011, não foram encontrados trabalhos com essas temáticas. Apenas no GT 20 da 34ª reunião, que constou um minicurso sobre "*Bullying*: termo estrangeiro para práticas muito brasileiras", da autora Lizia Helena Nagel que relata a violência nas escolas cometidas por adolescentes. O *site* da Scientific Electronic Library Online, mais conhecida como Scielo, também se constituiu em mais uma fonte de pesquisa que nos pudesse trazer referências de trabalhos sobre o tema das medidas socioeducativas. Foram encontrados 19 (dezenove) trabalhos que provavelmente foram produtos de teses e dissertações, também de diferentes áreas do conhecimento. Tais trabalhos foram publicados em revistas das áreas da educação e saúde que abrangem temas da psicologia, educação e saúde, sendo tais revistas classificadas como Qualis A1 e A2.

Este projeto de pesquisa propõe um avanço na produção de conhecimento, visto que a temática proposta não está hoje suficientemente delineada. É necessário destacar a escassez de materiais bibliográficos e estudos específicos sobre a questão das medidas socioeducativas, principalmente no que tange a instituição escolar e a relação existente entre o adolescente e a escola durante o período de cumprimento da medida de internação. Pretendo elencar alguns conceitos desse acervo sobre a adolescência e o vínculo escolar estabelecido por eles, no cumprimento da medida de internação, e associá-los com a psicanálise.

A execução das medidas socioeducativas possui um norteamento baseado na interdisciplinaridade. É a partir desta premissa que há a contratação de profissionais dos diversos campos dos saberes para a escuta do adolescente autor de ato infracional. Dentre as áreas hoje contratadas, de nível superior, encontramos profissionais do direito, da assistência social, da terapia ocupacional, da enfermagem, da psicologia e da pedagogia. As metodologias que hoje orientam a experiência de Minas Gerais também criam espaço para a entrada do campo da psicanálise³. Desta forma, a escolha desse campo de conhecimento se relaciona com meu percurso profissional, por achar que a interlocução entre psicanálise e educação poderia proporcionar um diálogo fundamental para a realização desta pesquisa. Junto à teoria apresentada na área da educação, a psicanálise intervirá como ponte para uma interlocução a partir da escuta subjetiva.

A proposta de realizar a interlocução entre os campos da psicanálise e da educação possibilita interrogações que privilegie nos modos universais de educar, o favorecimento da singularidade e da abordagem do caso a caso, ou seja, o “um a um”. Pereira apresenta vantagens de se utilizar da psicanálise, pois: [...] o uso dos saberes psicanalíticos está em elevar enfrentamentos, tensões e suspeita não à condição de verdade, de valor absoluto, mas à condição de seus efeitos, dos efeitos de verdade – sempre parcial e contingente (PEREIRA, 2011, p.20).

Pode-se assim, afirmar que a circulação da palavra tende a tencionar o universal e o singular, possibilitando aos adolescentes se posicionarem como sujeitos que interroguem as regras e as práticas rotuladas e repetidas. Neste sentido, promover esta interlocução – psicanálise e educação – possibilita a esta pesquisadora, pedagoga de formação, o encontro com outro campo. Com a psicanálise pretendi trazer novos elementos que produzirão novos saberes, respondendo a um objeto de pesquisa que traz questionamentos para a prática socioeducativa e a escolarização dos adolescentes. Neste ínterim, pesquisei buscando averiguar como os adolescentes traziam a participação deles na escola enquanto cumpriam a medida socioeducativa e a relação com a escola do “mundão”⁴, fazendo uma análise a partir dos conceitos ofertados pela psicanálise.

³ O uso da psicanálise também deve localizar um espaço para contribuição de outras áreas de conhecimento, afim da possibilitar a interdisciplinaridade como prevista pelas legislações vigentes.

⁴ Nome dado pelos adolescentes a escola fora da medida socioeducativa.

Tal desejo pela pesquisa fez-se pelo questionamento do contexto escolar em que tive experiência desde a escolha para atuar neste campo. Minha trajetória profissional me possibilitou a definição do tema de interesse e sua relevância para o projeto de pesquisa. O interesse em ingressar no curso de Mestrado em Educação, ofertado pela Universidade Federal de Minas Gerais, parte da incursão desta pesquisadora no governo estadual junto a Secretaria Estadual de Defesa Social (SEDS)⁵. Conforme minha experiência profissional, a possibilidade de atuação no sistema socioeducativo⁶, despertou meu interesse de aprofundar os conhecimentos, justificando-se por constituir uma investigação sobre a relação entre os desafios e perspectivas da existência de uma instituição escolar dentro de um espaço de cumprimento de medida socioeducativa, na visão dos adolescentes.

Pretendo abordar nesta dissertação os questionamentos que permeiam a escola e a relação estabelecida entre o adolescente na medida de internação. O objetivo geral da pesquisa parte da necessidade de compreender, através da orientação clínica, como os adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação, em unidade de Belo Horizonte, percebem e avaliam a escola em que estão inseridos. Os objetivos específicos que orientam este trabalho são: promover um espaço de palavra que permita aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, falar espontaneamente do seu entorno e do que diz respeito à escola que frequentam, e analisar as falas de adolescentes sobre essa escola e suas propostas educativas.

A estratégia metodológica utilizada foi a conversação, onde a prática, de inspiração psicanalítica, segue princípios do psicanalista francês J. A. Miller, como metodologia de pesquisa das diversas formas de manifestação do mal-estar no âmbito social, em nosso caso, o educacional. A partir de 2008, tal metodologia fora introduzida em pesquisas do Programa de Pós-Graduação da FaE/UFMG pelo NIPSE (Núcleo de Pesquisas de Psicanálise e Educação), coordenado pela profa. Ana L. B. Santiago. (PEREIRA, 2012, p. 10)

⁵Atuei por um ano e meio como pedagoga no Centro de Internação Provisória, instituição que atende adolescentes autores de atos infracionais de internação provisória no município de Belo Horizonte. Fui nomeada posteriormente ao cargo de Gerente de Projetos da Diretoria de Orientação Socioeducativa (DOS) da Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas (SUASE), órgão também vinculado à SEDS, onde permaneci por um ano e dez meses. Atuei como Diretora Geral de um centro socioeducativo que executa a medida de internação por 5 anos e também respondi interinamente pela Superintendência de Gestão da Privação de Liberdade por 7 meses no ano de 2013 e hoje respondo formalmente por esta Superintendência.

⁶O termo Sistema Socioeducativo refere-se ao conjunto de todas as medidas privativas e restritivas de liberdade (internação e semiliberdade) e as não privativas de liberdade (liberdade assistida, prestação de serviço a comunidade) e a internação provisória (MODELO DE GESTÃO, Minas Gerais, 2007: 26).

Com a conversação, verificamos os efeitos das práticas escolares em adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação na cidade de Belo Horizonte. Desta forma, possibilitou-se a circulação de palavras a partir das falas dos adolescentes, investigando como as práticas escolares são vistas por eles. A escolha desta instituição para abordagem da pesquisa, parte do histórico da unidade, sendo esta a primeira inaugurada na cidade de Belo Horizonte.

O acesso ao campo de pesquisa foi possível através de uma solicitação de autorização para realização de pesquisas, em contato com a Diretoria de Informação e Pesquisa (DIP) da Subsecretaria de Atendimento as Medidas Socioeducativas (SUASE) que possibilitou, após análise da leitura do projeto de pesquisa, a autorização para o acesso à unidade socioeducativa. Após esta autorização, foi realizado um contato telefônico com a unidade selecionada, através da diretora geral do centro socioeducativo, para a marcação dos dias de visita à instituição. Este contato, permitiu chegar ao objeto desta pesquisa: os adolescentes, aos quais foram preservados todos seus direitos, conforme abordado o artigo 17 do ECA⁷.

Neste contato, foi inicialmente realizada uma entrevista de orientação clínica. A escolha deste instrumento metodológico baseou-se na possibilidade de escutar os sujeitos envolvidos, como produzem seus discursos e a intenção de suas falas. Salienta-se que essa entrevista se norteou por perguntas básicas: quem, como, de onde e para quem quer se dirigir com a fala de cada um, com o propósito de abordar e conhecer os sujeitos, bem como seu encontro com a escola. Nesta entrevista, foi utilizado o gravador no momento da coleta, com o propósito de facilitar a qualificação do material que foi coletado, assim como registro das falas durante as entrevistas, após consentimento da SUASE, do Comitê de Ética em Pesquisas (COEP), dos adolescentes e seus responsáveis.

A unidade socioeducativa que foi escolhida é um dos 6 (seis) Centros Socioeducativos da unidade de Belo Horizonte⁸ que executam a medida de internação. Destes, 6 (seis) possuem

⁷ O adolescente possui direito ao respeito que consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais. (ECA, 1990:14).

⁸ Belo Horizonte possui 8 (oito) centros socioeducativos, mas destes, 6 (seis) executam a medida de internação. Os outros dois são centros provisórios, aqueles em que os adolescentes aguardam até 45 dias para apuração do ato infracional.

parceria com a Escola Estadual Jovem Protagonista⁹. Os outros 2 (dois) são: um de parceria com a Prefeitura de Belo Horizonte, e outro como segundo endereço de uma escola estadual próxima à instituição. A unidade pesquisada possui gestão da Escola Estadual Jovem Protagonista. Esta escolha se faz pelo maior tempo de existência da escola no sistema na capital mineira.

Cabe ressaltar que esta escola (a Jovem Protagonista, assim como as demais do estado) está inserida nas unidades da Defesa Social, mas com execução orientada pela Secretaria de Educação. A proposta é que a escolha dos professores se dê por seleção realizada com a diretora da escola, juntamente com a direção da unidade socioeducativa em que está lotada, uma vez que, necessitam de um perfil para que se possa trabalhar nas instituições (além dos aspectos educacionais precisam estar atentos aos aspectos da segurança). As turmas são regulamentadas pelo ensino regular, e são formadas de aproximadamente, e no máximo, 10 alunos. Os adolescentes, geralmente quando chegam a unidade para cumprir a medida imposta pelo juiz, encontram-se em uma defasagem de idade/série de aproximadamente cinco anos (como veremos mais adiante). Desta forma o trabalho da escola se faz necessário para além da inserção destes alunos nas salas de aula, mas um esforço para que possam novamente se interessar pelos estudos, uma vez que estes adolescentes o abandonaram. A orientação da Subsecretaria de Atendimento das Medidas Socioeducativas é que os agentes de segurança socioeducativa permaneçam próximos as salas de aula, quando não dentro dessas, para que possam acompanhar os adolescentes. Neste ínterim, os professores não permanecem sozinhos com os adolescentes, mas há uma tensão no papel do agente durante as aulas. Alguns professores esperam que os agentes se posicionem como autoridade na sala, e os agentes se posicionam como aquele que privilegia os aspectos da segurança. Neste sentido, este trabalho de parceria precisa ser bem integrado, para que não haja dúvidas quanto o que é atribuição de cada um que executa este trabalho com as medidas.

Apesar da apresentação do funcionamento da escola na medida de internação, cabe ressaltar que ela não terá destaque nesta dissertação, uma vez que focaremos na escuta de como os adolescentes a vêm durante o cumprimento da medida.

⁹ Escola criada em 2004 para atender especificamente os adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação. É uma escola de governabilidade da Secretaria de Estado da Educação, com sede no Horto, região nordeste da capital, e atende as seis unidades.

Como continuidade da metodologia utilizada nesta pesquisa, posteriormente as entrevistas, foi estabelecido um grupo de conversação que teve a duração de 5 (cinco) encontros, com a participação de 6 adolescentes, que possibilitou reflexões e implicações, bem como uma elaboração sobre o que representava a escola na vidas destes adolescentes. Houve um momento privilegiado para se analisar alguns efeitos da proposta de uma escola voltada para sujeitos em cumprimento de medida socioeducativa.

Após a coleta destes dados e as participações no grupo de conversação, foi utilizado o instrumento metodológico da análise de conteúdo. Esta análise de conteúdo sobre os procedimentos que foram realizados possui, como aponta Bardin, “(...) a técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e qualitativa dos conteúdos manifesto da comunicação.” (BARDIN, 1977, p. 19)

Os instrumentos desta pesquisa (intervenção coletiva, entrevistas e análise de conteúdo) possibilitaram examinar a visão escolar dos adolescentes de uma unidade socioeducativa, visando identificar dados relativos à escolarização desses jovens e sua própria implicação com a escola.

Também foi necessário realizar uma pesquisa de revisão da bibliografia referenciada ao assunto, com vistas à contextualização, sistematização e aprofundamento do tema. Objetivou-se analisar a visão dos adolescentes sobre a escola e como eles vêm esta no cumprimento da medida socioeducativa de internação, uma vez que ela é considerada um dos eixos para o “momento de desligamento”, momento este que ocorre a partir de uma autorização judicial para o retorno ao convívio familiar e comunitário, como finalização da medida.

O primeiro capítulo, intitulado “A adolescência da contemporaneidade e a relação com o ato infracional” traz elementos para o entendimento desta fase da vida e como ela pode se dar para cada sujeito a partir da singularidade. Também é abordada a temática da adolescência e a relação com os atos infracionais. Na tentativa de contextualizar a escolha pela prática infracional, não podemos deixar de apresentar que estes atos acarretam efeitos para cada sujeito.

O segundo capítulo, nomeado: “O que é a medida socioeducativa de internação?”, vem apresentar um histórico da justiça no Brasil, sobre a trajetória do menor como sujeito de

direitos, assim como o histórico das medidas socioeducativas em Minas Gerais, contextualizando a existência dos órgãos executores, assim como a escola na medida socioeducativa, com abordagens teóricas para sua existência.

O terceiro capítulo chamado de “Como os adolescentes vêem a escola na medida de internação”, vem apresentar uma seleção dos dados apresentados nas conversações, a metodologia utilizada nesta pesquisa, que abarca as concepções da visão dos adolescentes sobre a escola do sistema socioeducativo, exibindo os elementos para o entendimento dos sujeitos participantes sobre a prática educacional utilizada no interior das instituições, bem como as concepções políticas que fundamentam as práticas socioeducativas e a trajetória dos adolescentes autores de atos infracionais em face aos desafios e possibilidades diante do papel desempenhado pela escola na instituição.

CAPÍTULO 1 - A ADOLESCÊNCIA DA CONTEMPORANEIDADE E A RELAÇÃO COM O ATO INFRACIONAL

“[...] é como a conclusão de um túnel cavado através de uma montanha, a partir de ambos os lados”¹⁰.

1.1 O adolescente na contemporaneidade e psicanálise

"Adolescência vazia, eu tinha quase 16, ninguém me compreendia, e eu não compreendia ninguém" é um fragmento da música Julho de 83, do Grupo “Nenhum de Nós” que foi lançada em 2005, e vem abordar a passagem por este momento vivido por todos, mas com efeitos diferenciados para cada um. Vivenciado pelo momento, o adolescente pode ser aquele visto como o que porta uma ausência de limites, vivenciando prazeres. Hoje, a cultura, sobretudo a Ocidental, vem propiciando o fomento à exceção à norma, ao limite para espaçar o lugar da autonomia e da liberdade, num viés de que a adolescência vem se tornando o momento em que “tudo pode”, da falta de um hiperativo contrário ao não.

Antes do século XVII não havia uma separação nítida da vida em etapas. A criança era vista como um mini adulto, mas a partir do século XVIII e início do século XIX, inicia-se uma preocupação em distinguir a infância da adolescência e da fase adulta. De acordo com Salum (2010, p.49) “antes disso, não havia distinções”; as diferenças quando consideradas, não eram tomadas como características específicas de cada uma das classificações. Aponta-se que a divisão da trajetória da vida em etapas (infância, adolescência, idade adulta e terceira idade) é uma construção cultural, ou seja, esta afirmação apresenta a adolescência com características subjetivas, que traz consequências distintas para cada um. Poderíamos então, perguntar se esta etapa é marcada por um período de transição? Um momento de crise? Um período marcado por determinantes biológicos e características psicológicas?

Estas distinções também direcionam para intervenções subjetivas que prescreviam uma passagem por esta etapa que fosse o quanto menos devastadora, uma vez que a adolescência,

¹⁰ Epígrafe extraída da obra de Freud (1905 [1969], p. 213)

tradicionalmente, é marcada para alguns, por um momento de travessia pelo perigo, pelo desconhecido e intimamente ligada a um período de encontro com o novo, que marca a saída da infância em direção a vida adulta. Desta forma, podemos dizer que o conceito adolescência é construído histórico e culturalmente, mas também traz consequências para a subjetividade.

A infância é limitada pelo fim da dependência, dando lugar ao que foi recalcado pelo adulto, e as escolhas infantis são (re)atualizadas na adolescência que pode se definir de muitas formas. Consideram-na como uma fase de desenvolvimento do indivíduo relacionada com o momento em que está vivenciando esta fase e pode ser considerada como idade dos possíveis, onde o sujeito fará suas escolhas. A segurança das relações de afeto estabelecida na infância é transformada. Para Matheus (2004), é um período da vida marcado pela ambigüidade entre a infância e a idade adulta e “não produz uma inquietação somente como fenômeno sociocultural, mas também como conceito que demanda posicionamento teórico”, pois, ora é marcada como fenômeno social, ora como momento necessário para constituição do sujeito. Neste sentido, acredito que a adolescência pode ser marcada por um fenômeno social que encontra barreiras para delimitar um tempo de entrada e outro de saída do período da infância. Além disso, nesta fase, vivenciam uma considerável crise que envolve alterações psíquicas, mudanças corporais e alteração dos papéis sociais.

Na adolescência, é vivenciado um momento de tomada de decisões, uma travessia entre etapas que implicará no surgimento de responsabilidades. Uma escolha objetal em busca de identificações, erotismos e ambições, pulsões de vida e de morte. Várias são as mudanças provocadas neste momento, desde as mudanças corporais, e conseqüentemente, as mudanças psicológicas:

As mudanças psicológicas que se produzem neste período, são a correlação de mudanças corporais... Quando o adolescente se inclui no mundo adulto com este corpo já maduro, a imagem que tem do seu corpo mudou também sua identidade, e precisa então adquirir uma ideologia que lhe permita sua adaptação ao mundo e/ou sua ação sobre ele para mudá-lo. (MATHEUS, 2004, p. 27).

O conceito sobre a adolescência possui diferentes nuances e pode ser diagnosticado como uma “crise” – subjetiva e necessária - onde se estabelecem diferentes argumentos para explicar este momento da vida. Após leituras sobre o tema adolescência, foi possível perceber que os estudos comungam com os apontamentos trazidos a partir da mudança corporal e

orgânica, como fatores predominantes, articulados com os fatores socioculturais que pode ser abordado como um momento de crise.

Esta crise não deve ser tratada como uma patologia, mas sim como uma “síndrome normal da adolescência”, momento já esperado. A importância do campo social não deixa de apontar mudança na interioridade de cada um. Para Matheus (2007) a interferência do externo parece:

[...] ocorrer mais no sentido de impor uma determinada adaptação ao sujeito, como exterioridade, do que participar das mudanças subjetivas que nele estejam ocorrendo, desde seu início. Isto porque as mudanças psicológicas que se produzem neste período são a correlação de mudanças corporais. Quando o adolescente se inclui no mundo adulto com este corpo já maduro, a imagem que tem do seu corpo mudou também sua identidade, e precisa então adquirir uma ideologia que lhe permita sua adaptação ao mundo e/ou sua ação sobre ele para mudá-lo (Matheus, 2007, p. 27).

A partir da dualidade estabelecida entre interioridade e exterioridade, faz-se cisão entre o psíquico e o biológico, por um lado, e o social, por outro. Neste sentido, compartilho a proposta de que a adolescência é um momento de lidar com as mudanças corporais assim como o momento de lidar com um corpo simbólico, uma vez que para o sujeito, aquele é um corpo maduro (como espelho de um adulto), novo para cada adolescente. Há uma proposta, a partir de então, de uma “nova identidade” para uma adaptação ao novo mundo. Mas esta identidade sugere a cada adolescente um posicionamento diferenciado, se comendo de múltiplas identificações, contemporâneas e contraditórias, uma vez que não se pode renunciar aos aspectos em que há dificuldade de sintetizar e aos aspectos novos que aparecem. Aspectos no sentido de interar-se do novo, do corpo e das mudanças psicológicas que perpassam. Salientar sobre a necessidade do adolescente de passar por uma crise, diz respeito a cada sujeito viver um período marcado pelo novo e por contradições, confusões e ambivalências.

Desta forma, Matheus (2007) aponta a adolescência como uma adaptação e/ou mudança no mundo, com oportunidade de escolhas e caminhos possíveis.

[...] permite, em contraposição, a articulação do sujeito psíquico à estrutura simbólica que sustenta o dito corpo social: cabe ao adolescente buscar respostas às questões que ficaram em aberto com a fragilização dos rituais de passagem, que dizem respeito ao “Outro-Sexo”, ao lugar que ocupa na ordem da filiação e à ética que sustenta seus atos e escolhas (Matheus, 2007, p. 30).

Diante desta explicação, Matheus afirma que este processo não possui fim na idade adulta, com respostas finais, pois a produção de significantes não possui um fim. A referência sobre a

noção da mudança corporal pode não dizer apenas da restrição aos efeitos da puberdade (que segundo Freud diz respeito a “processos fisiológicos”).

No final do século XIX e início do século XX, o termo adolescência era pouco utilizado no campo acadêmico, e não havia se constituído como fenômeno social. Freud, até 1905, quando escreve *Os três ensaios sobre a Teoria da Sexualidade*¹¹, principalmente no terceiro ensaio, nominado “Transformações da Puberdade”, não havia ainda teorizado a existência da sexualidade infantil. Desta forma, apontava para um momento primordial da gênese da sexualidade humana: a puberdade. Freud apresenta o reconhecimento da existência da sexualidade infantil, predominantemente autoerótica. As neuroses eram produzidas na puberdade, pelos impulsos libidinais possibilitados pelo despertar da sexualidade, que deixa de ser autoerótica, para tornar-se altruísta. Ainda é preciso considerar que num outro momento, o efeito causado pela “tempestade da puberdade”, que não é uma entrada na adolescência, mas a saída da infância. Mas então, o que representa a saída da infância que não um “limbo” deixado pela ausência de dispositivos sociais (rituais de passagem) e uma exigência de simbolização para o adolescente?

A puberdade é dada como momento de definição sexual, caracterizado pelas zonas genitais e efetivação das escolhas objetais, ou seja, em um amplo sentido, é característica de um comportamento da sexualidade onde o sujeito obtém satisfação unicamente do seu próprio corpo. Nela são privilegiadas as ocorrências pubertárias, devido às associações com as fantasias incestuosas, desligamento da autoridade parental e a configuração definitiva da vida sexual. A “metamorfose da puberdade” (Freud, 1987, p. 141), destaca mudanças fisiológicas pelas quais cada organismo se depara com às transformações psíquicas, antes e posterior a latência. Essa (a latência) pode ser compreendida como um efeito do declínio da sexualidade infantil (aos cinco ou seis anos) até o início da puberdade, e que marca uma pausa na evolução da sexualidade. Tornando possível as escolhas e o momento da descoberta de um “novo prazer”, a adolescência pode ser entendida como um momento de configuração do modo de organização e funcionamento, que é nomeado de estrutura ou constituição. A partir de uma “reordenação” da composição pulsional da função sexual, os adolescentes mostram-se então altruístas, ou seja, colocando os interesses alheios acima dos seus. A puberdade é tida,

¹¹ O texto sofreu várias modificações nas edições seguintes, apresentando as inquietações do autor sobre a temática.

para alguns, como um dos momentos de turbulências que não para de surpreender o indivíduo e impede qualquer perspectiva conclusiva como final de uma fase.

Para a psicanálise, a adolescência é o sentido cultural e psicossocial dado à puberdade (FREUD, 1905); é uma forma de significar as modificações corporais e as conseqüências psíquicas dessas transformações. Um período propício para manifestações de transtornos subjetivos ou psicopatológicos, como neuroses, psicoses, perversões e estados fronteirços, em decorrência da desregulação pulsional presente neste momento da vida. Na realidade, trata-se de um momento em que o sujeito tem que se dedicar à função de uma desvinculação familiar e, como esta tarefa nunca é plenamente cumprida, ele terá dificuldade em deixar de ser criança para se tornar membro do corpo social em que está inserido.

Para Lacadée a adolescência se caracteriza da seguinte maneira:

[...] a adolescência é um momento de transição em que se opera uma desconexão no sujeito entre seu ser de criança e seu ser de homem ou de mulher. Nela está implicada uma escolha decisiva, que inclui a dimensão inédita de um ato, na relação do sujeito com seu corpo. A dimensão do ato é muito importante nas patologias que aparecem na adolescência por ser a tentativa de inscrever... (LACADÉE, 2011, p.19).

Desta forma, podemos destacar o apontamento que apresenta os adolescentes como sujeitos que vivem no “universo dos subúrbios sem conseguir inscrever seu ser”, testemunhando cada um a seu modo, suas próprias mudanças. A ausência de referências situa-se para alguns adolescentes, em um abandono sem recursos para o que possa dizer sobre si, buscando lugares e fórmulas para que se possa nomear, se autenticar. A descoberta de Freud, segundo Lacadée (2011) “se ordena em torno de algo que o sujeito não pode nomear”. É um momento de transição onde há uma desconexão entre a criança e o adulto. Neste sentido, a dimensão do ato aparece nas patologias que surgem na adolescência por ser uma tentativa de se inscrever, nas crises de identidade, que Lacadée aponta como “crises de desejo”.

Lacadée (2011) aponta que para Freud, a tarefa do adolescente baseia-se no desligamento da autoridade dos pais, um efeito que não deixa de ser doloroso para o sujeito. A adolescência não é marcada por um tempo lógico. É um momento em que são percebidas as modificações corporais, tomadas por um sentimento de estranheza, “em face a uma metamorfose”, se encontrando com algo intraduzível a sua linguagem. A singularidade parte de uma oposição

de um ideal único, o que pode aparecer quando cada um faz suas escolhas e aponta, através de suas palavras, o que acontece. Trata-se de inventar um lugar de cada um, para entrar em contato com o Outro. Para Lacadée: “No momento de se engajar no cenário social, o adolescente pode apoiar-se na nova relação de gozo que mantém com seu próprio corpo e o leva a encontrar seu lugar”. (LACADÉE, 2011, p. 31).

Neste sentido, o adolescente deve inventar sua própria inscrição em direção ao social a partir de um ponto, apontado por Lacadée (2011) como “ponto de onde”, no qual o sujeito não é mais a criança que foi, e o lugar que deseja ainda não foi encontrado, uma identificação constituinte, onde cada um terá a tarefa de construir suas próprias soluções. A partir desse ponto, cabe a cada um decifrar a causa de ser, voltando ao pensamento da infância sobre si próprio e diante de fazer escolhas para o futuro. Essa transição pode ser apresentada como uma tarefa de tradução.

Na adolescência, as palavras certas para dizer o que se transforma parecem mais ou menos caducas, pois o tempo é arrancado de seu desenrolar linear. Os laços de causalidade que mantêm juntos certos acontecimentos cedem ou se distendem, criando espaços vazios, de onde emergem ficções. Tais ficções que o adolescente constrói para sair do túnel são também tentativas de traduzir em palavras o novo que o arreventa. (Lacadée, 2011, p. 35).

Proponho pensar na adolescência como um momento de turbulências que não cessam de surpreender o sujeito, para uns, mais que para outros. Ela pode se apresentar como um período marcado por inseguranças de identidade e também de sentir-se aceito pelo outro, uma vez que o sujeito se apresenta diante de algo ainda desconhecido e de várias mudanças. É um momento de escolhas, onde os resultados variam entre os arranjos dados por cada um, os sintomas, recalques, sublimações, substituições e encontros. Esta tarefa de escolha de cada sujeito exige um confronto de cada um com a realidade a qual pertence, de acordo também com os dispositivos sociais existentes.

Ainda em transição, a adolescência representa então, uma saída da infância, e um encontro com o “vazio” deixado pela ausência, em nossa cultura contemporânea, de dispositivos sociais (rituais simbólicos de passagem) e uma imposição para se adaptar ao que surge de novo, na busca de laços sociais, desvinculados do que é abordado pela questão familiar, onde cada um irá lidar com esta ausência a sua maneira. Se a inserção da adolescência na sociedade era assinalada por marco social (como baile de debutantes, permissão para usos de saltos altos

para as meninas e uso de calças compridas para os meninos, como exemplos), hoje é apontada como momento de ruptura, da separação no âmbito familiar. A adolescência privilegia também as alterações e transformações significativas na subjetividade, antes não tão impostas pelas mudanças físicas. Neste sentido, é uma fase em que o sujeito precisa dar respostas possíveis, diante do encontro com o impossível.

A palavra adolescência tem origem latina: *adolescere*, que quer dizer, crescer, brotar, fazer-se grande, vive o “não mais” em relação à criança e o “ainda não” em relação ao adulto que será. Esta fase – ou momento da constituição do Eu – caracteriza-se por alterações em diversos níveis – físico, mental e social – retirando o sujeito de um estado conhecido para situá-lo bruscamente em um novo estado que pode ser considerado para o indivíduo, como um processo de distanciamento de formas de comportamento e privilégios típicos da infância, e de aquisição de características que o capacitem a assumir os deveres e papéis sociais.

A experiência da psicanálise permite abarcar e entender sobre o que os adolescentes sofrem e como agem diante de uma crise, momento do reflexo do desejo que os agita. A crise da adolescência ocupa um lugar na ideologia que organiza o social na modernidade. Cada um passa por esta crise a sua forma, voltado do singular e comparado ao universal. Desta maneira, cada um se torna um indivíduo, portador de significados próprios, de seus desejos. Nesta transição, o corpo do adolescente sofre mudanças, e este marca o lugar de atualização do problema. É no corpo que se encontra a própria dualidade entre o cuidar e o não saber, onde o ama e o odeia (principalmente por desconhecer), com a intensidade que se transforma. O adolescente testa os limites físicos, tentando consentir com o sentimento de pertencimento e identidade. Tatuagens e piercings podem representar as formas de apresentar o seu novo corpo, como marcas e busca de referências. Lacadée (2011) utiliza a frase para representar esta marca: “para salvar a pele, faz-se uma nova pele” (:58).

Do ponto de vista da psicanálise, a adolescência apresenta-se como tentativa de criação sobre respostas diante da sexualidade, como marcas que se identificam com os lugares que frequentam e o encontro com o outro no trabalho e na vida. É momento de incertezas, de indefinições. Conforme Freud:

O novo objetivo sexual dos homens consiste na descarga dos produtos sexuais. O anterior a consecução do prazer, não lhe é de forma alguma estranho; ao contrário, o mais alto grau do prazer está ligado a este ato final do processo sexual. O instinto

[pulsão] sexual está agora subordinado à função reprodutora; tornou-se, por assim dizer, altruístico. (FREUD, 1905 [1972], p. 213).

Freud (1905) compara este momento com um “túnel cavado através de uma montanha a partir de ambos os lados”: ao entrar neste túnel, torna-se necessário sair, o que nunca se dará da mesma forma da entrada. Esta saída, não a contento, é ambivalente, ou seja, é um não saber para onde ir e ao mesmo tempo retornar a infância, sobre a qual necessita fazer o desenlace.

Contribuindo com os estudiosos da psicanálise, Alberti (2009) descreve a adolescência não como momento constituinte, mas como crucial na vida do sujeito, levantando que a estrutura estaria definida ainda na infância, como apontado por Freud. O início da adolescência pode se caracterizar para a autora, como um momento de maturação sexual fisiológica que se fundamenta na transformação pulsional. Os trabalhos psicanalíticos sobre adolescência apontam que há uma sexualidade pré-genital na infância que a adolescência introduz na sexualidade genital. Alberti aponta uma diferença trazida na adolescência para a puberdade, pelo fato de trazer uma ameaça no conflito das gerações. “Freud compreende tanto as transformações corporais quanto as transformações psíquicas que as acompanham. Para ele, o período pubertário é a abertura de um túnel de dois lados” (ALBERTI, 2009, p. 26).

Neste sentido, quando chega à puberdade, traz consigo as fantasias que inicialmente possuem na família. Mas a puberdade também dá lugar às relações do sujeito com o ambiente, produzindo um desligamento entre gerações da autoridade dos pais. “Contemporaneamente à suplantação e à rejeição dessas fantasias claramente incestuosas, produz-se o mais importante dos trabalhos psíquicos, mas também o mais doloroso da época da puberdade, o desligamento da autoridade dos pais” (ALBERTI, 2009, p. 29).

A partir do momento em que o sujeito, saindo da infância, se depara com o real da sexualidade, a puberdade será o próprio encontro onde jamais poderá ser totalmente simbolizado pelas palavras. Os adolescentes, segundo Alberti (2009), possuem uma “tendência ao agir”, e essa tendência é compreendida como um fenômeno que vem responder às descobertas do corpo, agora estranhado pelo sujeito. Podemos pensar então, que o sujeito adolescente tem uma “tendência a agir”? De um pensamento-ação? Digamos que as passagens ao ato implicam sim um pensamento-ação, o que pode levar a cada um, sua forma de inscrição no mundo. A ação específica pode acarretar realizações de mudança no mundo exterior, interferindo na relação do organismo com o mundo.

Em 1976, Erick Erickson publica o livro "*Identidade, Juventude e crise*" buscando oferecer uma possibilidade de articulação entre desenvolvimento "psicossexual" e "psicossocial". A perspectiva desenvolvimentista apresenta o progresso como dependente da capacidade de aprendizado e adaptação, apontando que a adolescência pode ser considerada como uma revolução fisiológica interior que busca encontrar uma identidade. Desta maneira, a adolescência tem na busca de sua identidade sua importante realização, o que não ocorre apenas como uma crise normativa, uma guerra do íntimo, sentimentos de confusão. Para alguns, passa por uma sensação da perda de si próprio tentando alcançar uma integração de papéis (vários eus). Para Erickson (1976), a crise possibilita um momento crucial onde o desenvolvimento tem de optar por uma ou outra direção, para a escolha de um ou outro rumo. O autor introduz o conceito da moratória psicossocial, momento ofertado como possibilidade de experimentação, em um momento que as condutas extremas não são somente aceitas como esperadas. Por uma lacuna apresentada neste período, a adolescência estabelece um período de indeterminação e de incerteza decorrente do afastamento da família ainda não suplantado por uma inserção social.

A moratória caracteriza a adolescência como momento de postergação de responsabilidades e compromissos, configurando um momento propício ao lazer e à experimentação. A partir dos anos 50, noções de identidade, crise de identidade e moratória passam a ser amplamente estudadas e apresentadas por diversos autores. A crise da adolescência é também entendida como uma passagem necessária. As turbulências juvenis, subjetivas ou comportamentais se justificam pelo período de moratória.

O conceito de identidade explicita o viés normatizante: espera-se que neste momento o sujeito possa sintetizar e harmonizar contradições que podem lhe incomodar ou ameaçar. Porém, o adolescente pode deparar-se com uma impotência diante de se transformar e deverá se posicionar. Para Erickson (1976), a juventude se apresenta sensível e com rejeição a qualquer sugestão apresentada pelos pais ou autoridades, pois procuram uma identidade que os afirmem.

Como vimos nesta primeira parte, há uma impossibilidade do adolescente de dar um sentido universal para o que toca, que lhe ocorre no real do corpo, pois podem faltar palavras para nomear estas sensações sentidas (de erupções, afetos, desejos), é o não saber fazer diante do

que se apresenta. Se a puberdade é um fenômeno universal, podemos considerar a adolescência como o tempo lógico, próprio de cada sujeito, um momento para o sujeito compreender este despertar pulsional? Desta maneira o adolescente aponta para a exceção, uma vez que para cada um, haverá uma organização para sua inserção no mundo.

A partir de diversas leituras, percebi que tradicionalmente, a adolescência é também associada a um momento de vulnerabilidade, que traduz uma marca da saída da infância em direção à idade adulta, e esta vulnerabilidade implica com o encontro com a violência, a criminalidade, as patologias diversas, as drogas, dentre outros. Nesta segunda parte, abordaremos a relação dos adolescentes com o ato infracional.

1.2 A adolescência na relação com o ato infracional

A agregação entre adolescência e criminalidade tem sido temática de discussões frequentes, sendo apresentada de diversas maneiras em contextos variados. Esta discussão traduz uma dimensão presente na adolescência sobre a qual cada um terá que se responsabilizar por suas escolhas e atos.

Como vimos, o conceito de adolescência é utilizado por diversos autores, e estudado por muitos. Este conceito possui uma amplitude de significados, mas como apresentado na introdução desta dissertação, abordaremos um conceito trazido pela psicanálise. O que faz com que este conceito seja abordado, se explica justamente pelo paralelo que irei fazer da medida socioeducativa, aplicada ao adolescente que possui de 12 a 18 anos, que cometeu um ato infracional. Para discutir tal aspecto, a ciência produziu conceitos, principalmente no início do século passado, onde os adolescentes começaram a ser foco de intervenção, na tentativa de desvendar a necessidade de alguns adolescentes se envolverem com variados riscos. Como explicado por Salum:

Sobre os adolescentes, passou-se a prescrever medidas pedagógicas e coercitivas para que a passagem por esta etapa da vida fosse menos devastadora possível, já que era concebida como uma travessia que implicava perigos. Em relação a eles, medidas jurídicas, pedagógicas e sanitárias para contenção e controle também foram criadas, e as primeiras legislações brasileiras surgiram dentro desse contexto de controle. (SALUM, 2010, p. 50)

Essa dimensão do ato pode levar alguns a criar uma clínica da pressa, pondo na urgência e no imediatismo uma dimensão da verdade. Nesta lógica, o ato pode servir como uma saída para o impasse em relação aos outros. Para Matheus (2010), da fragilidade a sua ingenuidade, ao vigor da efervescência, da beleza dos corpos ligados à marginalidade, ao apego as drogas e ao crime, o adolescente é um alvo privilegiado da lógica da organização social capitalista. Desta forma, é possível apresentar em alguns casos, como sendo a adolescência, o período da contingência, uma busca para o lugar e a fórmula para autenticar o seu nome de gozo. O gozo é um conceito necessário para compreender o sujeito e a sua relação com seu sintoma. Já o sintoma, é apontado como algo que não vai bem e necessita, às vezes, de interferência. A adolescência serve para designar o momento único de um tempo lógico e singular, percebendo a diferença entre a infância, que implica num tempo passado, para “ligar-se” ao presente. Tempo presente este ligado ao imediatismo e ao instante.

A expressão apresentada por Lacadée (2011) “adolescentes de risco” aponta para a necessidade de preocupação da sociedade Ocidental no que tange a dificuldade de transmissão de orientações para os pais, pois não se configuram “herdeiros de uma tradição”. Desta forma, faz com que os adolescentes se tornem “artesãos no sentido de suas existências”. Em busca de tutela e também de autonomia, o adolescente pode se deparar com o status de sujeito. Testando fronteiras de dentro e fora, este sujeito aponta no social, uma alternativa de um mundo ainda desconhecido, com limites simbólicos em relação ao mundo desconhecido e os outros, se depara com a experiência de carências para falar sobre si e apresentar seus desejos. Lacadée expõe:

Tais limites simbólicos lhe permitem situar-se como parceiro ativo no seio do laço social, sabendo o que espera dos outros e o que dele podem almejar. Ser reconhecido, ter seu lugar na sociedade, experimentar o valor de suas necessidades pessoais e o sentido de sua vida se tornam suas expectativas no momento em que, paradoxalmente, pretende livrar-se da marca do Outro (LACADÉE, 2011, p.56)

Neste sentido, o adolescente se encontra em um momento de desafio. Porém, para alguns adolescentes é possível passar por esta “fase” com tranquilidade e chegar à vida adulta sem passar por diversos dilemas. Mas em compensação, outros atravessam esta turbulência (e este número vem aumentando¹²) e não hesitam em se lançar em condutas sintomáticas, utilizadas por Lacadée (2011) como condutas de risco. Estas condutas podem levar o adolescente a uma

¹² Apresentarei os dados no segundo capítulo que aborda especificamente o tema das Medidas Socioeducativas e a Política de Atendimento de Minas Gerais.

probabilidade de se expor aos ditos perigos (toxicomania, alcoolismo, distúrbios alimentares, cometimento de atos infracionais, dentre outros) expondo o adolescente. Estas ações implicam num afastamento do grupo e um possível afastamento da instituição escolar.

Se algumas destas ações assumem formas de modo de vidas, outras podem se tornar passagem ao ato. Mas eis uma questão que seria interessante indagar: por que alguns adolescentes se expõem ao perigo? Lacadée (2011) responde que são múltiplos os fatores que alguns se expõem aos perigos e que cada um poderá dizer sobre a sua relação com os outros e o mundo. Esses perigos também podem manifestar-se a partir de um desejo pelo limite, assegurando valores de existência, tentativas mais de existir do que propriamente de morrer.

As passagens ao ato e os fenômenos de violência, que propõem a falta de tradução possível das palavras, podem surgir no ato como forma de expressão. A falha da tradução em palavras se manifesta pela ação de um comportamento, restando a cada um, saber fazer com suas escolhas.

O gosto de viver que falta para alguns adolescentes é um dos fatores que levam às condutas de risco, tentativa talvez do inconsciente de se livrar de um desgosto pela transformação. O “risco para viver” de alguns adolescentes, pode aparecer como solução com o que aparece com o corpo. Pela forma de se expor ao risco, algo do corpo pode pedir limites, regulação. Na tentativa e frustração de receber do Outro uma marca simbólica, as marcas provocadas por si, a partir de escolhas, podem ser a solução para uma dimensão do sofrimento de apelo e de invenção. Para Lacadée (2011), a adolescência é um momento lógico que opera desconexões entre o ser criança (infância) e o ser adulto. Uma maneira inédita da dimensão do ato na relação do sujeito com o antigo corpo e a relação com o novo. O autor aponta que, queimando referências existentes e criando desordens provisórias, os sujeitos tentam assumir o “controle de sua existência no seio de um meio social e cultural regido por regras precisas”. Desta forma, apontam as fórmulas que se encontra na toxicomania, alcoolismo, atos infracionais como aspectos “potencialmente mortíferos” (Lacadee, 2011, p. 65). Nesse sentido, o adolescente se permite aproximar do gosto e da adrenalina da adolescência. Não se trata mais de desejo em provocar a morte, mas sim, abandoná-la.

Utilizando-se a expressão “artesãos do sentido da própria existência”, Lacadée (2011) em seu texto “O risco da adolescência”, apresenta a questão em que alguns adolescentes têm a

necessidade de se colocar em risco numa tentativa de descoberta do que fazer com o corpo, sua identidade e as novas referências, uma vez que há uma desconexão do sujeito enquanto a criança que não é mais e o adulto que ainda não se tornou. Neste sentido, a educação e os pais também esbarram no encontro com o adolescente. Em um risco para viver (mais do que um risco para morrer) chega o momento em que alguns sujeitos adolescentes necessitam de se descobrir diante do novo que se apresenta, arriscando a existência para saber se a vida “vale a pena”.

A falta de orientação (limites jamais transmitidos e insuficientemente estabelecidos) faz com que o adolescente apresente “respostas diversas” na tentativa de interação social. Chega o momento em que o adolescente necessita experimentar seu “estatuto de sujeito”. Se para cada um a adolescência chega a seu modo, Lacadée afirma que cada vez mais estamos nos deparando com adolescentes que adotam “condutas sintomáticas”, como condutas de risco que apontam para uma exposição ao perigo como: a necessidade de uma velocidade maior no trânsito, a toxicomania, o alcoolismo, o abandono escolar, o transtorno alimentar, o envolvimento com a criminalidade, dentre outros. Mas se estes envolvimento são vários e só tem sentido para cada um diante de sua história pessoal. Para Lacadée:

O gosto de viver que falta a numerosos adolescentes constitui fator importante das condutas de risco, tentativa inconsciente de se desembaraçar do desgosto consigo mesmo – sentimento de ódio frente a essa parte indivisível que pode ser experimentada como vergonha de si. (LACADÉE, 2007).

O conceito adolescência se mostra como um incômodo que põe em dúvida o seu estabelecimento. O sujeito adolescente e o exercício da escuta, cada qual a sua maneira, produzem inquietações a partir dos posicionamentos que cada um ocupa. É importante salientar que a adolescência é um período marcado para o sujeito de formas diferenciadas, considerando as respostas dadas por cada caso. O que não se pode deixar de fora é que estas respostas possibilitam várias formas de inscrição do sujeito no social. Sendo a partir de uma crise, o sujeito adolescente precisa dar conta perante um conflito e buscar saídas possíveis.

A adolescência pode ser marcada por uma crise, convocando o sujeito a responder numa posição de responsável por seus atos e encontrando conseqüentemente com um não saber diante deste novo lugar. São percebidas modificações no corpo e um sentimento de estranheza diante de uma metamorfose. O adolescente não é mais o herdeiro de tradição e transmissão,

ofertadas pelo fio das gerações, sendo que “a falta de referências tradicionais” torna alguns deles deserdados.

Para Lacadée, a adolescência está permeada de escolhas decisivas que podem incluir a dimensão inédita de um ato. Segundo o autor, esta dimensão do ato pode ser levada ao imediatismo, clínica da pressa, ou seja, resolver questões com uma certa urgência, até mesmo utilizando a violência, numa verdade do seu ser. Na busca de tutela e autonomia, o adolescente é convocado a experimentar o estatuto de sujeito, com escolhas para o melhor ou para o pior. Momento propício para se deparar com fronteiras, desejando a descoberta de qual seria seu lugar no mundo, diante de limites simbólicos nas relações (com os outros e com o mundo). É um sujeito conectado ao presente, ao imediato e ao momento de ser reconhecido, experimentando sentimentos de necessidade pessoal, de valor e de sentido, sustentados pelo gosto de viver e de momentos de dúvidas. O ato poderia desta forma, apontar uma saída para o adolescente no impasse de relação com o Outro.

Alberti (2009) referendando-se a Freud apresenta uma posição na qual os adolescentes encontram no Outro social uma influência “mantenedora da vida”. Para eles, é preciso que o Outro social “exerçam sobre ele uma influência”, neste sentido de manter a vida, fazendo frente as repressões exigidas culturalmente pela sociedade, uma vez que os atos e as ações inscrevem-se no laço social associado às condições morais.

Parafraseando Alexandre Stevens (2004), em seu texto “Adolescência, sintoma da puberdade” lançado na Revista Curinga, onde apresenta o tema como “a idade de todos os possíveis” e o “encontro com o impossível”, o autor apresenta a questão sobre a escolha das respostas, onde se referindo a Freud (1905) nos “Três ensaios sobre a teoria sexual”, o sujeito necessita refazer suas escolhas de objeto, uma vez que no momento da adolescência ainda não houveram escolhas propriamente ditas como uma decisão pela escolha da existência. Para Stevens:

[...] essas escolhas deverão ser recolocadas tanto do lado da fantasia, que vai ser posta à prova na puberdade, quanto do lado do sintoma, que assume formas variadas. Essas escolhas vão ser recolocadas mesmo se a estrutura está, sem dúvida, já decidida, neurose ou psicose, e mesmo no interior das neuroses, a obsessão ou a histeria. Contudo, as formas comportamentais, as formas fenomenais e também a relação do sintoma com o sexo vão se encontrar modificadas na puberdade. (STEVENS, 2004, p. 29).

Diante desta afirmação, apontamos a necessidade de abordar as variantes respostas que a adolescência pode apresentar diante do real da puberdade. O que vem ao encontro com esta falta do que saber fazer, Stevens apresenta como o sintoma, e a adolescência como “sintoma da puberdade”. Desta maneira, a adolescência não se apresenta no sentido de uma crise, mas sim, como uma resposta possível a um fenômeno. Diferenciando de outros autores, Stevens traz uma forma interessante de apresentar o adolescente como uma resposta individual a partir das escolhas do sujeito (diferentemente do que o que acontece com os animais, apresentado no texto pela questão dos instintos). Diante de um não saber frente ao outro sexo, surgem as invenções de cada um.

Outra maneira de dizer sobre a adolescência é a relação existente com a sociedade Ocidental que a converge mais em um significado do *ter* do que *ser*. Como apresentado em seu texto “La adolescência generalizada”, Pereira (2010) afirma que o referencial *ter* não promove laço social, mas sim, promove segregação. Os objetos de consumo geram sentimentos breves, assim como são conquistados. A partir do momento em que o capital se torna “o mestre”, os adolescentes tendem a se tornar segregados ao contexto social, induzidos ao objetalismo. Neste contexto, abarcaríamos o “discurso capitalista”, onde o adolescente numa tentativa de inclusão se depara com ausências de possibilidades de *ser* e acaba por murar-se no imediatismo para ser reconhecido pelo *ter*, traduzido no mundo capitalista.

Arriscaria dizer que esta segregação não seria só uma afirmação frente aos seus semelhantes, mas uma segregação interna que aponta a constituição do sujeito. A violência também pode ser considerada uma resposta a um empuxo de fazer parte, frente a uma exclusão do sujeito, tratado como objeto e reduzido à situação de consumidor. Quanto mais se tenta uniformizar estes sujeitos, mais se segrega. E o que é segregado não desaparece, mas se transforma em obstáculo.

Hebe Tizio, em seu texto “El enigma de La adolescencia”, publicado na revista *Púberes y Adolescentes*, aponta que para o adolescente o futuro se apresenta agora, e que com o esforço direto da revolução industrial, o trabalho e o desejo pelo consumismo provoca um desejo pelo *ter*, possuir. Também apresenta uma alternativa onde a autoridade de um adulto e a função da escola precisa implicar numa regulação, fazendo com que uma ajuda, um limite e um voto de confiança sejam dados ao adolescente.

Por que será que alguns adolescentes não podem fazer de outra forma senão se deixar enlaçar por esta atração ao ato como se ele fosse mais autêntico do que a linguagem? Pode-se então, apontar que a tarefa do adolescente seja a de inventar um novo modo de operar com o desconhecido, trazido pelas mudanças corporais, e também no impossível da linguagem que cada um poderá extrair singularmente. Neste sentido, o apoio para que o adolescente possa traduzir na linguagem o que deseja expressar através dos atos, pode ser a alternativa que os leve para outras possibilidades, que não seja a do ato como forma de expressão.

Como o tema é explorado por diversos autores e diferentes teorias, não há pretensão deste texto de totalizar todas as propostas possíveis para a temática, mas sim apresentar algumas formas de encarar um momento vivido pelos sujeitos. A singularidade diz respeito às diferenças entre estes e a coletividade que desejam, ora serem reconhecidos entre os pares, ora se oporem aos demais. O lugar encontrado por cada um, diante de um todo, é a chance de saber inventar sua própria história.

Observando a singularidade de cada sujeito e a forma de lidar com sua história de vida, o adolescente possui formas de encarar as dificuldades e as mudanças provocadas por esta fase. Entretanto, cada um possui uma maneira de responder a estes atravessamentos. Modalidades diferenciadas de respostas podem ser descobertas, uma vez que, alguns adolescentes tem uma possibilidade de passar por este momento de forma mais tranqüila. Para tanto, outros possuem formas mais extremadas, e assumem condutas de risco. Muitas vezes, estas condutas podem ser uma forma de transgressão da lei, cometendo assim um ato infracional. Este ato pode ser entendido como uma resposta à forma que o sujeito estabelece para viver em sociedade, uma vez que, este terá uma parte única para cada um. Poderíamos apontar inúmeras causas para se justificar a escolha de cada um para cometimento do ato, mas este só fará sentido no momento em que se conhece o contexto individual, o que possibilita entender cada história.

Apresentamos até aqui o período vivido pelos adolescentes, uma vez que chega o momento em que ocorre a saída da infância, e esta não se apresenta como uma tarefa fácil, apesar de cada um vivenciar a sua maneira. Uma vez que esta configuração não é compartilhada apenas a partir da estruturação corporal ou de uma marca na idade, a adolescência constitui uma questão na subjetividade. No entanto, é preciso indagar ao adolescente sobre a forma a qual se inscreve no social (às vezes, pelo viés da criminalidade) na tentativa de busca do reconhecimento do Outro.

O que eles esperam de mim? Esta pode ser uma questão angustiante para o adolescente, uma vez que buscam referenciais diante do não saber fazer. A insegurança torna-se um traço deste momento, que pode ser apostada numa solidão que exigirá de cada sujeito uma invenção de modo próprio. Entretanto, vale ressaltar que o cometimento do ato poderá provocar o encontro com a lei, que é para todos, e que fará com que esta tenha cabimento na singularidade de cada sujeito. Este encontro não será sem consequência para cada um, uma vez que há que se definir as responsabilidades. Quando o sujeito empreende uma decisão que responde o que o motivou à prática do ato infracional, ele se responsabiliza por suas escolhas. A medida não tem o caráter único de responsabilização pelo ato praticado, apesar deste também ser um ponto a ser trabalhado na execução desta. Passemos ao próximo capítulo, que trará as medidas socioeducativas, excepcionalmente a de internação, o eixo escolarização na tentativa de conhecer como se dá a relação da escola na medida, para então, no capítulo 3, conhecer os sujeitos desta pesquisa.

CAPÍTULO 2: O QUE É A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO?

“Não se pode reformar instituições sem reformar mentes, mas não se pode reformar mentes sem reformar instituições¹³”.

Após abordar a temática sobre a adolescência e a relação com o ato infracional, vamos apresentar as medidas socioeducativas contextualizando-as desde a época do Código de Menores até a entrada do Estatuto da Criança e do Adolescente. Este capítulo tem o intuito de contextualizar também a escola dentro das medidas socioeducativas, com destaque para a medida de internação, como um dos eixos para seu cumprimento. Como este trabalho possui seu estudo teórico no campo da psicanálise e a interlocução com a educação, inicialmente abordaremos a temática sob este ponto de vista.

2.1A educação e a psicanálise

Para a psicanálise, a educação é reconhecida como um discurso social, que segundo Kupfer (2001) é através dela que o sujeito apresenta-se enquanto das marcas do desejo, no sentido de filiar o aprendiz a uma tradição existencial, permitindo que este se reconheça no outro. Neste sentido, o sujeito é capaz de produzir discurso pela inserção na linguagem, constituindo sua subjetividade. A educação pode ser concebida como um ato de lançar o sujeito ao mundo, oferecendo-lhe a cultura como forma de inscrição ao social. Freud, em uma de suas obras aponta que educar, ao lado de governar e psicanalisar, é uma profissão impossível. Porque Freud se propõe a apresentar a educação como impossível? Seria talvez por pensar que o fracasso está no viés constitutivo do sujeito? E do sistema escolar?

A proposta de educar envolve nuances diferenciadas, situações inconstantes, colocando o sujeito em normas iguais. Quando se traz o conceito de impossível a educação em sua totalidade é no sentido de nela se encontrarem os fracassos e sucessos, numa alternância do ritmo da vida. A transmissão do saber depende de dois desejos: o de saber e o de ensinar.

Em seu texto "Os profissionais do Impossível", Pereira (2013) vem afirmar sobre a necessidade da escola impelir nos alunos o desejo de viver, abordando que o fracasso escolar deve ser visto como uma impossibilidade e não como um impotência. Essa última (a

¹³ Epígrafe extraída da obra de Edgar Morin (2006, p.99).

impotência) afirma o sujeito na angústia e não apresenta perspectivas na possibilidade de trabalho. Aponta ainda que, diante das dificuldades vivenciadas pelos alunos e professores no ato de educar, não há receitas prontas ou respostas em manuais.

Diante da impossibilidade, a insuficiência, a incerteza e o insucesso, podem ser traduzidos como a possibilidade de se projetar algo que proponha respostas não prontas, mas que se invente e possibilite alternativas inesperadas para a educação, diferentemente da impotência que tornará o sujeito na condição de nada fazer. Pereira (2013) nos apresenta formas de desejo de viver, abarcando a necessidade de reflexões diante do impossível da educação: “A educação não se reduz apenas a receitas formatadas, a alguns saberes planejados ou a racionalizações de comportamento, mas a um sistema de gestos, valores, proibições, pulsões e subversões que devem ser descritos noutra feixe de relações” (PEREIRA, 2013, p. 489)

Desta forma, pensar a educação com seus impasses, possibilita saídas possíveis. Poderíamos tratar da necessidade da educação de se valer da norma, mas abarcando as exceções. Se pensarmos na totalidade, estaríamos excluindo as excepcionalidades, que propõem construções e desconstruções constantes. O ideal da transmissão não existe, mas há uma relação entre o aluno e o professor onde se apresenta o desejo de saber por parte do aluno e de ensinar por parte do professor. Pensar nesta transmissão de forma totalitária, seria perder, ou colocar de lado, o valor subjetivo, ou seja, de transformar em impossível a proposta da educação.

A função da escola deve ser mais que não incentivar os jovens ao “suicídio”. Deve propiciar o desejo de viver e oferecer-lhes amparo e ponto de apoio em uma época em que são afetados pelas condições de seu desenvolvimento, se ocupando de indivíduos ainda imaturos (FREUD, 1991, pag. 131-132). Neste sentido, a escola se configura como um importante espaço de construção do conhecimento e um dispositivo na vida em sociedade. O imprevisto é algo presente no ato de educar, e as necessidades de enquadrar os alunos e professores em um ideal, seriam caminhar em direção ao fracasso, uma vez que há formas de entendimentos diferenciados na comunicação. De modo singular, a educação é tocada ao sujeito de maneira única. Há de se pensar nos conflitos existentes na educação como forma de vida, e entender que esta tensão existente faz com que necessitemos de pensar em formas de se propor outras possibilidades na transmissão.

Para Lacadée a “escola não pode querer ser mais do que um jogo de vida”, mas deve propiciar o desejo pelo viver e oferecer uma referência, em uma época tão particular da vida em que os adolescentes são afetados pela condição de desenvolvimento. O professor não tem que responder o que não tem resposta, mas apresentar o desejo pelo saber. A escola oferece o encontro com o educador, que apresenta autoridade como referência de saber e referência de viver. Mas esta autoridade deve ser entendida como nos apresenta TIZO:

A autoridade mudou, dissemos, porém isso não é uma catástrofe, trata-se apenas de ver que modelo de autoridade convém para este tempo. Sobre isto sabemos que vários modelos já caducaram, mas os limites são necessários. A idéia de limite é para possibilitar: não a isto, mas sim a outra coisa. Deve-se saber que tanto o autoritarismo como o deixar fazer sem limite são as duas faces do pior, ou seja, de um funcionamento superegótico. Trata-se de entender então, a autoridade como um instrumento que só poderá ser reconhecida se ajuda o sujeito a construir algo a que possa agarrar-se e que lhe permita, desta maneira, encontrar o caminho do desejo. (TIZO, 2010, p. 6)

Desta forma, temos como ponto de partida, a necessidade de se pensar a escola como um espaço para além da formação de conhecimentos técnicos voltados à qualificação acadêmica e profissional dos futuros adultos. Em concordância com Freud (1991), Lacadée (2007) e Pereira (2013), a escola constitui-se como *lócus* fundamental para o desenvolvimento do desejo de viver. O pertencimento ao processo de socialização, propicia a construção de um senso de cidadania inclusiva, isto é, uma formação reflexiva e plural de identidades que sejam, ao mesmo tempo, consolidadas e abertas, a partir das quais, diferentes formas de vida e concepções de mundo possam conviver com respeito mútuo às diferenças, promovendo a circulação da palavra.

Conclui-se a partir dos pontos apresentados que é importante repensar as relações no interior da instituição escolar, porém, sem esquivar-se do foco: o aluno enquanto sujeito dessa relação. Neste ínterim, se a educação apresenta-se como impossível enquanto totalidade, uma vez que atenderá a cada sujeito da sua forma mais singular, ela pode ser possível enquanto processo, na tentativa de não generalizar as ações e escutar cada um.

Proponho a pensarmos que, fazendo uma relação ao ato de educar, que se apresenta como "profissão do impossível", assim também a socioeducação se faz para a sua totalidade. Se ponderarmos que a internação seja executada de forma universal para todos os adolescentes que cometerem atos infracionais graves, de que forma cada um poderá se apresentar enquanto "dono de sua própria história", encontrando suas saídas? Afirmando que não há como escutar o

sujeito a partir de normas generalizadas, mas é preciso entender que a medida tem "efeito" para cada um. O que as medidas possibilitam ao adolescente para que este não se torne impotente? É importante que a invenção dada por cada sujeito possa promover saídas diante da impossibilidade, com isso, a execução deve estar orientada para que se possa proporcionar ao adolescente um enlaçamento ao cumprimento da medida. Como afirma Pereira (2013), não teremos respostas prontas em manuais, mas devemos deixar-nos inquietar para que a escuta diante de cada caso, proponha que a medida possibilite ao adolescente o vínculo na relação, lançando-o a projetar respostas diversas à criminalidade.

Após introduzirmos brevemente como a educação é abordada pela psicanálise, passaremos para o histórico da justiça no Brasil. Cabe salientar que antes do século XX, as crianças e adolescentes eram tidas pela falta de garantia de direitos, o que impossibilitava, desta forma, qualquer tentativa de escuta destes sujeitos. Após este histórico e as mudanças propostas pela legislação que reconfigura os direitos da criança e do adolescente, apresentaremos como é orientada a execução da metodologia da Política Socioeducativa em Minas Gerais nas unidades de internação, com o foco no eixo escolarização, uma vez que é o objeto de pesquisa desta dissertação.

2.2 O breve histórico da justiça no Brasil: do menor ao sujeito de direitos

Os estudos apontados sobre a adolescência, sobre os quais passou a produzir conhecimento no início do século passado, ocorreram a partir da relação entre adolescência e risco. Ao se tornarem fonte de estudos, o tema adolescência passou a ser adotado como fonte de intervenção. A necessidade de explicar o assunto possibilitou que diversas abordagens teóricas trouxessem seus apontamentos para diversas discussões sobre esta etapa da vida: a adolescência.

Como vimos no capítulo anterior, com a chegada a adolescência, ocorre mudanças significativas com as quais cada um precisa lidar. Cada um responde a essas mudanças de forma singular. A adolescência como uma categoria, começa então a partir do século XX, a ser objeto de atenção, mais especificamente, depois da Segunda Guerra Mundial, quando despertou o investimento no meio de comunicações, partidos políticos e o mercado de consumo.

A história da infância no Brasil para os carentes apresenta-se associada à pobreza e à delinquência e aborda uma falta de garantias aos direitos infantis, principalmente na educação e no trabalho. Este histórico das políticas sociais visava uma intervenção das Igrejas e do Estado que, em conjunto, apresentavam propostas de interferência.

Os autores como Rizzini (1993), Silva (1997), trazem em seus escritos, o contexto das histórias das crianças escravas que vivenciavam condições precárias com os pais, e agregada a isso as mães eram alugadas como amas de leite, o que levava a uma taxa de mortalidade elevada dos filhos de escravos, que se alimentavam dos resquícios do leite materno. O alto número de imigrantes para o Brasil exigia uma necessidade de criação de diversas sociedades científicas que trabalhavam no controle das doenças epidêmicas e na ordenação dos espaços públicos (incluindo as escolas, internatos e prisões). No Brasil “vagabundos”, “trombadinhas”, “pivetes”, entre outras denominações se acumularam ao longo do séc. XX para se fazer referência a crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade. Neste período, havia uma dualidade entre a criança perigosa e a criança em perigo.

As Câmaras Municipais, a partir de 1521, passaram a atentar das crianças descuidadas, devido às condições de pobreza das famílias ou por abandono dos filhos que nasciam “fora” dos casamentos. As crianças, abandonadas em locais públicos, nas portas das casas ou da Igreja, chegavam a ser devoradas por animais (cães ou porcos). Diante de tal condição e havendo uma preocupação por parte das autoridades em 1726, a Santa Casa de Misericórdia cria o sistema de Roda que segundo RIZZINI:

[...] um cilindro giratório na parede que permitia que a criança fosse colocada da rua para dentro do estabelecimento, sem que se pudesse identificar qualquer pessoa. O objetivo era esconder a origem da criança e preservar as honras das famílias. Tais crianças eram denominadas de enjeitadas ou expostas. (RIZZINI, PILOTTI, 2009, p. 19).

Até 1824, as crianças indesejáveis eram expostas, e desde 1806 as Casas de Misericórdia de todo o Império Português eram os órgãos responsáveis pela fiscalização, mesmo que os conselhos municipais fossem responsáveis pela criação das rodas. Essas foram abolidas em 1927, e no Rio de Janeiro, extintas em 1935. Vale dizer que no final do século XIX, não havia a distinção de um tratamento jurídico destinado à infância e adolescência. Desde esta realidade, as crianças e adolescentes que cometiam alguma conduta tida como ilegal para a sociedade, eram submetidos a um sistema sancionatório que ocasionava diversos abusos e

violências nas casas de correção (que previam a privação de liberdade). Neste período, ocorreu a necessidade de ajuntamento entre justiça e assistência na atenção à infância e adolescência. Alguns setores da sociedade organizaram um movimento reformista que provocou intervenções estatais ilimitadas. Nesta perspectiva, o Juiz de Menores surge como o principal imperativo das regras e das normas, na perspectiva de resolver também as questões ditas sociais. Nesta época a legislação abarcava questões voltadas ao assistencialismo e exigiam em conjunto o controle e a ordem.

No período de 1920, cria-se na América Latina a Doutrina da Situação irregular da assistência à criança e ao adolescente e do direito infanto-juvenil, apoiando no juiz uma figura de “pai de família” que tinha total autonomia para decidir o que seria “melhor” para o menor. O menor era chamado de “abandonado” uma vez que no prazo de trinta dias, a contar da entrada em juízo, aquele que estivesse em situação irregular e não fosse reclamado por ninguém responsável (na época chamado de direito) seria inevitavelmente internado. Estes processos de abandono, constituíam instrumentos jurídicos para a perda do pátrio-poder da família, onde o menor era obrigado a permanecer na instituição de internação até os 18 anos, as expensas do Estado, salvo em decisão judicial contrária. O “Juízo de Menores” estabelecera um novo padrão com relação à prática jurídica ao menor, pois estes eram avaliados por certos exames “pedagógicos”, “médico-pedagógicos”, “médico-psicológicos”, de “discernimento” e de “qualificação do menor”, que buscava enquadramentos em certas características morais, físicas, sociais, afetivas e intelectuais. No Brasil, as leis eram fundamentadas no paradigma da Situação Irregular e foram criados o Código de Menores de 1927 e de 1979. Estes apresentavam perspectivas protecionistas e provocavam conseqüentemente arbitrariedade dos juízes com relação às crianças que apresentavam mais dificuldades.

O foco do Código de Menores foi o trabalho de fortalecimento da assistência social, mas a esfera jurídica era, portanto, a protagonista do processo de atendimento ao menor. Entretanto, a questão dos menores, tanto abandonados quanto delinquentes, continuava sem solução, pois não era estritamente jurídica, mas sim, social.

Em 1941, foi criado o Serviço de Assistência aos Menores (SAM), instituição federal que se responsabilizava pela assistência dos “menores abandonados e desvalidos”. Esta instituição era vinculada ao Ministério da Justiça e aos Juizados de Menores. Na década de 1950, o SAM passou a ser encarado com o termo “Sem Amor ao Menor”, suportando críticas dos juízes, dos

atores governamentais e da sociedade em geral. Formaram-se então, comissões para investigar o SAM e em, 1964, como surge uma questão envolvendo a segurança nacional, este foi extinto e criou-se a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), que então passaria a se preocupar com o número de menores, para que estes não se enveredassem pelos caminhos do consumismo e das drogas. Preocupou-se então em implementar uma política nacional do bem-estar do menor buscando novas concepções da Doutrina da Situação Irregular no Brasil, envolvidas pelas novas concepções.

O juízo de menores, o FUNABEM e as Fundações Estaduais (FEBEM) foram instituições para a aplicação de princípios e novas práticas. Dentro da FEBEM, permaneciam crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e desproteção social, bem como adolescentes que cometiam atos infracionais. A proposta de intervenção continha ambigüidades na base de punições e tratamentos. Neste período a família era uma instituição que não possuía poderes sobre suas decisões que ficavam a cargo do estado ou dos juízes. Diante dos internos na instituição FEBEM, surgiu a necessidade de se instaurar uma fiscalização que avaliasse o trabalho desenvolvido pela instituição, e que apresentasse o resultado de uma instituição arruinada.

No período de 1927 a 1990, Rizzini (1993) afirma que a criança simbolizava a esperança, o futuro da nação, mas que para isso deveria ser adequadamente educada. No final da década de 70, o Brasil passava por uma efervescência social e política, uma vez que era exigido o fim da ditadura militar para a abertura à democracia. Culmina-se então, com a promulgação da Constituição da República de 1988. Já em 1990 nasce o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que denotava uma importante evolução ao Código de Menores de 1979, que abordava uma situação de discriminação imposta pelo uso do termo “menor em situação irregular” para o uso de outro termo: “sujeito de direitos”¹⁴.

Aponto que há um ponto de partida, uma premissa na Constituição de 1988 onde de maneira mais implícita e que o ECA pode esclarecer, sobre a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Passou-se a indicar as medidas pedagógicas e não meramente coercitivas (para que a passagem pela adolescência pudesse ser menos devastadora possível) e as medidas

¹⁴ Para saber mais sobre o tema sugiro a leitura da dissertação: Por que internar? Discursos e representações dos juízes da infância e juventude na aplicação da medida socioeducativa de internação em Minas Gerais / Cynthia Maria Santos Ágüido. Belo Horizonte, 2011. 164f.:il .

jurídicas também foram criadas. Podemos mesmo dizer de uma tendência a tipificar o que é considerado risco como infração. As legislações brasileiras acerca da infância e da adolescência foram feitas a partir desta concepção. Legislando sobre o risco, foram criados tipos criminais. Com a promulgação do ECA, há um paradigma entre a Doutrina da Situação Irregular e a Doutrina de Proteção Integral, onde o menor sai de um posição de mero objeto de intervenção para uma posição de sujeito de direitos. O viés de criminalizar alguém por ser pobre ou abandonado, é deixado para responsabilizar o sujeito que comete um ato infracional.

Esta nova legislação, traz um sistema de garantias constitucionais fundamentais, como o direito à educação, saúde, habitação, lazer, esporte e cultura. Além disso, há uma significativa mudança conceitual de conteúdo, método e gestão do atendimento ao “menor”, agora chamado de criança ou de adolescente de acordo com a idade. Conforme apresentado pelo ECA, considera-se crianças as pessoas de 0 a 12 anos (incompletos) e adolescentes os de 12 a 18 anos (incompletos). O ECA estabelece que a infância e a juventude devem receber proteção total da família, da sociedade e do Estado – devendo este prover políticas públicas de promoção e defesa de seus direitos. Desta forma, legisla sobre a necessidade de uma articulação da rede social para que as famílias tenham seus direitos respeitados, mas também sejam responsabilizados.

O ECA vem apresentar uma legislação, como dito anteriormente, como o estatuto que prevê os direitos fundamentais, da prevenção, da política de atendimento, e da adoção. Como o recorte desta pesquisa diz sobre os adolescentes autores de atos infracionais, trataremos especificamente sobre as medidas socioeducativas. A lei prevê que o poder judiciário poderá aplicar uma medida socioeducativa a um adolescente que comete um ato infracional como forma de responsabilização. Dentre as medidas apresentadas no ECA temos: I) advertência, II) obrigação de reparação ao dano, III) prestação de serviço a comunidade; IV) liberdade assistida, V) inserção em regime de semiliberdade, VI) internação em estabelecimento educacional; desta forma, apresentando toda a política de atendimento proposta para o autor de ato infracional.

O Estatuto pode ser considerado uma lei inovadora que propõe corresponsabilidades entre família, sociedade e Estado. Com a criação desta lei, as políticas e as leis que impactam a infância e a adolescência propõem alternativas universais que valem instintivamente para todos, independente da condição ou classe social.

Em 2006, cria-se o Sistema Nacional de Atendimento as Medidas Socioeducativas (SINASE¹⁵) uma vez que com a criação do ECA, se propôs a regulação enquanto legislação para a aplicação das medidas e o SINASE vem como orientador da execução das medidas. No ano de 2012, foi sancionada a lei 12.594, que institui o efeito de cumprimento dos princípios, regras e ordenamentos para a prática do Sistema Socioeducativo. Através de suas atribuições e obrigações, as unidades socioeducativas devem executar as medidas socioeducativas com duas dimensões que se apresentam: uma dimensão jurídica e outra pedagógica, promovendo a responsabilização do adolescente pelo ato infracional praticado, bem como o cumprimento dos eixos da medidas, dentre eles a escolarização, sempre articulando com os dispositivos existentes na rede de atendimento e fugindo das práticas das “instituições totais”¹⁶.

Infelizmente, podemos afirmar que diante deste contexto do antigo Código de Menores e posteriormente da legislação do ECA, temos alguns juízes¹⁷ que ainda aplicam as medidas de forma errônea, por exemplo, quando consagram a medida de internação em qualquer caso, sem uma avaliação prévia de um contexto social ou da gravidade dos atos infracionais, apenas dando uma resposta para a sociedade. É necessário ter a ciência de um contexto da vida do adolescente e mais que isso, analisar os atos cometidos, para que a internação possa ser aplicada somente em casos excepcionais.

2.3 Sobre a medida socioeducativa de internação

Com a promulgação do ECA, podemos apontar para o fato que o ato infracional deve ser apurado com base no Sistema de Garantias de Direitos (SGD)¹⁸ tendo garantido os direitos a qualquer cidadão que tenha praticado um ato infracional, ou seja, contrário a lei. Neste

¹⁵ Tal como define a lei do Sinase – “É o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, incluindo-se nele, por adesão, os sistemas estaduais, distrital e municipal, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescentes em conflito com a lei” (SINASE, 2012, art. 1º, § 1º).

¹⁶ Conforme Erving Goffman (2005) são instituições que funcionam em regime de internação que concentram moradia, lazer, atividades formativas, e administram a vida de um elevado número de pessoas segregados da sociedade.

¹⁷ Acontece ainda mais com os juízes que acumulam várias Varas no interior, como a Cível, Trabalhista e Infância e Adolescente.

¹⁸ De acordo com a Secretaria de Direitos Humanos o Sistema de Garantias de Direitos é “a articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal” (SEDH, 2002, p.07).

sentido, os adolescentes que praticam atos infracionais possuem o direito à ampla defesa e contraditório, à defesa técnica instituída por advogado particular ou defensor público.

No caso de considerar o adolescente como infrator, reforça, portanto, a questão da verificação de sua conduta dentro de um contexto muito mais amplo que a prática do ato infracional em si, apontado para alternativas temporárias à fase da adolescência. O adolescente que comete reiterados atos infracionais ou atos graves, terá que cumprir a medida socioeducativa de internação, que está prevista no ECA, em seu artigo 121 que prevê:

Art. 121º - a internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

§ 1º - Será permitida a realização de atividades externas, a critério da equipe técnica da entidade, salvo expressa determinação judicial em contrário.

§ 2º - A medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses.

§ 3º - Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a três anos.

§ 4º - Atingido o limite estabelecido no parágrafo anterior, o adolescente deverá ser liberado, colocado em regime de semi-liberdade ou de liberdade assistida.

§ 5º - A liberação será compulsória aos vinte e um anos de idade.

§ 6º - Em qualquer hipótese a desinternação será precedida de autorização judicial, ouvido o Ministério Público.

Vale ainda ressaltar que, por se tratar da medida mais gravosa do ECA, ela só poderá ser aplicada quando se tratar de um ato infracional cometido por grave ameaça ou violência à pessoa, ou por reiteração dos atos ou descumprimento reiterado das medidas anteriormente impostas, e tendo outra medida mais adequada, esta não poderá ser a medida em primeira opção.

O adolescente que comete um ato infracional, infringindo as regras de convívio, terá que responder por seus atos, mas não através das penas do Código Penal de Adultos, e sim, através de um Código Específico, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Serão aplicadas medidas socioeducativas decorrente de uma decisão judicial, como a medida socioeducativa de internação, que depende de processo judicial considerando três princípios: brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Considerar o adolescente enquanto conflitante com a lei, diz de uma situação temporária e não de uma condição permanente. No caso de considerá-lo como infrator, reforça, portanto, a questão da verificação de sua conduta dentro de um contexto muito mais amplo do que a

prática do ato infracional em si. Significa então, enfatizar que o adolescente não se reduz a um ato e que este mesmo possui uma história anterior.

O processo de cumprimento de uma medida socioeducativa de internação é permeado pela tensão¹⁹ existente entre a privação de liberdade e a educação. A tarefa de conter e educar ao mesmo tempo impõe a necessidade de se planejar uma política específica que possa dar conta de manejar os impasses advindos dos efeitos do caráter da medida na prática. A contenção oferecida pela estrutura física, possibilita uma parada compulsória nas relações estabelecidas pela criminalidade, no uso das drogas e, associada ao viés educativo, oferece outras possibilidades de enlaçamento social para o adolescente. O trabalho pode possibilitar um reposicionamento diante da vida a partir da responsabilização pela prática de ato infracional que é o ponto orientador da política ao adolescente com conflito com a lei.

Aichhorn, que se dedicava ao estudo sobre os problemas da delinquência infantil e juvenil, sendo organizador e diretor de uma instituição para estes jovens na Áustria, vem apresentar em seu livro “Verwahrloste Jugend²⁰”, publicado em 1925, as experiências a partir de sua história. Nesta instituição que tinha como objetivo a educação dos sujeitos “desamparados”, era abordada a redução dos problemas relacionados à vivência dos adolescentes com seus determinantes sociais, centrada na relação com o Outro. A partir das experiências, depois da primeira Guerra Mundial, é interessante analisar a explicação sobre o funcionamento de uma instituição e sua metodologia de trabalho e a inferência ao trabalho desenvolvido nas unidades de privação de liberdade na época e a relação com o trabalho de atualmente. O livro faz uma relação com o “desamparo” no sentido da alusão a partir do abandono ou mesmo nas dificuldades da função de referência que o adulto produz no sujeito de suas várias maneiras.

O autor faz uma referência ao trabalho a partir da importância da psicanálise na educação, uma vez que acredita que é a partir dela que “podemos conduzir a criança do estado associal para o social”. Ele ressalta a influência dos afetos na reações do ser humano. Se Aichhorn acreditava que era necessário que a instituição se utilizasse da oferta da palavra ao sujeito, hoje também nas instituições socioeducativas não se faz diferente. É fundamental para o

¹⁹ Para saber mais, sugiro leitura da dissertação: Entre o coercitivo e o educativo [manuscrito]: uma análise da responsabilização socioeducativa na internação de jovens em conflito com a lei / Luciana da Silva Pedron. - UFMG/FaE, 2012.

²⁰ Consultamos a tradução em espanhol "Juventud desamparada", estabelecida por Hebe Tizio e editada pela Gedisa, 2006, de Barcelona.

cumprimento da medida socioeducativa que o adolescente questione seus atos, possibilitando a descoberta de suas próprias respostas. A proposta não visa um comportamento uniforme de todos, nem que façam somente o que a instituição espera deles, mas que possam se implicar com o singular na convivência do grupo.

A cada instituição cabe a proposta da análise do caso a caso, fazendo com que a transferência²¹ seja criada de forma a não generalizar as condutas dos adolescentes. Cada profissional que atua nesta instituição proporciona técnicas diferenciadas de abordar o sujeito, entendendo seus contextos e suas bagagens. O ambiente na instituição socioeducativa deve propor o diálogo como primeira alternativa, auxiliando os sujeitos a cumprirem os eixos da medida (como dito: escolarização, profissionalização, esporte, cultura e lazer) de forma a compreender suas opções.

Para que hajam explicações sobre estas escolhas de cada sujeito, se faz imprescindível os atendimentos de forma a escutar as questões trazidas por cada um. A forma como o adolescente se apresenta na instituição, nos mais diferentes espaços, auxilia os profissionais que lá estão a conduzirem seus atendimentos. É fundamental entender que não há uma “verdade”, para que falsas conclusões sejam apresentadas, e que se dê a oportunidade do adolescente se apresentar. O trabalho a ser desenvolvido pelas unidades socioeducativas deve ser um trabalho orientado para o sujeito, e não apenas para as normas.

Além dos atendimentos individuais realizados pela equipe técnica²², os adolescentes participam de uma rotina institucional. De acordo com o Sinase (2006), a rotina da unidade é fundamental, pois auxilia a equipe socioeducativa e os adolescentes a estabelecerem acordos, além de apontar regras relacionadas aos horários de despertar dos adolescentes, horários das refeições, escola, oficinas, higiene pessoal, cuidados com os vestuários e ambientes, lazer, esportes, cultura, visitas, atividades externas e outras.

A apresentação desta rotina, parte da participação de todos os atores envolvidos na execução da medida socioeducativa de internação, incluindo os adolescentes e seus familiares, que a

²¹ Aichhorn (2006) traz o conceito de transferência: “cuando hablamos de la tranferencia en relación con la reducción social, queremos significar la repuesta emocional del alumno hacia el educador, el consejero o el terapeuta, según el caso, sin querer decir com esto que tenga lugar exactamente en la misma forma que en un psicoanálise.” (AICHHORN, 2006, p. 111)

²² A equipe é composta por: assistente social, pedagogo, psicólogo, terapeuta ocupacional, enfermeiro, médico, dentista e do analista jurídico.

partir das assembleias²³ e das reuniões familiares, contribuem para a realização das mais diversas tarefas. Cabe salientar, que esta rotina deverá ser realizada para todos os adolescentes e o cumprimento da medida socioeducativa é analisado a partir das mais diferentes formas com que cada adolescente se apresenta diante das regras.

A rotina de uma instituição prevalece aos acordos relacionados como: quanto ao horário de acordar e de dormir, quanto ao horário das refeições; dos dias e horários das atividades escolares, esportivas, culturais, de lazer, de assistência religiosa, oficinas, cursos e grupos temáticos; os dias horários dos atendimentos técnicos individuais ou em grupo; dias e horários da visita dos familiares à unidade e o que poderão trazer nesta visita para os adolescentes (relacionados a vestuário, produtos de higiene e alimentos); quantidade e duração das ligações telefônicas; volume máximo da TV e do rádio, dentre outros combinados que devem ser estabelecidos pela convivência do grupo.

Em Minas Gerais, estas combinações estão propostas no Regimento Único das unidades socioeducativas, um documento que rege as regras de convivência, sendo acordado nele as permissões e proibições nas unidades e também as sanções que os adolescentes terão que submeter caso não cumpram alguma norma estabelecida. Cabe salientar que no ano de 2011²⁴, foi criado este documento que controla todo o estado, para que não houvesse diferenciação de uma unidade para outra. Desta forma, todos os gestores se reuniram para a formulação deste documento, sendo possível abarcar também as peculiaridades das instituições. A construção deste, avalio como fundamental, uma vez que cria-se uma referência para que o adolescente possa cumprir a sua medida, já que assim, ele pode saber sobre seus direitos e deveres e a partir daí criar a sua forma de cumprimento da medida.

Insta salientar que o trabalho realizado nas unidades, apesar de se orientar por instrumentos como a Política de Atendimento Socioeducativo de Minas Gerais, o Regimento Único, dentre outras legislações vigentes, não acontece de maneira fácil. Manejar o individual diante do coletivo é uma tarefa árdua que nos põe a trabalho a cada momento. Não podemos deixar que a regra seja apenas rígida, mas que se faça como norte para que o adolescente se oriente. Quando os adolescentes se "desorientam", ou seja, quando a regra não faz sentido para cada

²³ Dispositivo referenciado pelo Sinase como forma de interlocução entre direção da instituição e adolescentes para se construir conjuntamente as regras da unidade.

²⁴Atualmente estamos reformulando este documento para atender às diretrizes da Lei 12594/2012.

um que ali cumpre sua medida, a lei passa a ser apenas "caprichosa"²⁵. Sendo assim, a lei passa a não ter um sentido para cada um, uma lei sem lógica. Não digo que a escuta de cada caso não seja fundamental para este trabalho, mas também é necessário o cuidado constante com o coletivo.

Os desafios são grandes na execução das medidas socioeducativas, cuja tarefa é equilibrar a dimensão pedagógica e a responsabilização pelo ato infracional cometido na proposta de atendimento aos adolescentes privados de liberdade. Trata-se de fazer da internação uma experiência de interdição associada à garantia de direitos, à cidadania e à vivência coletiva, através da escolarização e da profissionalização, além do convívio com as equipes de atendimentos e com a família.

Contudo, sabemos que a singularidade de cada sujeito possibilita que as ações sejam vistas de formas diferenciadas, e o que serve para um não necessariamente serve da mesma forma para o outro. Deste modo, esta interdição poderá ser respondida pelos adolescentes de modos diferenciados. Alguns adolescentes aceitarão cumprir sua medida socioeducativa imposta se valendo das normas, enquanto outros tentarão "burlar" estas a todo o momento, promovendo na equipe um não saber fazer diante de tantas atuações. Assim, há a necessidade de reflexões constantes acerca deste trabalho que é desenvolvido por muitos. O desafio de saber como tratar o singular diante do universal por vezes inquieta uma equipe que vive as voltas com a angústia deste árduo trabalho.

Pode-se apontar também que a rotatividade dos profissionais que trabalham na socioeducação é uma constante em todo país, como apresenta o relatório do Plano Nacional Socioeducativo: Diretrizes e Eixos Operativos para o Sinase (2013), uma vez que apesar das dificuldades com o trabalho, esses profissionais também se deparam com salários baixos, o que provoca mudanças constantes nos quadros profissionais da socioeducação. Esta alta rotatividade impossibilita aprofundamentos em discussões, uma vez que se toma como premissa a necessidade de iniciar sempre um trabalho, comprometendo inclusive a garantia de qualidade do atendimento socioeducativo.

²⁵No sentido próprio do capricho, para fulano isso pode e para ciclano não, sem um motivo justo.

O Plano Nacional Socioeducativo (2013) traz os pontos de maiores desafios para as medidas socioeducativas:

- a) Gestão compartilhada entre as Três esferas de governo em co-financiamento.
- b) Integração operacional dos órgãos operadores do sistema (art. 8º, da Lei nº 12.594/2012).
- c) Humanização das Unidades de Internação.
- d) Primazia das medidas em meio aberto.
- e) Foco na socioeducação por meio da construção de novos projetos de vida, pactuados com os adolescentes e consubstanciados em Planos Individuais de Atendimento.
- f) Incentivo ao protagonismo, participação e autonomia dos adolescentes.
- g) Criação de mecanismos de prevenção, mediação de conflitos e práticas restaurativas.
- h) Garantia das visitas familiares e visita íntima.
- i) Garantia da oferta e acesso à educação de qualidade, atividades esportivas, de lazer, cultura e profissionalização no centro de internação.
- j) Garantia do acesso do adolescente a Justiça, MP e Defensoria, inclusive de ser ouvido sempre que requerer.
- k) Garantia ao adolescente da reavaliação e progressão da MSE.
- l) Presunção da inocência do adolescente.
- m) Valorização dos profissionais da socioeducação e formação continuada.
- n) Autonomia dos Conselhos dos Direitos nas deliberações, controle social e fiscalização do Plano e do SINASE (BRASIL, 2013, p. 6)

Há de salientar sobre a necessidade de se fazer muito pelas medidas socioeducativas, principalmente a de internação. Apesar dos avanços obtidos, inclusive trazidos pelo ECA e pelo SINASE²⁶, estamos ainda hoje discutindo mudanças nas legislações brasileiras (exemplifico com as diversas propostas que tramitam no Congresso Nacional sobre a redução da maioria penal). Percebo a necessidade de se conhecer as realidades e integralizar as redes institucionais a fim de assegurar a garantia de direitos conquistados pelas legislações a partir do momento em que, anteriormente a elas eram tratadas apenas como meros objetos do Estado.

Nesta tentativa, precisa-se pensar sobre a inserção dos adolescentes nas discussões do direcionamento da execução da política, para que participem como protagonistas e autônomos de sua história. Se pensarmos enquanto "sujeitos de direitos", como é preconizado pelo ECA, as diretrizes ainda não são decididas com a participação do adolescente em cumprimento de medida. Como os adolescentes poderão ter voz ativa nas decisões sobre a medida que será cumprida por eles? A partir do momento que a medida é imposta, conseguiríamos pensar em maneiras de inserção que poderiam ser uma forma de deixá-los realmente se tornarem protagonistas? Os desafios das políticas públicas são inúmeros, mas cabe indagarmos sobre a

²⁶ Destaco estas duas legislações por serem as de impacto neste trabalho, mas outras legislações possibilitaram avanços no histórico das legislações sobre a criança e o adolescente.

execução destas. Em Minas Gerais, a execução não acontece de forma apartada das diretrizes nacionais.

Saliento que, assim como a educação deve se pautar pelo desejo do adolescente de viver, como referenciado por Freud (1991), sendo a função da escola mais que não levar os adolescentes ao "suicídio", assim as medidas devem se orientar. Deve proporcionar ao adolescente o desejo por outras saídas, para além da criminalidade, encontrando diante do não saber fazer, pontos de apoio.

A partir de agora, conheceremos um pouco mais sobre o histórico de criação das unidades de internação de Minas.

2.4 Sobre as unidades de internação em Minas Gerais

a) O surgimento do Atendimento Socioeducativo mineiro:

A política estadual das medidas socioeducativas em Minas Gerais, no período da década de 70, se encontrava na Secretaria de Estado do Interior e Justiça, período ainda da Doutrina da Situação Irregular (como apresentada nos tópicos acima). Como explicado, o período era marcado por uma não distinção entre os marginalizados, pobres e excluídos socialmente. Em dezembro de 1973, foi criada, pela Lei Estadual 11.374, a Escola Febem Monsenhor Messias, que era uma instituição que pertencia à Fundação Estadual do Bem Estar do Menor, que se localizava na comarca de Sete Lagoas, e já era destinada ao atendimento em regime de privação de liberdade. No ano de 1983, este local passou a chamar-se de Centro Educacional Monsenhor Messias. Em 1988 foi criada a Superintendência de Atendimento e Reeducação do Menor Infrator – SAREMI, na composição da Secretaria Estadual do Interior e Justiça. Em 1990 a Lei Federal 8.069 derogou a antiga legislação para o surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente. Em 1993 o Centro Educacional Monsenhor Messias foi transferido para a Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos - SEJDH, em função das novas normativas apontadas pelo ECA, passando a chamar-se Centro de Integração do Adolescente – CIA.

Em 1994 criou-se o CEIP – Centro de Internação Provisória, na estrutura da Secretaria de Estado da Justiça, subordinando-o à Superintendência de Atendimento e Reeducação do

Menor Infrator. Até meados de 1999, a então Superintendência de Atendimento e Recuperação do Menor Infrator – SAREMI possuía apenas duas unidades coordenadas diretamente para o atendimento mineiro, sendo uma em Sete Lagoas e outra em Belo Horizonte. Neste momento, eram firmados convênios para a expansão de vagas no interior, na tentativa de ampliar o número de vagas do sistema²⁷. Foram expandidas, inicialmente, as vagas para Governador Valadares, Uberaba e Uberlândia. Uma unidade feminina (ainda única unidade de privação de liberdade para as adolescentes do sexo feminino), chamada de Centro de Reeducação Social São Jerônimo, foi criada em 1988. A partir do ano de 2000 foram outros convênios instituídos abarcando uma expansão do sistema.

Em janeiro de 2003, foi criada em substituição à Superintendência de Atendimento e Reeducação do Menor Infrator – SAREMI, a Superintendência de Atendimento às Medidas Socioeducativas – inicialmente identificada pela sigla SAMESE e, posteriormente, conhecida simplesmente por SAME. Esta superintendência concebia a finalidade de propor as atividades de planejamento, coordenação, supervisão e orientação da execução das medidas socioeducativas, no que se refere ao acompanhamento judiciário e ao acompanhamento das diretrizes pedagógicas.

b) Situação atual do atendimento socioeducativo:

O agrupamento dos centros na região metropolitana de Belo Horizonte impunha que adolescentes cumprissem medidas socioeducativas privativas de liberdade em estabelecimentos prisionais espalhados pelo interior do Estado. Suscitava-se desta forma a política de ampliação e interiorização de vagas para o atendimento aos adolescentes. Desta forma, possibilitaria aos adolescentes cumprir a medida em estabelecimento educacional como previsto pelo ECA, além de possibilitar também que pudessem ficar próximos à família, fortalecendo o acesso das famílias às unidades para visitas e acompanhamento da medida do adolescente. Assim, nos anos que se seguiram, foram inauguradas outras unidades socioeducativas.

²⁷ Cabe salientar que este número ainda é insuficiente até os dias atuais. Temos hoje aproximadamente 1200 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e a demanda existente por vagas é bem maior que este número.

Insta pontuar que a internação é medida extrema e excepcional, conforme expressamente disposto no art. 122 da Lei 8.069/90 e hoje Minas Gerais possui 23 unidades de internação e internação provisória²⁸.

Desta forma, em 2007, na tentativa de pensar a lógica do ato infracional não só pela visão da internação, mas do fomento às medidas de semiliberdade e do fomento às medidas em meio aberto e uma ampliação da articulação da rede, criou-se a Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas - SUASE, localizada na Secretaria de Estado de Defesa Social, que dispõe da Superintendência da Gestão das Medidas de Privação da Liberdade (SGPL), que cuida especificamente das unidades de internação e internação provisória, e a Superintendência de Gestão das Medidas em Meio Aberto e Semiliberdade (SGAS), que atenta-se à execução das medidas de semiliberdade e fomento às medidas em meio aberto.

Atualmente (2014), existem aproximadamente 1090 (mil e noventa) vagas²⁹ para cumprimento de medidas privativas de liberdade. Embora os centros tenham sido concebidos para o atendimento a determinado número de adolescentes, salienta-se que o número de vagas para a medida de internação excede o número de vagas disponíveis e a demanda por vagas é superior a este número.

Como a responsabilidade fundamental da SUASE é a elaboração, a coordenação e o acompanhamento da execução das medidas socioeducativas das unidades socioeducativas, criou-se uma política de atendimento que atenda as questões relativas às legislações vigentes sobre a égide da adolescência.

Qual seria então a alternativa possível para a socioeducação? Se há cada vez mais a inauguração de unidades socioeducativas e sempre há um déficit de vagas, não estaríamos trabalhando para "enxugar gelo"? Poderíamos então propor alternativas de possibilidade de mais estudos acadêmicos³⁰ para uma maior compreensão sobre a criminalidade juvenil e uma outra proposta de intersectorialização das políticas públicas? Talvez estivéssemos no momento de entender melhor a

²⁸ Estas unidades estão distribuídas da seguinte maneira: 08 unidades em Belo Horizonte (sendo 02 internações provisórias), 01 em Ribeirão das Neves, 02 em Sete Lagoas (sendo 01 de internação provisória), 01 em Patos de Minas (provisória), 01 em Divinópolis, 01 em Juiz de Fora, 01 em Montes Claros, 01 em Uberlândia, 01 em Uberaba, 01 em Governador Valadares, 01 em Teófilo Otoni, 01 em Pirapora, 01 em Patrocínio, 01 em Unai e a recém inaugurada em junho de 2014 em Ipatinga. Para saber mais sobre esta retrospectiva das medidas socioeducativas em Minas Gerais sugiro a leitura da Política de Atendimento Socioeducativo.

²⁹ Dados extraídos do site da Defesa Social em 17 de junho de 2014.

³⁰ Não afirmo que são poucos ou ineficazes os estudos já existentes, mas segundo os dados fornecidos pelo Ministério Público estes índices vem aumentando cada dia mais.

forma como os jovens, cada vez mais, se enveredam na atuação dos atos infracionais (e a cada dia mais violentos) como forma de se inscrever no mundo?

Diante destas colocações é de extrema necessidade pensar no trabalho de articulação da rede, uma vez que o investimento político nas políticas públicas poderia propor um trabalho de modo preventivo, de forma a inovar e fomentar ações antes tidas somente como apaziguadora de um dano já causado. Muitas vezes nos deparamos com o adolescente que chega para o cumprimento das medidas socioeducativas com seus direitos violados, invalidados socialmente e de forma emergencial necessita-se de se garantir estes direitos. Porém precisamos pensar que estas ações tidas como ausentes (os direitos), foram cerceados ao adolescente desde a infância e as medidas não devem responder apenas a uma obrigação de oferecer o que lhe faltou, mas propor que o adolescente se responsabilize por suas escolhas e pelo o que lhe é ofertado.

O entendimento judicial nas medidas salienta que a execução deve "organizar a vida do adolescente" de forma a lhe ofertar o que antes não tivera. Porém, a execução desta medida que terá no máximo três anos (pois é o tempo máximo que o adolescente poderá cumprir uma medida socioeducativa de internação) para solucionar questões de defasagem de uma vida inteira. Desta forma, há de se preocupar, inclusive, para que a medida não tenha seu caráter apenas assistencialista, uma vez que, para o adolescente estar em cumprimento desta medida, a de internação, houvera o cometimento de um ato infracional grave ou reiterados atos, como previsto pelo ECA.

A partir do caso a caso, a orientação da Política mineira permeia que se entenda qual o efeito que o ato infracional teve para cada sujeito e suas formas de inscrição diante do social. Formas de inserção que possibilitarão a resposta ao singular que oriente a equipe socioeducativa na condução do trabalho, de maneira a possibilitar ao adolescente seu modo de responsabilização pelo ato praticado. A partir de suas respostas, o adolescente poderá inventar outras saídas possíveis que não sejam a criminalidade.

Apresentaremos a orientação para o eixo escolarização, dada as unidades que executam a medida de internação.

2.5 O eixo escolarização na medida socioeducativa de internação

O adolescente que chega para cumprir a medida socioeducativa de internação deverá cumprir alguns eixos para que possa ser posteriormente desligado, ou seja, momento em que será autorizado pelo poder judiciário o seu retorno para o convívio familiar (uma vez que a medida é imposta ao adolescente que cometeu um ato infracional). Dentre estes eixos, podemos localizar: a abordagem familiar e comunitária, a educação, a profissionalização, a cultura, o esporte e o lazer e a saúde. Estes eixos possuem o objetivo de possibilitar o enlaçamento social, uma vez que durante a medida, os seus direitos são garantidos, e busca promover seu protagonismo zelando por uma emancipação cidadã. Especificamente, iremos abordar o eixo educação por ser o eixo norteador desta pesquisa.

Para a educação entendida como formação e a socioeducação enquanto ação voltada para autonomia, cabe questionar: qual o lugar dado à escola em uma instituição de privação de liberdade na visão dos adolescentes?

A educação é um tema de abordagem ampla, em função da definição do seu papel. Existem muitos posicionamentos, desde os mais tradicionais até o mais libertários. Segundo o caderno da Fundação Casa (2010), tais posicionamentos partem das diferentes concepções de homem, mundo e sociedade.

Temos como uma das mais convincentes concepções de homem e educação como a defendida pela Escola de Budapeste (criada no sentido de agrupar os teóricos seguidores de Lukács)³¹. No Brasil a tendência ressoou na obra de Dermeval Saviane³² e posterior a de Paulo Freire.(FUNDAÇÃO CASA, 2010:14).

Assim, apesar de divergências, pode-se apontar que o papel da educação pode possibilitar que cada um tenha contato com o social a fim de se interagir com os outros. Em seu artigo 53, o ECA destaca que um dos direitos fundamentais, que visa o pleno direito ao exercício da cidadania, o pleno desenvolvimento da pessoa e a qualificação para o trabalho, é a educação. Além de ser um direito social, podemos afirmar que a educação pode ser considerada como um pré-requisito para desfrutar dos direitos civis e políticos.

³¹ Apesar de polêmicas sobre o autor, considera o valor da produção intelectual de um marxista.

³² Professor da Unicamp, fundador da pedagogia histórico-crítica.

As medidas socioeducativas têm por horizonte a cidadania, a consciência de direitos e a identificação do indivíduo histórico e político. Dependem da opção do adolescente pela iniciativa de algum movimento. Através desse movimento poderá desencadear um processo contínuo de planejamento, decisões, ações, avaliações e apropriações, que se estenderá aos diferentes aspectos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)³³, em seu artigo 5º, preconiza que: “*o acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo(...)*”, ou seja, a educação básica é um direito inviolável do sujeito. Ela deve ser oferecida em qualquer situação em que se encontre o educando, respeitando as suas necessidades.

Diante desta premissa, a Secretaria de Estado de Defesa Social, instituiu um convênio junto a Secretaria de Estado de Educação para que os adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação tivessem acesso à escolarização.

A vivência da cidadania pelo adolescente autor de ato infracional é por vezes limitada. Exemplificando esta frase, aponto a relação imposta ao adolescente em relação à permanência na escola. Uma escola obrigatória pode viabilizar o interesse e o gosto pela escola no que tange aos alunos?

Dados da Secretaria de Estado de Defesa Social³⁴ (2010), comprovam que um número considerável de adolescentes autores de ato infracional chega à internação com o histórico de afastamento da escola, fato esse que reforça, inicialmente, uma relação desimplicada com a escola dentro do centro socioeducativo que executa a medida de internação, que se caracteriza por cumprimento em prazo máximo de até 3 anos é a última e a mais rigorosa de todo o Estatuto. É caracterizada pela privação total da liberdade e a obrigatoriedade de atividades pedagógicas.

A mudança de paradigmas e a posição de avaliação com outros olhares, mostra-se importante para que o processo de inclusão, acolhimento e a responsabilização do sujeito pelo seu processo de construção de conhecimento, de autoria de pensamentos e de estabelecimento de laços com a instituição escolar, possibilite uma saída do lugar que ocupa apenas às margens.

³³ BRASIL, LEI 9394, de 20/12/96.

³⁴ Estes dados estão disponíveis no site: www.defesasocial.mg.gov.br, no link socioeducativo.

Estas ponderações propõem que a educação possa repensar sobre uma “liberdade” para as suas práticas. Quando os adolescentes se percebem como seres pensantes e autores da sua história e com possibilidades de sucesso, eles também se autorizam a fazer escolhas, se individualizando e deixando de acompanhar o que foi “determinado” pelo grupo. O “ser capaz”, “ser autor”, acarreta um encontro com a responsabilidade. As instituições podem ser marcadas pelo universal, pelo coletivo, no qual as normas e o funcionamento são os mesmos para todos. A psicanálise privilegia o singular. Sabemos que as normas e as regras são importantes para regular o excesso da convivência, mas cada um é atravessado pela instituição de um modo único. Dessa forma, não se trata da regra pela regra, mas sim do efeito que as regras podem provocar em cada sujeito.

Nas unidades socioeducativas, a escolarização formal é realizada desde 2004 através de convênio firmado com a Secretaria de Estado de Educação. A finalidade é propiciar ensino fundamental e médio aos adolescentes, visando o desenvolvimento pleno do adolescente para que se torne um ser com visão crítica, preparado para o exercício da cidadania e capaz de interagir na sociedade. Na metodologia³⁵ proposta na internação, as escolas do sistema socioeducativo têm a preocupação de desenvolver suas atividades conjuntamente com a instituição onde está inserida. O currículo não é composto apenas pelas matérias ou conteúdos que os educandos recebem em sala de aula, mas pelo conjunto de atividades teóricas, práticas e projetos pedagógicos promovidos no decorrer da jornada do aluno na escola e nas unidades socioeducativas. Assim, procura desenvolver projetos que envolvam atividades que valorizem a cultura brasileira, exaltando as riquezas de cada região. O ensino fundamental é organizado em: Ciclo Inicial de Alfabetização, Ciclo Complementar de Alfabetização e 5ª à 8ª série, com duração mínima de nove anos. Ensino Médio, com duração de três anos.

Apesar de uma orientação de como se deve acontecer a escolarização dentro das unidades, e este eixo como os demais, sendo de alguma forma "obrigatório" para os adolescentes (uma vez que necessitam cumpri-los para o retorno ao convívio familiar e comunitário), este encontro com a escola nem sempre (ou quase nunca) se faz de forma fácil ou igualitária para os adolescentes. Muitas vezes, já evadidos da escola fora da medida há algum tempo, como

³⁵Para saber mais, sugiro leitura do Fascículo 5 - Metodologia de Atendimento da Medida Socioeducativa de Internação, produzido pela SUASE no ano de 2012.

apresentado nos parágrafos acima, este reencontro se realiza de forma ambígua: "não quero estar aqui nesta escola, mas preciso estar pra sair da medida"³⁶.

Desta forma, percebemos que a teoria se apresenta de forma bastante clara, porém basta questionar se na rotina das unidades é possível uma articulação tão complementar como se propõe a orientação. A partir das conversações e o que os adolescentes que cumprem a medida vão trazer na linguagem, possibilitaremos uma avaliação entre o que se regulamenta e o que se realiza.

Após apresentar como a psicanálise contribuiu para a educação, a contextualização desde a época do código de menores até a chegada do Estatuto da Criança e do Adolescente, assim como compreender como advém a execução da medida socioeducativa de internação e seu histórico em Minas Gerais e como a escola é regulamentada para execução de sua função nas unidades de privação de liberdade, (assuntos abordados neste capítulo), trataremos os resultados a partir da escuta dos adolescentes sobre como é vista a escola no sistema socioeducativo. Desta forma conheceremos melhor os sujeitos desta pesquisa.

³⁶ Fala de um adolescente que tinha muita dificuldade com a leitura e o convívio em sala de aula pela diferença entre os colegas do 6º ano do ensino fundamental.

CAPÍTULO 3: COMO OS ADOLESCENTES VÊM A ESCOLA NA MEDIDA DE INTERNAÇÃO

“educar é criar espaços para que o educando, situado organicamente no mundo, empreenda, ele próprio, a construção de seu ser em termos individuais e sociais”³⁷

Após análise sobre a adolescência, a relação com o ato infracional, o histórico sobre a infância e a adolescência da época do menor ao sujeito de direitos e sobre a existência da escola dentro das unidades socioeducativas, chega o momento de apresentar os sujeitos desta pesquisa através da coleta dos dados, da metodologia da conversação e sobre como os adolescentes percebem a instituição escolar junto à medida socioeducativa de internação. Este capítulo tem o intuito de contextualizar a visão dos adolescentes sobre a escola dentro das medidas socioeducativas.

Como já apresentado, esta pesquisa foi realizada numa investigação com abordagens da psicanálise em interface à educação. Inscreve-se na linha “Psicologia, Psicanálise e Educação”, do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UFMG, e envolve adolescentes entre 12 e 18 anos em cumprimento de medida socioeducativa de internação. Inicialmente, foi realizada uma entrevista³⁸ com cada sujeito participante para que pudessem optar pela participação das conversações e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Neste momento foi possível perceber indícios de como os adolescentes percebem a escola, e como se dá a relação de cada um deles com a instituição escolar. É importante salientar que dentre os seis adolescentes entrevistados, 4 haviam sido expulsos da escola anterior a entrada na medida de internação por alguma indisciplina e dois haviam desistido de estudar, sem saber explicar o motivo de tal desistência. Todos localizaram a entrada na criminalidade e a impossibilidade de freqüentar continuamente a escola.

Num primeiro momento da entrevista, na fala dos seis adolescentes, a escola é importante, mas quando perguntado como a escola poderia se apresentar mais interessante e os ajudar no desempenho pessoal, estes comentam que se a escola tivesse a proposição de mais projetos e

³⁷ Epígrafe extraída do autor Antonio Carlos Gomes da Costa (2000, p. 176).

³⁸ Esta entrevista foi realizada individualmente com os adolescentes que foram escolhidos pela instituição para participação da conversação. Os itens de direcionamento das perguntas se encontra no apêndice desta dissertação.

saídas conseguiriam articular melhor o ensino com a aprendizagem. Esta entrevista foi realizada de forma mais sucinta, uma vez que visava apenas à prospecção de informações iniciais para a pesquisa, mas saliento que foi um espaço significativo para que pudesse contribuir com a análise final. Após esta entrevista foi combinado com a direção da instituição os dias e horários que seriam realizados os encontros para que não viessem a atrapalhar a rotina da instituição.

Para o momento das conversações, foi feito o uso do gravador a fim de registrar as falas dos sujeitos. Foi esclarecido que seria mantido o sigilo dos sujeitos participantes das conversações como previsto pelo ECA.

Desta forma, este momento da pesquisa teve como orientação metodológica a conversação que segundo Jacques-Alain Miller:

[...] uma situação de associação livre, se ela é exitosa. A associação livre pode ser coletivizada na medida em que não somos donos dos significantes. Um significante chama outro significante, não sendo tão importante quem o produz em um momento dado. Se confiarmos na cadeia de significantes, vários participam do mesmo. Pelo menos é a ficção da conversação: produzir – não uma enunciação coletiva, da qual esperamos um certo efeito de saber. Quando as coisas me tocam, os significantes de outros me dão ideias, me ajudam e, finalmente, resulta – às vezes – algo novo, um ângulo novo, perspectivas inéditas³⁹. (MILLER, 2005: 15-16)

A unidade socioeducativa escolhida foi um dos 6 (seis) Centros Socioeducativos da unidade de Belo Horizonte que executam a medida de internação. A escolha desta instituição se fez pelo fato desta unidade ser a mais antiga de Belo Horizonte, fato que justifica o maior tempo de existência da escola no sistema. Posterior às entrevistas, foi estabelecido o grupo de conversação que teve 5 (cinco) encontros, com participação de 6 adolescentes, na possibilidade de encontrar elementos que levassem esses adolescentes a falar, participar e, quiçá, elaborar o que representa a escola em suas vidas. Mais que falar sobre os adolescentes, este dispositivo da conversação possibilitou a conversa com os mesmos. A escolha dos adolescentes que participaram da conversação foi realizada pela direção da instituição, juntamente com a escola, uma vez que estes conhecem melhor o caso de cada adolescente. Dessa forma, possibilitaria a participação na conversação, por parte desta pesquisadora, como

³⁹ Texto traduzido por Margarete Parreira Miranda, Renata Nunes Vasconcelos e Ana Lydia Bezerra Santiago no texto intitulado “Pesquisa em psicanálise e educação: a conversação como metodologia de pesquisa”.

mais um membro e não com direcionamentos das falas a partir do conhecimento prévio do contexto de cada um.

Após a coleta de dados das entrevistas e da conversação, foi realizada a análise de conteúdo, baseada na análise clínica dos encontros. Apesar da necessidade de seleção das falas, cabe salientar que estas foram escolhidas a partir da escuta dos sujeitos e o que mais se repetia nos encontros. Os instrumentos desta pesquisa (entrevistas, intervenção coletiva e análise de conteúdo) possibilitaram compreender a visão dos adolescentes de uma unidade socioeducativa sobre a escola.

Como nos define Bardin (1977), a análise de conteúdo ocorre:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (Bardin, 1977, p. 42).

Já a análise clínica consiste em averiguar o que concerne mais ao *como* do que ao *porquê*, aprofundando nas reflexões do sujeito da pesquisa e entendendo os usos e apropriações de suas falas. Enfatiza-se as relações com si mesmos que inovam nos modos de atuar.

3.1 Sobre os sujeitos da pesquisa:

O art. 17 do ECA, prevê que:

O adolescente possui direito ao respeito que consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais. (ECA, 1990:14)

Por este motivo, os mesmos não serão identificados. Mas pretendo abordar como cada um se apresenta na entrevista e na conversação. O método utilizado foi o de colocar os participantes por ordem alfabética e nomeá-los por nomes fictícios, sem exposição de nenhuma forma.

a) Adolescente Alex:

O adolescente possui 18 anos, estava matriculado no 1º ano do ensino médio e possuía 8 meses de medida. Localizou o gosto pelo conteúdo de filosofia e sociologia, mas não gostava muito do conteúdo de matemática. Dizia que o português "*até dava pra levar mas a matemática era um pouco difícil*". Disse que não teve muitos conflitos na escola anterior à medida socioeducativa e que tinha bom relacionamento com os colegas de sala. Propôs que a escola poderia dar mais provas, e arrumar melhor as salas de aula no aspecto estrutural e que todas as sextas-feiras eles poderiam sair mais cedo para ficarem mais tempo à toa.

Das conversações, participou poucas vezes, devido a problemas constantes com a equipe de segurança, apesar de que às vezes em que participou vinha com um posicionamento de reflexão constante em suas falas. Aponta que não gostaria de estar na série em que está, pois apesar de "avançado" em comparação aos outros colegas, foi "empurrado" desde a 6ª série e que por isso tinha muitas dificuldades nos conteúdos e constantemente necessitava da ajuda da professora ou dos colegas. Estava fazendo um curso fora da unidade, e mesmo assim continuava praticando atos que previam medidas disciplinares e registro de boletim de ocorrência policial. Disse também que gostava de matar aula para namorar. Tinha uma questão com a escola fora da medida, próxima de sua casa, uma vez que foi apreendido com drogas na escola e foi expulso com uma promessa de retorno para matar a diretora por chamar a polícia para ele. No comparativo entre a escola da medida e a de fora da unidade, diz que o que iguala as duas é a possibilidade de conversar e conhecer pessoas e o que diferencia é que na escola da medida não tem garotas para conversar. Para o futuro, pensa em terminar o curso do Senai ao qual está frequentando, e quando sair arrumará um emprego.

b) Adolescente Carlos:

O adolescente possui 17 anos e se encontrava na 5ª série do ensino fundamental. Gosta muito das aulas de português, mas reclama que às vezes "*a professora passa exercícios demais*". Diz que "*aqui dentro tem que estudar*" e repete: "*não tem jeito não, aqui tem que estudar*", fazendo um comparativo com a escola fora da medida. Comenta que não tem problemas na escola que frequenta na medida. Propõe uma escola diferenciada com um laboratório de química, mais aulas de inglês e proposição de mais passeios fora da unidade. Da escola fora da medida diz que adorava ir pra escola, mas para o recreio, momento de fazer uma boa alimentação e também conversar com os colegas, uma vez que na sala os professores não deixavam. Abandonou a escola quando iniciou na criminalidade. Nas conversações,

participou de todas elas, um pouco calado, mas com frequência constante. Quando sair da medida diz que pretende voltar pra escola e trabalhar de novo. Está fazendo curso de cabelereiro e pretende montar um salão.

c) Adolescente Fabrício:

O adolescente possui 18 anos, estava cursando o 9º ano do ensino fundamental. Diz que gostava muito da forma como era tratado pelos professores uma vez que eles tinham muita paciência, mas também não toleravam desrespeito, principalmente entre os adolescentes. Cita que não possuía problema com os adolescentes, pois sempre pautavam-se na conversa. Dizia que era sempre muito elogiado por todos. Já cumpria a medida de internação pela segunda vez e neste acautelamento tinha aproximadamente 09 meses. É um adolescente que se apresentou muito questionador e bem participativo nas conversações. Sobre as escolas fora da medida, ele aponta que era um lugar muito bom para arrumar namoradas. Sobre as atuações na escola fora da medida, diz que foi expulso uma vez, pois pixou os muros da escola e foi descoberto. Aponta que o maior diferencial entre as duas escolas (fora e dentro da medida) é a questão do espaço físico. Disse que quando fosse desligado iria "*ficar por conta de compor, pois adorava cantar e compor novas músicas, principalmente as de rap ou funk consciente*".

d) Adolescente Ivan:

O adolescente possui 15 anos, cursou a 5ª série do ensino fundamental e comentou que abandonou a escola desde os 13 anos quando foi expulso por causa de uma professora que não o deixou ir ao banheiro, e o mesmo foi "obrigado" a urinar dentro de uma lixeira na própria sala de aula. Dizia que a professora "*dá muita importância a tudo que eu faço e nem via os outros garotos*". Dizia também que esperava que a medida pudesse trazer uma ajuda, para aprender mais coisas, pois estava há 3 meses na unidade. Ivan participou pouco das conversações. Em três delas, chegou a participar no início da conversa, mas logo pedia licença para voltar para ao alojamento.

e) Adolescente Lorival:

Lorival é um adolescente de 18 anos. Já cumprira aproximadamente 01 ano de medida e já estava realizando diariamente curso de cabeleireiro externo à unidade. Cursara o 9º ano do

ensino fundamental. Gostava muito de português e matemática, mas tinha muita dificuldade na geografia, pois não conseguia guardar toda a matéria. Dizia que a escola na medida era tranquila, porque na sua sala haviam apenas 03 alunos e isso possibilitava uma atenção melhor dos professores para com os mesmos. Questionava apenas a organização da escola de modo geral, pois dizia que faltava uma integração entre unidade e escola. Faltavam muitos professores, trocavam os que eram da escola com muita frequência, mas que eram bons professores. Dizia que gostava muito das aulas fora da medida que possibilitavam a participação no laboratório escolar. Mas que abandonou a escola pelas más companhias. Lá fora *"eu matava aula para namorar, e disso também sinto muita falta"*, diz. Quando finalizar sua medida deseja fazer uma faculdade e seguir a carreira do direito.

f) Adolescente Maicon:

O adolescente possui 17 anos, cursava o 1º ano do ensino médio e estava na medida há aproximadamente 1 mês e 20 dias. Comentou que gostava muito das atividades e menos de estudar, principalmente português e matemática. Tinha frequentado o projeto Floração, o que o possibilitou que adiantasse nas séries, *"se não tivesse feito este projeto não taria nunca no 1º ano. O Floração adianta o tempo perdido."* Foi expulso da escola em 2009 pois tentou agredir uma professora - *"ela me chamou de favelado, então fui mostrar pra ela quem era favelado ali"*. Sobre a escola da medida, dizia que o único problema é que não tinha recreio. Tinha a vontade de quando sair da medida fazer curso de direito em alguma faculdade e que também gostava muito das oficinas de Origami que fazia durante a tarde no cumprimento da medida de internação.

Podemos perceber que estes adolescentes, como muitos que cumprem a medida de internação se deparam com um (des)encontro com a escola a partir dos relatos. Foram expulsos, suspensos, abandonados e abandonaram a instituição escolar. Portanto, quando chegam ao cumprimento da medida, o eixo escolarização se dará para todos, com uma inclusão imposta, independente de qualquer enlaçamento, qualquer curto-circuito encontrado por eles durante a vida escolar.

Nesta unidade de internação todos os adolescentes são do sexo masculino. Apesar de terem sido escolhidos para participar da conversação pela diretora da unidade e equipe da escola, a maioria apresentou-se interessada em participar das conversações, abordando questões que os

incomodavam ou apontando assuntos de importância para cada um. Tinham entre 15 a 18 anos. Apresentaram-se dispostos a contribuir com a pesquisa. Com a contribuição dos adolescentes levantamos duas questões interessantes: (1) eles acreditavam que a escola possibilitaria um avanço social, a partir do momento que conseguiriam uma ascensão através dos estudos e (2) a escola como possibilidade de saída mais rápida da medida de internação, ainda que precisem frequentar as atividades propostas para serem desligados da medida, ou seja, retornarem para o convívio familiar.

3.2 Sobre as conversações

A conversação como dispositivo clínico, elaborado por Miller nos anos de 1990, propõe uma “conversa” que permite fluir as palavras e idéias do sujeito de forma coletivizada, mas não sem que cada sujeito se implique com suas falas. A conversação privilegia a fala que está em cena operando no sujeito a eminência dos inesperados. Através das experiências das palavras é possível apontar o mais particular de cada um.

A subversão que a conversação propõe está no conteúdo do que se irá falar. Mais que o “blablablá”, este dispositivo propõe que o sujeito se apresente no seu mais real, ou seja, o real de cada um. Não há um saber já conhecido, predeterminado, pois cada um poderá colocar o seu mais particular. É importante ressaltar que os pesquisadores, neste momento, também se apresentam sujeitos com suas particularidades, que não há como deixar de lado. Nestes encontros cada sujeito se oportuniza de sua construção, de inventar resposta para seu mal-estar. Salienta-se que a transferência faz com que os sujeitos se impliquem em suas falas.

Foram realizadas as conversações, como proposta metodológica desta pesquisa, que foram denominadas da seguinte maneira: no 1º encontro nomeamos a temática como: “A função da escola e a obrigação de um direito”, o 2º encontro “A escola lá não era bagunça, era uma escola boa”, o 3º encontro chamamos de: “A questão robô: sem vontade própria e sem desejo”, no 4º encontro sugeriram: “O que a escola dá” e o 5º encontro: “O processo e a medida andam juntos”. Esta nomeação foi dada a partir das falas dos participantes e da análise feita a partir de cada encontro acerca da função da escola e da representação na vida dos seis participantes presentes. As propostas dos temas das conversações foram ora propostas pelos adolescentes, ora proposta pela pesquisadora.

a) 1º encontro: "A função da escola e a obrigação de um direito"

Sobre a escola no socioeducativo os adolescentes colocam que acham a escola desorganizada, uma vez que os professores atrasam para iniciarem a aula, ou não comparecem, sem nenhuma comunicação prévia (que eles saibam). Questionam que perdem muita carga horária pelos atrasos constantes e a falta de estrutura física adequada para acomodá-los. Apontam que a unidade passa por uma reforma na estrutura física e que estão tendo que estudar no corredor, com falta de privacidade (uma vez que as salas ficam muito próximas e escutam o que os outros alunos estão fazendo), assim como, ficam prejudicados pela falta do quadro-negro. Alegam que a grade curricular anual não é seguida do “primeiro ao último dia de aula”.

Os sujeitos abordam que a infraestrutura interfere diretamente na aprendizagem, mas que possuem a oportunidade de realizar provas para irem passando de ano. Apontam que para que as pessoas aprendam elas precisam ter interesse, e que isso depende de cada um. Os adolescentes abordam que muitos professores falam sobre a droga e como ela influencia no aprendizado. Mas que para eles isso é um mito, uma vez que usavam muita droga quando ainda mais novos e o quanto isso não os prejudicou (na visão deles). Quando apresentado a problemática da função da escola eles colocam que “*A função da escola é ensinar a gente, ensinar o convívio e a gente pode adquirir qualquer conhecimento que a gente quiser e ter qualificação*”. (Lorival)

Podemos perceber que acreditam que estudar pode oferecer condições de serem melhores profissionais e que sem esse recurso (o estudo) não poderiam ser qualificados.

Sobre a obrigatoriedade da escola afirmam:

Pô a muito tempo atrás eu tava lá na escola lá. Tava lá na rua estudando. Que eu fiz pra mim tá aqui dentro hoje, estudando aqui e por assim dizer que a escola aqui é obrigatória. Estudar muitas vezes você tá intrigado e tem que estudar, que não era obrigado a fazer e agora tô fazendo. (Carlos)

Quando perguntado o que acham desta obrigação, relatam:

O que eu acho? Penso assim que todo mundo, querendo ou não é obrigado a fazer alguma coisa, mas só que muitos rejeitam esta obrigação e pode ter consequências de fatos”. A gente pode escolher, mas ai vai da questão a gente escolhe escola e medida, medida e escola. Se o cara tá falando da escola é como se ele falasse da

medida dele. Se o cara tá falando da medida a primeira coisa que eles vão olhar é a escola. (Lorival)

Estes relatos, apresentam uma obrigatoriedade em frequentar a escola, como inclusive é colocado pra eles pela metodologia da medida ou pelo ECA, como vimos no capítulo 2, onde nem se cogita a possibilidade de cumprir a medida sem estar na escola. Então, esta instituição orientada, inclusive pela Secretaria de Educação, dentro da medida de internação, passa a ter também a função de uma possibilidade de saída da medida.

Sobre a unidade, os alunos colocam a falta de cooperação com a escola. Afirmam que falta planejamento para a locomoção dos internos, e ainda comentam: *“há 36 internos aqui, se a segurança for deixar para tirar todos do alojamento na mesma hora para levar para salas de aula vai ter um atraso”* Vimos também que no capítulo 2, há uma tensão existente entre a privação e a educação. Difícil de permear, pois é através de uma linha tênue que este trabalho é executado. A educação e a privação se sustentam em contrapontos para os adolescentes, uma vez que há uma imposição judicial.

Foi possível analisar as percepções dos adolescentes a um parâmetro da escola na medida e fora dela. Nos discursos dos jovens a escola interna não possui falhas se comparada à escola fora da medida. Apesar de mínimas reclamações, ela possui um valor fundamental, ainda mais porque a participação nela possibilita o encontro com a liberdade.

A função da escola também passa a ser uma ponte para outras atividades, que os sujeitos apontam como extremamente importantes. Há uma regra clara para os adolescentes que precisa ser cumprida: se não vai a aula, não sai do alojamento para as demais oficinas. Afirmam que isso é uma ameaça, não física, a base da força, mas uma ameaça e que mesmo detido *“todos os seus dias tem que ser de sol, você não pode acordar pra chuva não”*.

Porque vale a opção do cara aqui, tipo, você tem a opção de não ir para a escola, mas a opção que ele tem é a opção do prejuízo. Não sai lucrado. Então, ninguém quer tomar prejuízo, certo? Não quero tomar prejuízo não, certo, então vou continuar do jeito que eu tô isso é fato. (Fabrício)

Diante desta fala, percebemos que a escola se apresenta como "salvadora" a partir do momento em que ela possibilita que os adolescentes possam sair do alojamento para um espaço de interação, e mais que isso, penso num momento de uma interlocução direta com o

mundo fora da medida, uma vez que, como já apresentado nos capítulos anteriores, os professores não fazem parte do quadro da Defesa Social, então de alguma forma, não estão "diretamente" ligados ao que será comentado com o juiz.

Na relação das oficinas e a escola:

Vou tá não praticando um bem menor e tomando prejuízo num bem maior. Porque tipo essas oficinas, apesar de eu aprender muito na escola estas oficinas ensinam mais porque tipo os cara tem mais experiência, e é uma questão que eu quero, e eu vou seguir entendeu? Diferente dos estudos, por mais que um dia eu pense em fazer, tipo aí uma faculdade mas antes disso eu quero seguir minha carreira. (Fabrício)

Esta fala exemplifica as normas e as regras do Regimento Único, abordado no 2º capítulo desta dissertação. Esse instrumento normatiza sobre as sanções que os adolescentes devem se submeter, caso faltem à aula sem uma justificativa.

Ao serem questionados se a escola não seria uma conexão para que as carreiras fossem seguidas, uma vez que a função da escola dita por eles seria a de ensinar e afirmam que a escola possui regras. Explicam-nos que, por exemplo, quando realizam avaliações escolares, as mesmas nem podem ser apresentadas para as famílias e que não adianta pedir aos profissionais que trabalham na escola ou na unidade, pois não há quem escuta.

Porque tipo assim dizer, porque não tem a pessoa para escutar nossa reclamação para por ela em pauta, e tentar fazer jus a ela e por mais que tenha esta pessoa não vi ter a outra pessoa, porque com certeza não vai ser a mesma por causa desta questão de hierarquia. Não vai ser a mesma pessoa que vai monitorar se está sendo ou não mesmo realizada a demanda outra que se pediu, se a reclamação dele é certa ou se ela tá errada se o que ele tá pedindo é de viável ou inviável. Não tem essa pessoa para falar, aí a gente começa a fazer deduções, ah, porque isso fulano tá olhando, porque isso, é até vergonha falar isso nenhuma outra unidade tem, entendeu? Ah, mas a gente não pode trabalhar assim, e nem experimentou e tipo, assim, é que nem eu, eu não gosto de falar que não consigo, porque eu não me limito, entendeu? Para mim eu sou um ser ilimitado, tudo, que eu quiser eu consigo, ah eu não vou falar eu não consigo. Eu não consegui agora não, eu tento daqui a pouco. Eu não consegui de novo não, eu tento de novo. (Carlos)

Sobre esta questão de não serem escutados, os alunos fazem uma reflexão sobre o pedir e o exigir e refletem que na condição de preso a demanda fica impossibilitada, mesmo que não concordem com as exigências que são postas para os adolescentes.

Eu queria muito lembrar uma frase que eu vou até pedir o professor o livro que fala da questão de pedir e de exigir entendeu? Quando a pessoa pede ela dá opção, quando ela exige ela não tá dando opção não, entendeu. Tipo assim, a gente tá

acostumado muito com o pedir, entendeu? A gente chega na humildade e pergunta. As vezes nó, não tem como ter possibilidade não, jogar bem na real mesmo, não há probabilidade de um dia isso ta acontecendo, a gente fica naquele negocio, a se rolar rolou se não pelo menos a gente tentou, entendeu? Não tá tendo resultado. Tipo pedindo a sala é ruim, o quadro é ruim, é melhorar o transito, tipo assim ele tá pedindo. Ele não tá exigindo não. Exigir é tipo: eu não vou estudar nesta sala não enquanto ela estiver desse jeito. O espaço aqui é enorme, e não eu exijo que arrume outra sala.(Lorival)

Sobre a discordância afirmam:

Não concordo com isso não, porque independente de qual seja a situação que qualquer pessoa encontrar ela tem direito, entendeu? E se ela tiver fazendo jus pelos direitos dela ela pode exigir mesmo qualquer bem. Ai o cara vai ficar se limitando pra tipo assim ficar esperando ai ele fica, que nem agora ai dois dias de aula a menos só esta semana. Essa semana vai ter um dia de aula, semana tem 5 dias, 3 por causa do feriado,é dois por feriado dois que não tiveram aula e hoje só teve aula. Toda matéria que foi passada não vai ter como passar de novo, mesmo que a professora tente, entendeu? A carga horária é tudo montado, pelo menos ao meu ver tem que ser, ai como é que vai ficar esse negócio? Ele vai ficar com uma pequena defasagem. (Maicon)

Na relação feita sobre o direito e a obrigação de frequentar as aulas, afirmam que as pessoas precisam exigir seus direitos e que é complicado o Estado exigir que os alunos estudem se não há nem mesmo uma sala “digna” para estudarem. Mas ao mesmo tempo apresentam a escola como um valor inalienável na medida e a localizam como direito e uma reivindicação. Apontam também que a escola é referenciada como o lugar do ensino, do saber, do encontro, da socialização, mas que não deixa de ser o espaço que impõe regras e formalidades.

Na primeira comparação sobre a escola do socioeducativo e a do mundão (como eles chamam a escola fora do contexto da medida socioeducativa), os adolescentes falam muito sobre a questão do recreio, dos encontros amorosos e afirmam que todos ali “aprontaram” muito na escola, mas recordam dos melhores momentos da vida. Encerramos assim este primeiro encontro para prosseguir com a função da escola fora da medida.

Sem dúvida os adolescentes apontam "o lugar da escola" com uma função social, e as práticas realizadas pela instituição em conjunto com esta escola apresentam a necessidade de uma interlocução constante, como apresentado no capítulo 2 desta dissertação. Se a sociedade tende a segregar e excluir aqueles que não mantém a ordem, na medida socioeducativa a proposta é outra. Diante da imposição judicial, o adolescente deverá cumprir sua medida. Portanto, a relação existente ente os colegas, funcionários e professores será permeada pela imposição à convivência diária. Neste sentido, a proposta é de fazer com que o adolescente se

sinta parte do seu processo, com suas escolhas e suas propostas, dando sentido a sua fala, isso propõe responsabilidade. A Política de Atendimento Socioeducativo (2013) aponta a escola sendo aquela que “se configura como um importante dispositivo da vida em sociedade, sendo que se constitui como o segundo campo das relações sociais e espaço de construção de conhecimento”. O primeiro campo seria a família. É da escola a responsabilidade de transmissão das regras sociais despertando o desejo de saber e consequentemente se apoiar na preparação para a vida adulta.

Os exemplos acima elencados pelas falas dos adolescentes evidenciam uma estreita relação com as teorias abordadas na dissertação. Ressaltamos que esse entendimento coincide com a perspectiva abordada pela função da escola conforme destacado por Pereira (2013), Lacadee (2007) e Freud (1991) em que essa deve promover o “desejo pelo viver”, ou seja, promover a subjetivação do adolescente mediante o social. Propor a sustentação e um ponto de apoio em um momento em que o adolescente deixará de se orientar pela relação com a autoridade familiar. Entretanto, observamos pelos dados apresentados do 2º capítulo, que o adolescente que comete um ato infracional chega para o cumprimento da medida de internação, na maioria das vezes, com o rompimento dos vínculos com a escola.

Além disso, esta falta de interlocução que aparece nas falas dos adolescentes diretamente nas ações executadas pela unidade e escola, evidencia que a metodologia abordada expressamente nos documentos que orientam a execução das medidas, como apresentado no 2º capítulo, não está sendo executada como previamente orientada. Pela fala dos adolescentes, percebemos um distanciamento entre a teoria e a prática, pelo menos no que tange ao planejamento das aulas, interlocução com a segurança, dentre outros aspectos.

Após esta primeira conversação, onde apareceram muitos pontos sobre a escola no cumprimento da medida, propomos para o próximo encontro falarmos mais sobre a escola anterior à medida. Os adolescentes concordaram e assim o fizemos.

b) 2º encontro: "A escola lá não era bagunça, era uma escola boa"

Neste segundo encontro propomos a conversar sobre a relação dos adolescentes com a escola no mundo. Este relatam que aproveitavam muito nas escolas e nas relações que faziam. Comentam que inicialmente iam à aula por uma ordem da mãe, mas que posteriormente foram

gostando da escola, mesmo pela relação de amizade que faziam, assim como pelos encontros amorosos.

É interessante analisar que a escola da medida é uma escola que apoia os estudos, o que a diferencia da escola de fora. Esta, por sua vez, tende a apoiar mais a diversão como um diferencial no convívio e o (im)possível do aprender. Na internação, a escola ganha a dimensão do grande “Outro”, enquanto fora, essa dimensão é diminuída, minimizada, desqualificada. Podemos nos questionar sobre a motivação destes adolescentes de desqualificar a escola da rua, com a deparação do abandono, uma desqualificação. Os sujeitos comentam que não permaneciam em sala de aula na escola fora da medida, pelo motivo das aulas serem avaliadas por eles como chatas, faziam questão de “matar aula”. Comentam da importância fundamental da instituição escolar, como lugar que se aprende. *“Porque você vai chegar na sua casa e vai falar com sua mãe que você matou aula? Então serve pra enganar, ué? Isso é enganar não é não? Ai no meu caso forjava até matéria”*. (Alex)

Outro comenta:

Eu gostava de sair tipo 10 horas, pulava o muro e voltava pra minha casa porque eu moro perto. E voltava 11 e 30 para a porta do colégio. Ah, porque era para ver as meninas. No finalzinho do colégio eu voltava arrumado. Não gostava de estudar. (Maicon)

Sobre o que acontecia que apontava um desinteresse da parte deles, os alunos tentam explicar:

Ah de início o cara vai na intenção de estudo, né? Até que, não vou dizer que vai desapegando, vai perdendo o gosto por aquilo, entendeu. Vai descobrindo novas coisas e não alimenta mais aquela questão de estudo que era tão importante. Ai se aprende a voltar para outros caminhos. Não vai querer ficar, entre aspas, naquela mesmice, entendeu? Só a escola. (Alex)

Não sei, tem hora que eu penso também que a escola não serve pra nada. Sério mesmo. Não dá nada pra gente, a gente estuda, estuda, estuda e vira de um ano pro outro depois a gente toma bomba, e tem que voltar tudo de novo. E quando a gente passa ainda tem que ter uma caminhada pra frente. Oitavo ano, nono ano, primeiro ano, segundo ano, terceiro... Os professores, as matérias, o tempo de duração (nunca acaba), tudo isso é ruim na escola. (Lorival)

Sobre este desinteresse, podemos apontar para a adolescência e o encantamento sobre a educação e seu sentido. O impossível da educação, como apontado por Freud, pode ser

relacionado ao que encanta a cada um, e o sentido que o ensino traz para cada sujeito. A desvalorização da escolarização mantém estes adolescentes sem perspectivas.

Os adolescentes apontam também, que enquanto criança é mais fácil frequentar a escola, mas quando a adolescência chega, com ela chegam também os encontros amorosos, o encontro com o real da adolescência, assim, a escola se torna menos atraente, ou melhor, atraente em outros sentidos que não só os estudos. Abordam que os estudos são importantes, pois através deles conseguem ter mais conhecimento e falam até em propostas futuras como o ingresso em uma faculdade a partir do vestibular, mas ao mesmo tempo, abordam um certo desânimo pelo fato dos estudos serem algo que nunca tem fim.

No primeiro capítulo, onde tratamos o tema "a adolescência", a análise das formulações de autores como Lacadée (2011), Matheus (2007) e Erickson (1976) nos permitiu perceber um momento vivenciado como uma crise. Esta possibilita pensarmos na necessidade de referências, uma vez que é um momento considerado tumultuoso onde já não se é mais criança, mas também não se é adulto. Exemplificando esta análise, cito como a escola se apresenta para estes adolescentes. Ao mesmo tempo em que percebem a escola como uma instituição que possibilita uma mudança de sua posição social através dos estudos, anunciam que este processo é mais dificultoso se não houver interesse e por vezes citam que não compreendem porque se estuda tanto, para que no final do ano letivo não consigam avançar nos estudos.

É interessante problematizar esta relação que os sujeitos fazem com a escola no sentido de uma relação ambígua com o processo de aprendizagem, mas também como um espaço que "ensina o convívio" através dos encontros amorosos, lugar para novas referências, novos laços.

Observamos que o "encontro" com os professores pode produzir um enlaçamento do sujeito com a instituição escolar, rompendo com a desarticulação do abandono escolar na adolescência e provocando um desejo pela reconexão. Portanto, uma ação não calculada pode também provocar uma desarticulação e um desinteresse pela continuidade dos estudos. Um dos pontos destacados pelos adolescentes foi a relação estabelecida com os professores na escola da medida. A relação de amizade, compromisso e não apenas de desaprovação pelos atos da adolescência, possibilitam um interesse maior pelos estudos.

Durante a conversa, também surge a questão relacionada ao limite, solicitada por estes adolescentes.

Ta normal, mas assim, se a gente sabe que a gente pode namorar porque é tipo assim porque é a escola. A escola tem lá uma pessoa pra gente namorar a gente não vai querer saber que hora que e a aula não. A gente vai querer namorar. Vai chamar, que nem no meu caso vai querer me chamar direto, tipo um bolinho de 15 pessoas, pra descer pra lagoa. Vão pra lagoa? Vão, ah beleza. Me chamava lá, ai descia aquele povão pra lagoa. Todo mundo matando aula, de mochila. Policia parava lá, assim, não fazia nada, entendeu? Ficava era naquela, tipo assim, eu penso, não que deveria acontecer, mas é que se o policial, tipo assim sabendo que a gente tava era na escola e fazendo bobagem, eu acho é que nem tinha que levar a gente pra escola não, tinha que levar a gente era pra casa. Pro familiar ficar sabendo. Mas aí já é da parte deles também. E o policial não fazia isso, ai não vou dizer que cada vez mais eu não tinha incentivo, saia cada vez mais era matando aula, me afastando da escola. (Fabrício)

Podemos apontar que, como apresentado no capítulo 2 desta dissertação e fomentado pela Política do Atendimento Socioeducativo (2013), uma das missões da escola deve ser a de ofertar um substituto à referência familiar e despertar o interesse pela vida externa, no mundo. A escola poderá ser a referência para os olhares sobre um mundo cultural. A escola também poderá marcar o referencial de limites. Podemos analisar que diante de um não saber fazer, que ocorre nesta fase da vida, os adolescentes podem se perder no sentido de responsabilizar-se por suas escolhas e apesar da separação da autoridade dos pais, apontam para a necessidade de referenciar-se.

Na medida socioeducativa os alunos trazem uma forte relação com a escola e o cumprimento da internação. Apontam que é interessante estar avançando nos estudos, mas que nem sempre conhecem os conteúdos abordados e sabem que isso poderá fazer falta. Afirmam que conhecer matemática e português é fundamental, mas que não podem afirmar que mesmo estando no ensino médio sabem muita coisa. Um dos adolescentes aborda o fato de ter parado na 5ª série do ensino fundamental e que por conseguir uma troca de favores com um professor, ele foi passado para o 1º ano do ensino médio. Ao dizer isso percebia-se uma angústia do adolescente, mas quando questionado sobre como tratava deste assunto na medida, o mesmo fica surpreso e afirma que não poderia dizer nada, para que não atrapalhasse seu processo.

Acho que eu devia voltar tudo atrás de novo, recomeçar as coisas, porque é bom que eu to no primeiro ano porque ajuda no meu relatório se eu voltasse para quinta era perigoso piorar minha situação aqui, to tentando levar, mas eu to aprendendo as

coisas aqui. Equação do primeiro grau, segundo grau, coisas que eu não sabia e tem ajuda. (Alex)

Essa relação com o não saber, principalmente sobre os conteúdos da escola, angustia os adolescentes, mas ao mesmo tempo os auxilia a avançar nas séries. Para eles, estar adiantado, significa também o avanço para sair mais rápido da medida de internação. Essa visão deles sobre a escola na medida, ao meu modo de ver, está vinculada também a obrigatoriedade do cumprimento de um eixo para a saída e o retorno ao convívio familiar.

É se eu for voltar, eu vou voltar pra quinta série. Vou arrumar um jeito lá pra mim aprender as coisas nova aí, eu não aprendi nada não. Não adianta eu passar até o terceiro ano sendo que eu não sei nada. Que eu chego na faculdade aí, no vestibular, nossa senhora, eu passar vergonha no meio de todo mundo lá. (Alex)

Este encontro possibilitou uma reflexão acerca de suas escolhas e o que estão esperando que a medida possibilitará de diferencial em suas vidas. Os adolescentes afirmam que a escola traz algo que pode contribuir para o encontro de outras possibilidades. Após esta conversação, que implicou aos adolescentes a elaboração sobre o que devem fazer para que sejam ouvidos pelo Outro, estes sugeriram que a próxima conversa fosse realizada a partir de como a sociedade irá reagir quando saírem da medida e se eles estarão preparados para o convívio à sociedade. Sobre este tema, os adolescentes apontavam as questões relacionadas à visão social e o que percebiam quanto a questão da imagem, da mídia – a televisão, em especial – além de como são vistos pelo social.

Nota-se que preocupam como serão vistos pela sociedade quando cumprirem a medida, uma vez que vivenciaram formas de exclusão, perceptível nos discursos. Preocupam se conseguirão sair do significante de infratores, na tentativa de mudar este nome, o que os identifica para estarem na medida. Desta forma, concordamos com o tema sugerido por eles.

c) 3º encontro: A questão robô: sem vontade própria e sem desejo

Neste terceiro encontro, conversamos sobre a sociedade e como ela encararia os adolescentes após o cumprimento da medida de internação, como tema sugerido pelos próprios adolescentes. Já no início da conversação os adolescentes apontavam as questões relacionadas à visão social e o que percebiam quanto à questão da imagem, da mídia e da televisão em especial e como eram vistos pelo social.

Sobre a questão da imagem os adolescentes apontam:

Como por exemplo, a sua imagem, mostra pra sociedade o que você é. Então se você tem uma boa imagem independente de qual seja a sua conduta se você for conhecido, você pode contar, mas se você não conhecer, não tem como as pessoas acreditarem não. Usar uma roupa de grife, esporte fino, porque isso você vai ta atraindo os olhares das pessoas que usam aquele mesmo tipo de roupa, e que muitas vezes você usa aquele tipo de roupa,mas não frequenta o tipo de lugar que as pessoas usam aquele tipo de roupa, entendeu? Você pode ter a condição de chegar e comprar mas não tem a condição de se manter naquele patamar.(Lorival)

Eles afirmam que as regras são ditadas pela mídia e principalmente pela televisão e que as pessoas deveriam ter o direito ao acesso à informação, coisa que não acontece, uma vez que a televisão é o único meio de comunicação que está em todo lugar, pois mesmo que seja uma TV antiga, todos possuem este acesso, na fala dos adolescentes.

Neste encontro, algo que aparece em mais destaque é a relação com a medida socioeducativa e a relação interna com a instituição. Os alunos apontam que necessitam de dizer o que as pessoas querem ouvir para que o processo possa caminhar. Podemos ver fortemente nas falas:

Que é foda, principalmente aqui. Aqui, tipo assim é ótimo, entendeu? Porque alguns não vão dizer todos, alguns, sabem muito bem interpretar qual que é a situação, sabem entender, uma coisa assim que tá muito além, entre aspas das próprias palavras ditas, e dá mais as idéias, mas tem outros também, que você pode chegar com a idéias toda mastigada que não vai conseguir diluir, não vai sugar nada daquilo. (Fabrício)

Concluimos que algumas falas se referiam a um lugar sem propriedade para as ações explanadas. É como se os adolescentes falassem e não houvesse quem realmente os escutasse. O que querem dizer é uma escuta mais institucional que do sujeito. Citam como exemplos as relações sobre cursos ou desligamentos, que as ações acontecem "em segredo" e que às vezes, eles se sentem enganados pelo Sistema.

Igual no mês que eu estava aqui acautelado aqui, tô com três meses e meio, e eles resolveram pedir meu pedido de progressão. Ai eles tudo falou comigo, pedimos, e você vai ser desligado. Todos falaram isso, ai chegou o certo dia ai que eles viraram e falaram que a juíza não aceitou. Como é que eu fiquei, fui na ilusão deles que falaram que eu ia embora, falei pra minha família toda nó vou embora e não vai demorar não, minha família ficou feliz ai chega na hora eles falam que a juíza negou. Ai fiquei invocado, arrasado. Pô se eles virem e falam pra mim você vai ser desligado, como que eles tivessem o processo na mão aqui, e assinasse pra ser desligado. Ai agora eles viram e falam ah não a juíza desistiu do seu desligamento. Só que agora, meu técnico fala comigo que não marca data não, eu não sou de

marcar data pra não acontecer mesma coisa. Eu falo tranquilo só que agora que as coisas tão melhorando pra mim é só esperar. (Lorival)

Alegam também que a relação com a lei, implica na imagem que a pessoa passa para a sociedade, e que por vezes ela se apresenta diferente em variados contextos.

O criminal é feito pros pobres. Ai ele explicou lá ainda que o criminal é pra quem tem um grau elevado de instruísmo, que sabe interpretar aquilo, que rege alguma coisa, que faz parte disso e daquilo, e no criminal o cara não precisa saber de nada. O cara não precisa ter nem a primeira série. (Maicon)

Para eles, a sociedade se apresenta como uma julgadora moral sem interpretar o contexto vivido por cada adolescente. Citam que caso possam conseguir um emprego e “sair bem na vida” podem ser utilizados como exemplo do mundo, mas caso não consigam assumir um padrão esperado pelo Outro, certamente receberão o retorno de que nunca tiveram jeito, mesmo que tenham se esforçado para que as coisas fossem ao contrário.

Neste momento, relatam que a instituição sempre espera deles um discurso pronto e que não possuem direito a ter voz, se consideram como um robô onde não possuem desejos nem sentimentos e que por vezes falam o que este Outro deseja escutar para que consigam alguns benefícios, caso contrário, quando se apresentam enquanto sujeitos questionadores, perdem a razão e se encontram diante de um vazio, o qual se percebe que não sabem o que fazer: *“É aquele negócio. Eu falo pra você o que você quer escutar, entendeu? Ai você fala e finge que acredita.”*

Esta fala nos permite localizar uma angústia diante de um vazio do não saber. Se há um controle dos corpos, quando privado de liberdade, talvez possamos nos surpreender que também os desejos e pensamentos sejam cerceados de alguma privação e que os adolescentes se deparem com um vazio. *“Porque aqui a questão é essa. Por mais que você ache que aquilo é o correto, mas não é aquele que aquelas pessoas querem de você.”* Quando questionados sobre o que se poderia fazer diante deste discurso que traziam, os sujeitos apontavam que não queriam se prejudicar.

Para o adolescente, entre aspas se diz ser diferente, né, porque se você for olhar o que passa aqui, nenhuma pessoa do prisional passa o que o adolescente passa aqui não. Ai fala comigo que o prisional pega o cara que bate, que isso e aquilo, e aquilo outro, mas não fica testando a fé, não fica vendo até onde você vai aguentar, até onde você vai segurar as pontas. O objetivo é verbal mas que fisicamente. (Fabrício)

Quando interpelados sobre o que os fazem retornar à instituição, uma vez que já fizeram algumas saídas, e neste momento apresentam a possibilidade de escolha, inclusive de não retornarem a unidade, o inusitado se apresenta com o estranhamento de algo que seria fora da regra institucional. Como uma saída retórica, respondem que a família possui grande importância nesta opção de retorno a instituição.

Sobre como gostariam que a sociedade os vissem, afirmam que gostariam que fossem vistos como todo mundo e não com o olhar de diferente ou de bandido. Podemos dizer que esta fala nos remete ao incômodo de se apresentar como "diferentes". Neste mesmo contexto, um adolescente aborda a questão de se tornar o presidente do Brasil, na tentativa de mudar algumas leis.

O que eu julgaria errado? A exclusão da informação. A informação tem que tá pra todos, e coisa que não era antigamente e que entre aspas, mas que continua até hoje. Porque você vai pra uma faculdade, e dependendo você vai pagar pro resto de sua vida. E quando você terminar de pagar, você já não vai estar mais naquele pique que você teve. Acho que eles deveriam ter investido mais na educação. Na escolaridade.
(Carlos)

É importante analisar que o adolescente coloca-se perdido na referência de que medida ele tem que fazer para ser visto pelo Outro. Angustia por não saber de que maneira a lei está estabelecida e de como ele deve se apresentar. Isso aparece como um enigma, porque apesar de tudo que faça, a resposta que encontra não lhe surpreende ou mesmo não lhe referencia. E o que vê na medida (o cumprimento das regras, escolhas por cursos, frequência na escola e atividades, dentre outras ações) não dá garantia suficiente para saber quando seu retorno ao convívio familiar irá acontecer, o que pode provocar angústia no sujeito. A escola dessa forma, entra como possibilidade de garantia de uma saída mais breve.

As falas acima evidenciam uma estreita relação com as teorias apresentadas pelo Matheus (2007) e Lacadée (2011) que abarcam a adolescência como um momento vivido na expectativa do imediatismo. Por mais que façam tudo para que sejam vistos de forma diferenciada pela imposição judicial a partir do cumprimento da medida, ou como serão vistos pela sociedade, há um tempo não marcado, provocando uma inquietação no sujeito. Quando Lacadée (2011) traz o conceito sobre a "clínica da pressa", utilizando da urgência como dimensão da verdade, podemos também apontar que uma espera sem hora marcada poderia ser proposta como uma "escuta da pressa", fazendo com que os adolescentes necessitem de ações concretas para se sentirem ouvidos. Por mais que façam, sentem-se como robôs que

não possuem a possibilidade de sentir vontades próprias. Nas falas, percebemos que o cumprimento da medida de internação impõe aos adolescentes, não dizer sobre seus desejos, uma vez que, além da liberdade, a privação também retira as possibilidades de se sentirem escutados.

Para o próximo encontro, os adolescentes não apresentaram uma demanda específica para a conversa. Afirmam que sempre conversam sobre várias coisas, e assim não gostariam de propor um tema específico. Aceitamos a proposta de validarmos em conjunto.

d) 4º encontro: O que a escola dá

A partir das conversações, os adolescentes apontaram sobre o que a escola pode oferecer e optamos por iniciar este encontro com os questionamentos relacionados ao que a escola dá. É interessante analisar que por mais que houvesse certa crítica ao que era oferecido pela instituição escolar, como o material escolar e o uniforme, o que a escola pode mesmo oferecer, na visão dos alunos, é um “futuro brilhante”, um futuro que espanta na fala de adolescentes que vivenciam muito o presente. *"Ah, os professores ensinam a gente né veio, a gente aprende, tipo e a gente vai lá e passa de ano. Tipo e se a gente quiser levar pra frente a gente faz até faculdade."* (Maicon)

Neste momento, questionamos o que foi dito sobre o imediatismo na adolescência, pois na fala dos adolescentes, a escola dá um futuro. Ao contrário do ímpeto de agir, mais do que falar, como vimos no primeiro capítulo à respeito da teoria ofertada por Alberti (2009), vale dizer que a escola se apresenta como lugar inalcançável, mas com uma função na vida destes sujeitos. Diante de algo ainda não conquistado (no presente), a escola oferece um "futuro brilhante" no sentido do grande Outro. De certa forma estes adolescentes esperam da escola uma função ainda não alcançável, mas com o desejo de saber, pois ela que possibilitaria um futuro diferente do que aquele que tiveram até hoje. *"Se não quiser pára nisso mesmo, né veio. Formou na escola e pronto. Tem alguns serviços que querem só o 1º, 2º ou 3º grau, e trabalha, ou senão nem trabalha. Continua nessa vida"*. (Lorival)

A partir desta fala, percebemos que os adolescentes projetam na escola uma saída retórica da criminalidade, apostando que o encontro com o conhecimento poderá promover uma

oportunidade diferente da que tiveram até hoje. No tocante à escola, eles afirmam que a função do professor é ensinar e que as pessoas não poderiam ficar sem a escola.

Um ponto de intervenção com o grupo se apresenta a partir do momento em que todos elogiam muito a escola como sendo primordial para qualquer futuro, onde conseguimos interferir apontando que ao contrário do que diziam, conhecíamos pessoas que não precisaram da escola. Neste momento, surge o inusitado, e após reflexões os jovens não conseguem vislumbrar alternativas para o sucesso futuro das pessoas sem a escola. Se antes se engajavam no discurso do Outro, neste momento não conseguem pensar em alternativas.

No que tange à obrigatoriedade da escola dentro da instituição escolar, uns afirmam veemente que estudariam dentro da unidade socioeducativa, mesmo se não fosse obrigado, uma vez que, a escola ajuda a passar o tempo, assim como favorece as opções múltiplas para escolhas futuras. Afirmam que se tivessem apenas professores homens, não sabem se topariam, mas que as professoras que lá estão são “mil grau”⁴⁰.

Kupfer (1998) assinala sobre a ênfase da teoria freudiana no livro *Freud e a educação: o mestre do impossível*, que a relação entre professor e aluno não é compreensível pelo valor dos conteúdos cognitivos que "transitam entre essas duas pessoas", mas sobretudo nas relações entre professores e alunos. Desta forma, analisamos que esta fala dos adolescentes possibilitam um encantamento pela escola, assim como um (des)encontro quando essa relação se apresenta de forma conflitante. Freud (1991) nos aponta em seu texto *Algumas reflexões sobre a psicologia do escolar* que a escola e os professores são os primeiros contatos com as ciências. A partir desta teoria podemos apostar que caberá ao professor investir na relação causando ao aluno o desejo pelo conhecimento, como uma bússola que possa lhe orientar.

Foi possível notar que os adolescentes, apesar de aproximações e diferenças em relação às percepções sobre a instituição escolar na medida de internação, estabelecem a importância de se frequentar a escola, não só pela necessidade de uma ocupação diária, mas também como possibilidade de reposicionamento social. Diferentemente da escolarização ser apenas um eixo da medida, a escola possui também a função de inserção social.

⁴⁰Termo utilizado pelos adolescentes quando desejam fazer um elogio a uma pessoa.

Sobre a escola lá de fora, os alunos apontam que ela é bem diferente, as relações amorosas, os colegas convidando a “matar aula” podem dificultar o interesse pelos estudos. Sobre a imposição aos limites eles afirmam: “[...] *Que chamava minha atenção. Volta pra sala, eu vou chamar sua mãe na escola. Vou escrever bilhete no seu caderno. Mas nunca fez isso, acho que é por isso que eu voltava a errar, porque ela nunca fez.*”(Carlos)

Em certo momento, os adolescentes lembraram episódios vividos no interior da escola, como o ritual da oração inicial em fila, assim como o canto do Hino Nacional. É interessante perceber como as escolas também possuem um "ritual de passagem" que faz com que todos os alunos apontem suas experiências. Assim, os adolescentes comentam também sobre as meninas que “pegavam” na escola com escolha diferenciada, um deles cita que gostava das mais dedicadas, assim como outros apontam que preferiam as mais “populares do bairro”.

Nesta conversação em que esperávamos entender o que realmente a escola dá, nos deparamos com algo que a escola propõe oferecer, mas ainda sem uma resposta. A escola se apresenta como a profissão do impossível, como apresentado por Freud, uma vez que se pode prever os resultados, mas esses não se darão conforme planejado para todos. Também podemos salientar que não poderemos mensurar os resultados de forma clara. Se no momento de esclarecer sobre o que a escola poderia oferecer a seus alunos, os adolescentes a apresentam como algo ainda não alcançado, nos encontramos com a resposta de que eles não sabem como poderiam cumprir a medida se não participassem do momento da escola.

Ao final, após conversas que apontavam como a escola no "mundão" trazia recordações, eles propõem para o próximo encontro pensá-la para além do espaço de convivência, a reorganização para um momento de estudos.

e) 5º encontro: O processo e a medida andam juntos

No último encontro tivemos a surpresa de apenas dois adolescentes desejarem participar do momento da conversação. Achamos interessante porque todos sabiam que seria nosso ultimo encontro e pediram para voltar para o alojamento, porque “*tinham que fazer outra coisa lá em baixo*”. Quando desceram, após pedirem para fazer tal ação, propomos deixar o encontro para outro dia, mas rapidamente fomos contestados pelos dois adolescentes presentes da necessidade de respeitar o desejo deles de ficar e não atendermos a demanda dos outros

quatro. Acharmos interessante o posicionamento destes adolescentes e ficamos para a conversa. Propomos o encontro para discutirmos sobre como seria possível uma mudança na escola da contemporaneidade. O primeiro ponto abordado, foi a necessidade que a escola tem de ajudar seus alunos, principalmente nos estudos. A convivência e os relacionamentos entre os colegas e professores aparecem com a proposta de aprimorar as habilidades e realizar trocas de experiências. Os jovens também enfatizam a questão da igualdade pregada aos alunos:

A primeira coisa que eles pregam lá é a igualdade. A primeira coisa que pregam é igualdade. Por assim dizer, diz que oferece. Papo é da escola oferecer isso. Mas só que o aluno não se considera igual ao outro. É tanto que se eu for, por exemplo, se eu for ruim em matemática e bom em português, eu vou perder, porque talvez a outra pessoa talvez não queira me ensinar matemática, mesmo ela sendo boa em português, entendeu. Então pra mim não tem igualdade. Porque se eu for ruim, se for ruim em matemática e bom em português e outra pessoa for boa em matemática e ruim em português talvez, tem que haver uma troca, ué, ensinar o outro, pá. Um ajudar ao outro. Mas isso acontece mais, demora, não é rápido não ensinar uma coisa dessas. (Fabrício)

O discurso de tornar todos iguais incomoda os adolescentes a partir do momento que sabem que pra cada um os estudos será diferenciado: *“Que nem eu falei. Vai da questão de cada um, se o cara tiver disposto ao estudo o cara vai estudar, vai aprender, por mais que ele tenha dificuldade”*(Fabrício).

Eles afirmam também, que a relação com os professores da escola da medida, se apresenta mais possível, uma vez que acreditam que o ensino lá dentro é mais cobrado, já que este estudo necessita apresentar uma resposta ao Outro.

Não tem intimidade como os professores lá na rua não. A gente conversa aqui já tem agente na atividade só escutando. Não tem nem como não. E também quando eles aplicam a prova aqui não é o professor que a gente estuda não, pra passar você não é ele que aplica a prova não. A própria, é coordenadora que fala? Ela não deixa nem olhar pro lado pra ver se eu pego uma resposta. Que eu mexia e ela já tava endoidando. (Carlos)

Como vimos no segundo capítulo, referenciando a Lacadée (2011), na escola há a possibilidade de apresentar para seus alunos o desejo de saber. E como afirma este último (2005), a relação afetiva dirigida ao professor e aluno pode possibilitar um encontro que cause dificuldades possíveis na relação de ambos, como lembrado por Pereira (2013), da impotência que pode ser vivenciada nesta relação. Esta impotência é trazida no sentido de algo que nada se pode fazer diante das dificuldades da relação pedagógica na educação. As condições para a

aprendizagem perpassam pela relação estabelecida. Relação de confiança e de escuta que possibilite ao aluno tornar-se sujeito, saindo do lugar de mero objeto.

Os adolescentes também apontam como a escola da medida os fazem aprender as coisas que não sabiam: *“Aqui a gente aprende melhor. Aqui a gente tem mais atenção.”* E ainda afirmam que o processo e a medida andam juntos:

Tipo que nem na minha sala tem quatro alunos, entendeu? Então se eu to com dificuldade, chamo a professora né veio, na outra escola, tem 34 alunos, com certeza, uns 10 ou 12 ou até mais vai demonstrar dificuldade também, e vai ser difícil ela atender todo mundo. Então você tem atenção, você não vai ficar naquele negocio eu tenho, eu tenho, eu tenho. Se você tiver dificuldade você vai chamar ela, vem cá por favor. Tem dificuldade de que? Na sala não, você em que aprender, porque ela não vai tá ali o tempo todo para te auxiliar. (Carlos)

Os jovens participantes apresentam a escola da medida como um diferencial em suas vidas, por sempre auxilia-los nas dificuldades e apontam que esta poderia ser uma prática das escolas de fora. Eles dizem que poderia haver um acompanhamento sistemático para os alunos, inclusive por psicólogos.

Olha a questão que eu tenho é a seguinte, até me recordar neste tempo atrás aí, teve uma vez que eu fiquei sem fazer um exercício de matemática, não de matemática não, eu acho que era de inglês. Eu falei que não ia fazer, e bati o pé e não fiz. Eu tomei um sermão cabuloso aqui em cima, risos, por causa de uma atividade de inglês. Entendeu? Aqui a gente tem toda uma equipe de psicólogos pra atender a gente sem falar que se a gente falar que não vai querer fazer eles vão buscar um motivo. (Fabrício)

Mas a inferência da escola da medida não deixa de se apresentar forte neste discurso:

Psicólogo as vezes é bom, e não é todo mundo que tem acesso não. Ao atendimento com o psicólogo entendeu? Apesar de tudo, porque aqui eles tão aqui pra fazer nosso relatório, entendeu? Mas se a gente der um deslize eles vão colocar que você deu um deslize, se a gente tá pensando positivo eles vão colocar que a gente tem pensamentos positivo. Se a gente pensa negativo eles vão colocar também. E a todo tempo tão avaliando a gente. Diferente da rua, n rua é você por você. Mas é muito bom, não tem nada melhor que ser você por você não. Mas as vezes a gente precisa da ajuda do outro, entendeu? No caso por exemplo se eu tivesse meus 14 anos, bem antes, que eu sai da escola antes, se eu tivesse meus 12 anos e talvez se tivesse continuado estudando na mesma escola talvez com o apoio que eu tenho aqui hoje, já era pra mim tá na faculdade, que eu comecei a estudar com 6 anos. Com os 14 já era pra mim tá formado. E eu tô no ensino médio. Mas não. (Fabrício)

Ai vem aquela questão que a gente falou, sem destaque. A escola e o processo, o processo e a escola, entendeu? Já tá preso, ficar sem fazer nada? Melhor estudar, a escola tá ali mesmo, estudar pra aprender. E só aprende na escola. Se tivesse na rua não ia tá aprendendo nada. (Carlos)

Notamos a partir destas falas que a referência que esses adolescentes têm sobre escola e medida não se separa. A partir do não saber o que fazer para sair desta medida, uma vez que há um tempo marcado para a privação de até três anos, mas que este pode acabar a qualquer momento, os jovens sabem que precisam cumprir regras, como por exemplo, frequentar a escola, sendo esta uma possibilidade de resposta que desejam para este momento. Na angústia, estes adolescentes não vislumbram uma escola separada da medida.

Mas podemos apontar que o fato da privação possibilita aos adolescentes repensarem seus modos de vida e sua relação com a escola? Talvez esta fala de alguma forma transmita alguma conclusão:

Hoje tinha um menino que ele conversava comigo, ai ele falou comigo assim, pô Zé, sério, parece que todo dia neste horário eu penso o que eu tava fazendo na rua, ai vem na minha mente que eu não penso mais nisso não, entendeu? Eu não me vejo o mesmo cara que era não, entendeu? Antigamente quando eu sonhava, porque de vez eu sonhava que tava fumando um baseado, nó, era doido demais, muito doido mesmo, acordar, agora tem hora que eu to sonhando que vai me dar droga e eu não véio, parei, to só bebendo mesmo, e chapa... Daí eu penso, nó já não me enxergo mais, eu ate brinquei com eles e eu falei não, o povo ta fazendo lavagem cerebral em mim e ta funcionando. Risos. Ta funcionando. (Fabrício)

Ao ser questionado quem seria a pessoa que estaria fazendo a lavagem cerebral e qual seria essa lavagem cerebral? O adolescente Fabrício responde: *Pra mim, essa pessoa ninguém vê ela não, eles tão só jogando idéia. Ai vê que eu sou mente aberta e o cérebro ta só inchando. Risos. Captando elas todas. E alterando meu modo de ser, né? Não sei se eu tô melhor não, mas eu tô gostando.*

CONCLUSÃO

A adolescência é o momento em que a fase de passagem entre a infância e a fase adulta passa-se por circunstâncias de transição. Mudanças corporais acarretadas pela puberdade e a difícil proposta da constituição de uma identidade são momentos marcados para explicar a adolescência. Inicialmente, esta pesquisa desejou apontar no primeiro capítulo a identificação destes sujeitos-adolescentes.

No segundo capítulo buscamos apresentar o contexto histórico relacionado à justiça da infância no contexto brasileiro, assim como o funcionamento das medidas em Minas Gerais, para que os leitores se localizassem no entendimento sobre a metodologia hoje delineada para a execução das medidas.

No terceiro capítulo buscamos averiguar qual seria a visão dos adolescentes em relação à escola, o que apresentavam em seu discurso, a partir da metodologia da conversação. Esta pesquisa possibilitou escutar o que os adolescentes tinham a falar sobre esta fase, assim como o encontro com a escola. A partir da escuta daqueles que detinham um saber, ali participativos, acreditou-se na constituição de sujeitos e como estes se apresentavam na medida socioeducativa de internação.

Para estes adolescentes a escola representa:

A escola dá, depende né veio, se quiser estudar mesmo da um futuro brilhante. Pra quem pega firme. Nos estudos, quer fazer faculdade, ai a escola já influencia nisso tudo: no aprendizado, a pessoa vai aprendendo, vai adquirindo. Ah, os professores ensinam a gente né veio, a gente aprende, tipo e a gente vai la e passa de ano. Tipo e se a gente quiser levar pra frente a gente faz ate faculdade. Se não quiser pára nisso mesmo, né veio. Formou na escola e pronto. Tem alguns serviços que querem só o 1º, 2º ou 3º grau, e trabalha, ou senão nem trabalha. Continua nessa vida [...] (Lorival)

Com certeza, pra alguém ter dado certo na vida mesmo que ela de inicio assim não deu valor ao estudo, depois ela teve que estudar. Mesmo sendo depois de grande, porque, tem que estudar ué? É foda. Tem que acordar cedo, ou tem que privar a tarde, a sessão da tarde, ou perde a novela da noite. Mas tem que estudar. Eu preocupo mais com as professoras. Risos, é foda. Se a professora é mil grau, eu estudo mil grau. Se a professora é carrasco, não estudo tanto não. (Fabrício)

Eu não gosto de estudar muito não mais estudo ne? Porque eu sei que eu preciso. Mas eu não gosto de estudar não. Da escola eu gosto, mas eu só não gosto de estudar mesmo. Não gosto de estudar, de ficar escrevendo. (Maicon)

Se a professora for boa, gente boa e tudo mais ai vale a pena fazer o esforço de estudar, mas se a professora for chata, aí que não estudo mesmo. Ai que a professora vai resmungar, ai você resmunga com ela até ser expulso da sala de aula. Acho que o governo deveria ter investido mais na educação. Na escolaridade. (Carlos)

Quando convidados a falar sobre o que a escola representava para eles, percebemos que estes adolescentes reafirmam a escola enquanto sua função socializadora, como apontado no segundo capítulo. A função da escola na medida de internação, entra na vida destes adolescentes também quanto uma ocupação diária para além de intocável, uma vez que possui a função de algo que possibilita um encontro mais breve com a liberdade. As questões trazidas nas conversações, de uma falta de estrutura sólida (atrasos dos professores, desorganização, dentre outros), podem ser analisadas como uma queixa da juventude de maneira geral a partir das poucas perspectivas buscadas nesta fase, uma forma para que esses adolescentes possam se inscrever no social a partir do momento em que estão privados da liberdade.

Desta forma, apresentamos o que a escola pode oferecer para estes sujeitos:

A escola o que ela pode oferecer? Pensando no sentido da escola assim, para que a gente possa desenvolver uma habilidade? Ou desenvolver uma ideia, desenvolver algum projeto, ou desenvolver alguma coisa que a gente quer no futuro. (Maicon)

A primeira coisa que eles pregam lá (na escola) é a igualdade. A primeira coisa que pregam é igualdade. Por assim dizer, diz que oferece. Papo é da escola oferecer isso. Mas só que o aluno não se considera igual ao outro. É tanto que se eu for por exemplo, se eu for ruim em matemática e bom em português, eu vou perder, porque talvez a outra pessoa talvez não queira me ensinar matemática, mesmo ela sendo boa em português, entendeu. Então pra mim não tem igualdade. Porque se eu for ruim, se for ruim em matemática e bom em português e outra pessoa for boa em matemática e ruim em português talvez, tem que haver uma troca, ué, ensinar o outro, pá. Um ajudar ao outro. Mas isso acontece mais, demora, não é rápido não ensinar uma coisa dessa. (Fabrício)

Aqui tinha que ser que nem na rua, ter escola integrada. Projeto de escola integrada. Tipo, escola integrada é todo dia, todo dia, tem oficina, aqui também mas tem dia que aqui também não tem. Depende. Na rua, na rua todo dia tem escola integrada, eu participava da escola integrada na rua. De manhã eu ia pra escola integrada e ficava ate cinco horas. (Carlos)

Se o eixo da escolarização se faz como uma imposição ao cumprimento de uma medida socioeducativa, ela se apresenta como um caminho a ser trilhado pelo adolescente para a finalização desta medida, contudo, também se mostra como a alternativa que possibilita uma qualificação para o futuro. A escola para estes adolescentes é apresentada como ponte para

que se possa pensar na ascensão deste sujeito para uma diferenciação da criminalidade, por mais que se apresente difícil a permanência nela fora da medida.

A análise da conversação, possibilitou entender que o lugar ocupado pela escola quando se está privado é para estes adolescentes algo fundamental. Naquele espaço, a escola tem uma função e um complemento indicando que estes sujeitos ainda necessitam extremamente dela para sair daquele convívio, a partir do momento em que a esta apresenta-se como eixo da medida socioeducativa. A defasagem idade/série é uma realidade para aqueles adolescentes e a função desta escola entra como uma “salvadora da pátria” a partir do momento em que ela representa uma saída para aquela situação. O que poderiam então expressar sobre aquela escola? Algo que para eles fosse uma “válvula de escape”, que auxiliariam em uma saída.

Podemos apontar também a escola como algo que regula o limite. Ali não pode haver uma enganação, pois necessitam de dar um retorno ao juiz. É espaço necessário para mostrar mais uma vez, saídas necessárias, de dar respostas ao Outro. Ficaram esclarecidos no primeiro capítulo, os efeitos causados para cada sujeito com a chegada da adolescência. Um momento marcado pela ausência de limites e fomento à exceção à norma. Identificado como uma crise, subjetiva e necessária, lidando com mudanças corporais diante do não saber fazer, frente ao novo, onde não se é mais criança, mas também não um adulto, o adolescente necessita de referências. A adolescência é momento de escolhas que não cessam de surpreender o sujeito. Como esclarecido por Alberti (2009), este momento apresenta-se como crucial na vida do sujeito, com uma tendência ao agir. A clínica da pressa como Lacadée (2011) nos destaca, leva à urgência e ao imediatismo como dimensão de verdade. Nessa rapidez imediata, o autor utiliza a terminologia "adolescentes de risco" e vem apresentar formas de inserção na criminalidade como forma de inserção do sujeito no mundo.

Percebemos que os adolescentes necessitam de uma orientação, uma referência que os possibilite encontrar "respostas diversas" frente às escolhas feitas por cada um. Alberti (2009) apresenta que a posição do Outro Social deve exercer sobre o adolescente uma influência, essa pode promover uma invenção para cada adolescente, como saída do ponto de angústia. O ato infracional pode ser considerado, dentre outras tantas possibilidades, uma resposta a partir da forma em que o sujeito estabelece para viver em sociedade. No momento em que o sujeito se depara com esta escolha, quando em flagrante, terá que responder à lei através da medida socioeducativa.

Na sequência, exploramos a temática da execução das medidas, desde o histórico da justiça do Brasil, do menor sem direitos, até a época da proteção integral. O percurso da criação das unidades socioeducativas e os avanços na política mineira também foram temas apresentados nesta dissertação no capítulo 2. Se antes do ECA, as crianças e adolescentes eram tratados como meros objetos do estado, a legislação possibilitou que houvessem mudanças nos paradigmas ao "tratamento" de uma história. Com a criação do estatuto, surgiram as políticas, proporcionando um novo olhar e novos direcionamentos para a execução das medidas, em especial a de internação, foco desta análise. Esta pesquisa propôs uma avaliação da medida socioeducativa dos adolescentes privados de liberdade, uma vez que dizer sobre seu desejo é depender de uma avaliação do Outro, seja ele o juiz, os funcionários da unidade, o retorno de sua participação na escola. O que querem ouvir são formas de se evidenciar o cumprimento desta medida. A partir do momento em que estes adolescentes se deparam com o não saber fazer, apoiam-se no discurso do Outro para o cumprimento da internação, tenha alguma garantia de apoio no discurso para que haja possibilidade de alternativas possíveis, de saídas até então não encontradas – *“a gente fala o que o outro acredita”* (Fabrício). Esta fala apresenta que estamos no lugar em que dimensiona um lugar que é vivo para alguém visto apenas em sua objetualização.

A adolescência, marcada por um curto-circuito, apresenta-se como compreensível na busca de outros referenciais, uma vez que foi perdido um ideal a partir do desenlace com a autoridade parental. Ao cometer o ato infracional, e este ato pode se nomear como apelo ao Outro, o adolescente pede por uma orientação ou um significante mestre que venha dar tratamento à angústia do sujeito. Um ponto de angústia destes adolescentes se apresenta como o que o Outro irá pensar: como a sociedade me verá quando sair daqui? O que eu vou ser lá fora? Como eu vou ser visto? Como eu devo ser? E se anunciam isso, se preocupam em falar o que eles querem ouvir é porque acham um lugar no Outro como aquele que regula sua liberdade dentro da medida socioeducativa, se posicionando no lugar de objeto. Propor o discurso do Outro pra ser alguma coisa é apontar ainda um não saber sobre o lugar que ocupam.

Estes adolescentes estão tentando entender qual a relação da medida com o que eles têm que ser para estar lá fora. Tentam fazer esta conexão, pedindo uma suplência para que se explique isso: *“Olha tem um juiz que determina isso, e tem que eu preciso sair daqui”* (Lorival). Desta forma, dizer ao adolescente que quem faz sua medida é ele próprio, poderia ser considerado

um tanto quanto nefasto por parte dos operadores deste sistema, pois estariam atribuindo ao adolescente uma responsabilidade que não depende só dele e que não podem conseguir em tão pouco tempo de medida. Neste discurso, ao invés de se propor a responsabilização para estes sujeitos, o que se colhe, em regra, é uma impotência. Essa impotência pode ser compreendida no sentido de não encontrar respostas àquilo que se faz, pois precisam que o Outro os escute e que façam algum movimento para que possam sair do cumprimento da medida, uma vez que há uma imposição judicial. Por mais que exista uma orientação de como se deva fazer, não há o que confirme a garantia do cumprimento da medida. Eles sabem que sairão da internação, mas suplicam por uma resposta que venha do Outro (no caso, dos agentes e técnicos da instituição).

Talvez apontar sobre a divisão desta responsabilidade pode ser para o adolescente uma saída menos angustiante, utilizando-se das referências necessárias à adolescência, como apresentada no primeiro capítulo desta dissertação, uma vez que a adolescência deve ser analisada, como dito por Stevens (2004, p. 32): "*não se tratando do adolescente no sentido de crise, ou adolescência como resposta geral, mas sim de adolescência como a série de respostas possíveis*". Junto ao adolescente, a equipe pode refletir e explicitar quais as suas concepções, quais as visões de sociedade possuem, de educação e da adolescência, podem fundamentar práticas que possibilitem saídas mais interessantes. A postura de respeito e escuta pode favorecer o acolhimento do adolescente e propiciar o efetivo exercício de sua participação como uma ação que possibilite uma interlocução. A autoridade e a intenção clara também podem ser capazes de criar canais de comunicação com os adolescentes, inspirar-lhes confiança estabelecendo relações baseadas no diálogo, onde os adolescentes possam falar e ser ouvidos.

Nesse sentido, de acordo com as falas dos adolescentes, percebemos que a escola da medida socioeducativa, para estes sujeitos, possui uma função estritamente ligada à medida. Ela é basicamente a porta de saída. E desta maneira, temos que tomar cuidado, pois por mais que falem deste espaço com o discurso de um futuro, vimos que ele está mais apoiado na medida, o que nos permite indagar se quando retornarem ao convívio familiar, continuarão seus estudos, para realmente vislumbrarem o significante do "futuro brilhante". Através das falas, percebemos também que a escola é apresentada como um dispositivo retórico de saída.

Se as políticas educacionais vigentes apostam que os adolescentes poderão ser abarcados pelas propostas da "Educação para Todos"⁴¹, temos dúvidas quanto a continuidade dos estudos por estes sujeitos. Percebemos, a partir destas conversações, uma preocupação maior com a medida e menos com a importância dos estudos. Pensamos que o desafio da política seria exatamente conseguir enlaçar o sujeito para o desejo de saber a ser propiciado pela escola após o cumprimento da internação. Como resultado das conversas pensamos que a escola no interior da medida poderia pensar na inclusão destes adolescentes como ponto de apoio, no sentido de oferecer ao adolescente um lugar em que este possa falar de sua história, fazendo com que seja dado ao adolescente o lugar de sujeito, um ponto de referência - o desejo pelo viver. Se ela se apresenta, primeiramente, como uma saída retórica desta medida, ela também poderia aparecer como aquela que possibilitará uma saída da criminalidade ou uma mudança da sua posição social.

Do ponto de vista trazido pelos adolescentes, percebemos que há uma necessidade de que as equipes que os acompanham, estejam atentas para colher na linguagem o que desejam oferecer, subsidiando-os na busca por outras alternativas. Esta pode ser a provocação das medidas e da escola: uma escuta cuidadosa sem anular o sujeito, onde o adolescente apresente seu caminho para que a equipe o referencie de como trilha-lo. Reconhecer e evidenciar suas potencialidades, trabalhando suas dificuldades e capacidades de superação, são formas de auxiliá-los a assumir a condição de autor de pensar, de elaborar, fundar, de modificar a realidade e conseqüentemente levá-los à responsabilização e à capacidade de fazer escolhas. Lembrando que a medida se fará com regras, que não poderão ser generalizadas, pois cada um assumirá estas responsabilidades de sua forma.

Cabe aqui apresentar que não estamos salientando apenas uma análise da instituição que nos possibilitou o encontro com estes adolescentes, mas apontando um cuidado a nível das escolas da medida de internação, para que não estejam cumprindo apenas a função de porta de saída. Bem como nos dizia Breton (2012, p.40) "*Quando as circunstâncias da vida aliviam e o indivíduo está em condições de se redefinir, então ele vira a página. Não se pode mudar sua história, mas se pode mudar o seu sentido.*"

⁴¹Termo utilizado pela Unesco a partir da Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, Jomtien, 1990.

A partir da história do sujeito, aprendemos sobre a sua relação com o Outro, como ele interpreta o mundo de forma a possuir voz. O objetivo da medida socioeducativa, desempenhado por muitos, é intervir na relação do sujeito com o Outro, intervindo no seu modo de gozo, possibilitando assim, uma mudança subjetiva. As experiências com adolescentes em instituições de privação de liberdade é não se restringir ao aprisionamento dos muros e das grades. É, antes de tudo, ampliar os olhares aos sujeitos que ali se encontram. São estas experiências que oferecem um espaço de troca e de possibilidade em torno da educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AICHHORN, A. *Juventude Desamparada*. Barcelona: Gedisa, 1925/2006.
- ALBERTI, S. *Esse sujeito adolescente*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Contracapa, 2009.
- ARIÉS, P. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1978.
- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Ed. 70, 1977.
- BRANDÃO, C. R. *O que é educação*. 19ª ed. Ed. Brasiliense, 1987.
- BRASIL. LEI 9394, DE VINTE DE DEZEMBRO DE 1996. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 1990. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. 2ª ed. Brasília: Conanda, 2002.
- BRASIL, Ministério da Justiça, Governo Federal: Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. *Programa Nacional de Direitos Humanos, PNDH II*, 2002. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/pndh/pndhll/Texto%20Integral%20PNDH%2011.pdf>; Acesso em: 08 Ago. 2013.
- BRASIL, Presidência da República, Secretaria de Direitos Humanos. *Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo: Diretrizes e Eixos Operativos para o Sinase*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013. 39 p.
- CALIGARIS, C. *A adolescência*. São Paulo: Publi-folha, 2000 – (Folha explica), pag. 12 a 78.
- CAMARGO, A. M. F.; MARIGUELA, M. (org). *Que escola é essa? Anacronismos, resistências e subjetividades*. Campinas: Ed. Átomo- Alínea, 2009, p. 37-59.
- CASA, Fundação. *Superintendência Pedagógica - Educação e Medida Socioeducativa: Conceito, Diretrizes e Procedimentos*, 2010.
- CHEMAMA, R. *Dicionário de psicanálise*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1995.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ. *Panorama Nacional: a execução das medidas socioeducativas de internação*. Brasília: CNJ, 2012. Disponível em: http://cnj.jus.br/images/pesquisasjudiciarias/Publicacoes/panorama_nacional_doj_web.pdf acesso em 13 de junho de 2014.
- COSTA, A. C. G. – *Aventura Pedagógica: Caminhos e Descaminhos de uma Ação Educativa* – Belo Horizonte: Modus Faciendi, 2001.
- COSTA, A.; BACKERS, C.; RILHO, V.; OLIVEIRA, L. F. L. V. *Adolescência e experiências de borda*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ERIKSON, E. (1976). *Identidade, juventude e crise*. Rio de Janeiro: Zahar.

FERREIRA, M. L. B. F. e SILVEIRA, R. A. Espaço Sob Medida 2010. Apresentação do trabalho: *A escola como possibilidade de inclusão e de responsabilização do adolescente: Um ponto de desafio no trabalho socioeducativo*. Out. 2010.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*; tradução de Raquel Ramallete. 36 ed. Petrópolis: Vozes, 2009. 291p.

_____, *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREUD, S. (1905). *Os Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1972 (Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. 7).

_____. (1914) Algumas reflexões sobre a psicologia do escolar. In: *Totem e Tabu e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1991. (Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. 13).

_____. (1917; 1933/1980). Conferências introdutórias de psicanálise 20, 21. EBOC, vols. XVI e XXII, RJ: Imago.

GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos* – Tradução Dante Moreira Leite – São Paulo: Perspectiva, 2005.

GUERRA, A. LIMA, N. L ET AL (2010). *Construindo ideias sobre a juventude envolvida com a criminalidade violenta*. In. *Estudos e pesquisas em psicologia*. Rio de Janeiro: UERJ, 10(2), pp. 434-456; disponível e acessado em 01/07/2012: <http://www.revispsi.uerj.br/v10n2/artigos/pdf/v10n2Alex0.pdf>.

GUTIERRA, B. C. C. *Adolescência, psicanálise e educação: o mestre “possível” de adolescentes*. São Paulo: Avercamp, 2003.

KUPFER, M. C. M. *Freud e a Educação: o mestre do impossível*. São Paulo: Scipione, 1988. v. 1. 104p .

KUPFER, M. C. M. *Duas notas sobre a inclusão escolar*. Escritos da Criança, Porto Alegre, v. 1, p. 71-82, 2001.

LACADÉE, P. *Despertar e exílios*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2011.

_____. *O risco da adolescência*. In: Estado de Minas. Belo Horizonte, 16 de junho de 2007. Caderno Pensar, p. 3.

LACAN, J. *Posição do inconsciente* (1964). In Escritos, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

_____. *O despertar da primavera*. (1974), Texto escrito para o programa do “Eveil Du Printemps” de Weddekind. In SHAKESPEARE, D. E WEDDEKIND, J. Pelas bandas da psicanálise, 4.ed. Lisboa: Assírio & Alvim. Ed., 1989.

_____. *O seminário, livro 5: as formações do inconsciente* (1957-1958). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

LE BRETON, D. *O risco deliberado: sobre o sofrimento dos adolescentes*. Tradução de Maria Stella M. S. Artigo aprovado em 15/09/2012. 12 pags.

- MACHADO, M. C. *Educação para o futuro: psicanálise e educação*. 2ª ed. São Paulo, Escuta, 2001.
- _____. *Freud e a Educação: o mestre do impossível*. 3ª edição. São Paulo: Scipione, 2005.
- MATHEUS, T. C. *Adolescência: Conceito adolescente?* Pulsional, Revista de Psicanálise, ano XVII, n. 179, setembro/2004, pag 26-32.
- _____. *Adolescência: história e política na psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo, Coleção Casa do Psicólogo, 2010.
- MELMAN, C. O que é um adolescente. In *O adolescente e a modernidade*. R. Janeiro: Cia de Freud, 1995.
- MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Defesa Social. *Modelo de Gestão - capacitação de servidores das unidades de atendimento às medidas socioeducativa: atendimento*. Belo Horizonte: Efaps/Suase, 2007.
- _____. Secretaria de Estado de Defesa Social. *A escola e a medida socioeducativa*. Belo Horizonte: Governo de Minas Gerais, 2008.
- MORIN, E. *A cabeça bem feita reformar a reforma, reforçar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- NOGUEIRA, C.S.P. *O Adolescente infrator*. In: *Tôfora : o adolescente fora da lei – o retorno da segregação*/ Fernanda Otoni de Barros – Belo Horizonte: Del Rey, 2003. 18-24p.
- PACHECO, L. O Adolescente e Lei. In: *To Fora: O Adolescente Fora da Lei – O retomo da Segregação*. Fernanda Otoni de Barros (org.). Belo Horizonte: Dei Rey, 2003.
- PEREIRA, M.R. Mal-estar docente e modos atuais do sintoma. In: In: SOUZA, R.M.; CAMARGO, A. M. F.; MARIGUELA, M..(org). *Que escola é essa? Anacronismos, resistências e subjetividades*. Campinas: Ed. Átomo- Alínea, 2009, p. 37-59.
- _____. *A impostura do mestre*. Belo Horizonte: ArgvmentvmEd., 2008.
- _____. *La adolescência generalizada*. In Revista Borrromeu. Buenos Aires: Kennedy, (10).
- _____. *Acabou a autoridade? Professor, subjetividade e sintoma*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço/Fapemig, 2011.
- _____. *A psicanálise escuta a educação: 10 anos depois*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço/Fapemig, 2012.
- _____. *O sintoma ou o que o sujeito tem de mais real*. Revista Espaço Acadêmico Mensal, nº 131 – Abril de 2012 – Ano XI, Dossiê de Psicanálise e Contemporaneidade – Inss 1519-6186.
- RABELLO, L.; BESSET, V. L. (org). *Pesquisa-intervenção na infância e juventude*. Rio de Janeiro: Trarepa/ FAPERJ, 2008
- RIBEIRO, S. M., HELENO, C. T. (org). *Criança e Adolescente: sujeitos de direitos*. Belo Horizonte: Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais, 2010.
- RIZZINI, I. *A criança no Brasil de hoje: Desafio para o terceiro milênio*. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1993.

RIZZINI, I.; PILOTTI, F. (Org). *A arte de governar crianças: a historia das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009.

SALUM, M. J. in RIBEIRO, S. M., HELENO, C. T. (orgs). *Criança e Adolescente: sujeitos de direitos*. Belo Horizonte: Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais, 2010.

SANTIAGO, A. L.B, MIRANDA, M.P, VASCONCELOS, R. N. *Pesquisa em psicanálise e educação: a conversação como metodologia de pesquisa*. São Paulo: Colóquio do LEPSI do IP/USP, disponível em:
http://www.proceedings.scielo.php?script=sci_artext&pid=MSC000000003... Acessado em 20/09/2013.

SILVA, R. *Filhos do governo: a formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas*. São Paulo: Atica, 1997.

SINASE. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Minas Gerais, junho de 2007.

STEVENS, A. *Adolescência, sintoma da puberdade*. Revista CURINGA, nº20, Nov. 2004, EBP-MG, pag. 27 a 39.

TIZIO, H. *El enigma de La adolescência*. Púberes y adolescentes. 2012, pag. 123 a 127.
_____. *A educação e os corpos de hoje*. Pag 1 a 7, tradução Kátia Mariás.

VOLPI, M. *Sem liberdade, sem direitos: a privação de liberdade na percepção do adolescente*. São Paulo: Cortez, 2001. 152p.

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PAIS E/OU RESPONSÁVEIS

Seu filho está sendo convidado a participar da pesquisa “Como a escola é vista pelos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação”.

O que justifica a realização desta pesquisa é entender melhor, a partir das falas dos adolescentes como é a relação deles com a trajetória escolar, antes e depois do cumprimento a medida socioeducativa de internação.

Propomos que seu filho participe de livre vontade desta pesquisa. Ele responderá algumas perguntas pertinentes a pesquisa oferecendo uma entrevista e participando de uma conversa em grupo e será utilizado um gravador de voz para registrar o conteúdo dos encontros. Estas gravações ficarão na responsabilidade da orientanda Ana Carolina Gouvea Pinto Veloso e ninguém terá acesso a este material.

Você poderá tirar todas as dúvidas sobre a pesquisa. Você é livre para tirar seu consentimento ou interromper a participação de seu filho a qualquer momento. A participação dele é livre e se ele recusar a participar, não será punido.

O nome do seu filho não aparecerá em momento algum, para que ninguém saiba que ele participou.

Uma cópia deste consentimento informado será arquivado no curso de Pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais e outra será fornecida a você.

Para a participação no estudo você não receberá nenhum dinheiro e também não terá que pagar nada.

Ana Carolina Gouvea Pinto Veloso

Marcelo Ricardo Pereira

anacveloso@yahoo.com.br marcelorip@hotmail.com

Av. Senador Levindo Coelho, nº940

Av. Antonio Carlos, 6627

Vale do Jatobá – B. Horizonte

Campus Pampulha – B. Horizonte

Fac. de Educação – Gab. 1126

(31)2129-9449

(31)9957-4285

Comitê de Ética em Pesquisa/UFMG

Av. . Av. Antônio Carlos, 6627, Unidade Administrativa II - 2º andar - Sala 2005, Campus Pampulha - Belo Horizonte, MG - Brasil31270-901, ou pelo email: coep@prpq.ufmg.br e telefax: 31 3409-4592.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu _____ declaro estar informado dos objetivos e fins deste estudo e concordo com a participação do meu filho _____ em participar voluntariamente da pesquisa realizada por Ana Carolina Gouvea Pinto Veloso e orientada pelo professor Marcelo Ricardo Pereira.

Belo Horizonte, _____ de _____ de 2013.

Assinatura do responsável: _____

Contato: _____

APÊNDICE B**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
ADOLESCENTE**

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “Como a escola é vista pelos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação”.

Você foi escolhido e nossa pesquisa fará uma entrevista e depois um grupo de conversa sobre como vê a escola do centro socioeducativo. O objetivo deste estudo é compreender como você, que cumpre medida socioeducativa de internação em Belo Horizonte, avalia a escola em que estuda. Este trabalho será realizado por mim.

Para que eu possa registrar nossa conversa e ajudá-lo da melhor maneira possível, elas serão gravadas, com a utilização de um gravador, e eu, Ana Carolina Gouvea Pinto Veloso serei responsável pelas gravações e não permitirei que outras pessoas as utilizem.

Você poderá pedir qualquer informação que desejar sobre a entrevista que vamos realizar. E poderá deixar de participar das atividades quando quiser, apesar de ser muito importante sua participação. Você não receberá nenhum dinheiro para participar e não terá que pagar nada e nem será punido se quiser desistir.

Quando for divulgar os dados da pesquisa, não direi seu nome para que ninguém saiba que você participou da mesma.

Uma cópia deste consentimento informado será arquivado no curso de Pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais e outra será fornecida a você.

Ana Carolina Gouvea Pinto Veloso

Marcelo Ricardo Pereira

anacveloso@yahoo.com.br brmarcelorip@hotmail.com

Av. Senador Levindo Coelho, nº940

Av. Antonio Carlos, 6627

Vale do Jatobá – B. Horizonte

Campus Pampulha – B. Horizonte.

Fac. de Educação – Gab. 1126

(31)2129-9449

(31)9957-4285

Av. . Av. Antônio Carlos, 6627, Unidade Administrativa II - 2º andar - Sala 2005, Campus Pampulha - Belo Horizonte, MG - Brasil31270-901, ou pelo email: coep@prpq.ufmg.br e telefax: 31 3409-4592.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu _____ declaro estar informado dos objetivos e fins deste estudo e concordo em participar voluntariamente da pesquisa realizada por Ana Carolina Gouvea Pinto Veloso e orientada pelo professor Marcelo Ricardo Pereira.

Belo Horizonte, _____ de _____ de 2013.

Assinatura do responsável: _____

Contato: _____

APÊNDICE C

Roteiro de perguntas para entrevista individual com os adolescentes

Parte 1 - roteiro de perguntas para composição da ficha individual do entrevistado.

DADOS PESSOAIS

Nome fictício do entrevistado (caso deseje se identificar por este):

Idade:

RELAÇÃO EXISTENTE COM A ESCOLA

- 1- Com qual idade você começou a estudar e em qual “ano/série está?

- 2- Pense apenas na escola que você tem aqui dentro da ‘medida’: o que mais gosta nessa escola? E o que menos gosta?

- 3- Você já teve algum conflito com a escola aqui na ‘medida’? E como resolveu?

- 4- Como são seus colegas de turma? Conseguem fazer as atividades propostas pela escola? Como é o desempenho deles?

- 5- O que mudaria na escola da ‘medida’ em que está?

- 6- Agora pense nas escolas em que esteve fora da ‘medida’: qual foi a que mais gostou? O que ela tinha que fez você gostar mais dela? E o que não gostava?

- 7- Que problemas ou conflitos já teve lá nessa escola (a que mais gostou)? E como resolveu?

- 8- Pense nas duas escolas: a que mais gostou e a da 'medida' - o que há de diferente e o que há de igual entre elas?

- 9- Agora vamos falar sobre quando você for desligado, o que pretende fazer?